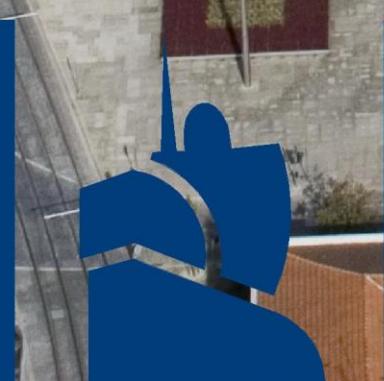


69



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO**



60

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR

José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADORA

Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

José António Andrade Ferreira

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Jaime Manuel da Silva Pinho

VEREADOR

Raul Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA

Paula Cristina Romão Pereira

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

Mensagem do Presidente,

Ao fazermos presente as “contas do exercício de 2018” e o relatório de gestão relativo a esse período, é com satisfação que vemos evidenciado, pelos números, mais um ano em que o contínuo progresso da Maia assenta e está estribado no rigor e na responsabilidade com que encaramos a gestão municipal.

O presente documento é como que uma súmula da atividade de todo um ano de empenhado trabalho em que fica bem expressa a sua dimensão e alcance, tudo isso aqui traduzido em números.

O engrandecimento do Município é notório, os ativos municipais foram acrescidos e a situação financeira robustecida, isto ao mesmo tempo em que foi possível darmos novos e decisivos passos em políticas estruturantes para o futuro com vista ao reforço da competitividade do nosso território e do seu desenvolvimento equilibrado.

O nosso caminho é o da sustentabilidade financeira, de um município de contas saudáveis que alicerce um futuro sem grandes constrangimentos, dando condições e “graus de liberdade” às novas gerações desonerando-as de encargos para que não contribuíram. Prosseguimos o caminho da diminuição da carga fiscal e do esforço financeiro que é pedido aos Municípios libertando meios financeiros nas Famílias e nas atividades económicas da Maia, mas sempre de uma forma equilibrada e sem grandes solavancos e disrupções que possam perigar uma sadia gestão.

Este é um trabalho em linha e em consonância com tudo o que tem vindo a ser a marca da gestão autárquica da Maia: clareza de objetivos, transparência de processos, celeridade na ação, parca utilização de recursos, máxima responsabilidade nos compromissos firmados com os Municípios.

Fica-nos a agradável sensação do dever cumprido.

Temos orgulho nisso.

António Domingos da Silva Tiago



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE



INTRODUÇÃO.....	13
ANÁLISE ORÇAMENTAL	17
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	19
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	21
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	23
ALTERAÇÕES E REVISÕES	23
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	30
Evolução dos Fluxos Monetários	30
Poupança Corrente.....	31
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	33
Fontes de Financiamento do Investimento.....	33
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	35
Fluxos de Caixa	36
Contas de Ordem	39
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	43
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	45
RECEITAS PRÓPRIAS	46
Impostos Diretos	48
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades	50
Venda de bens e Prestações de serviços Correntes	52
Receitas liquidadas e não cobradas	53
TRANSFERÊNCIAS	56
Fundos Municipais	61
Resumo das Transferências de Contratos Programa e Projetos Cofinanciados	63
PASSIVOS FINANCEIROS	69
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	71
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	73
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	76
Despesas com Pessoal	78
Limitações às despesas com pessoal	82
Estrutura Orgânica.....	82
Aquisição de Serviços a Particulares.....	83
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.....	84
Aquisição de Bens	85
Aquisição de Serviços por Económica	86
Aquisição de Serviços por Orgânica	88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88
INVESTIMENTO GLOBAL	92
Investimento Direto.....	93

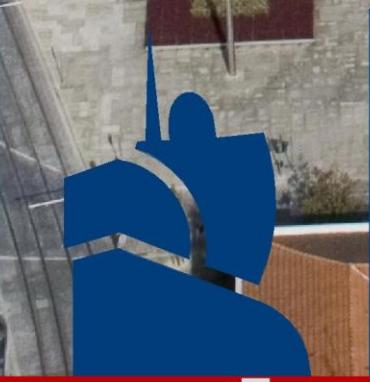
Transferências de Capital	105
Ativos Financeiros	107
GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	108
Funções Gerais	111
Funções Sociais	113
Funções Económicas	118
Outras Funções	121
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	123
ENQUADRAMENTO	125
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU	126
DÍVIDA TOTAL	126
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	128
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	132
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA	137
DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	140
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU.....	142
LIMITE DA DIVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	145
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	146
APURAMENTO DA DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	149
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	155
BALANÇO.....	159
ATIVO.....	163
Imobilizado	163
Circulante	167
Acréscimos e Diferimentos Ativos.....	168
PASSIVO.....	170
Dívidas a Terceiros	171
Acréscimos e Diferimentos Passivos	173
FUNDOS PRÓPRIOS.....	174
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	177
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS.....	187
INDICADORES DE GESTÃO.....	191
INDICADORES ORÇAMENTAIS	193
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS	197
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	199
INTRODUÇÃO	201
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	201

8.1.1. Identificação	201
8.1.2. Legislação	202
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva	202
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades	202
8.1.5. Recursos Humanos	202
8.1.6. Organização Contabilística	203
8.1.7. Outras informações relevantes	204
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	205
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	207
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	207
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	207
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	207
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	208
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões	208
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	209
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	209
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	209
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	210
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	211
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	212
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo	212
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	213
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	215
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	216
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	216
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	217
Nota 8.2.33 – Outra Informação Relevante	218
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	219
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	221
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	221
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos	221
Nota 8.3.6 – Endividamento	221
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	223



60

ANOS



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Avaliar para melhor gerir a “coisa” pública: a obrigação de prestar contas como num amplo dever de informação a cargo de quem gere o que não é seu.

Os dinheiros públicos e a respetiva utilização constituem um dos núcleos essenciais do funcionamento de um Estado de Direito, Democrático e Social. Em rigor, pode mesmo dizer-se que qualquer uma destas três dimensões estaduais vê a sua existência perigar se os recursos não forem corretamente geridos e utilizados.

Nesta medida, o controlo sobre o seu uso deve ser sempre um controlo real e a noção de responsabilidade assume um protagonismo que em caso algum lhe pode ser retirado.

Partindo da ideia base de que a obrigação de prestar contas se inclui num amplo dever de informação a cargo de quem gere o que não é seu, e de que a gestão de dinheiros públicos, como recursos escassos que são, constitui um exemplo típico de administração de bens alheios, cada vez mais é necessário que, quer os gestores públicos, quer os cidadãos, tenham em atenção a importância que os bens/recursos públicos detêm pela sua especial característica de serem públicos. Quer isto dizer que os gestores públicos têm de administrar os recursos públicos de forma eficiente, eficaz, equitativa e transparente. Por seu turno, os cidadãos deverão sentir-se informados, confiantes e conscientes do direito que detêm no que concerne às práticas e uso dos recursos públicos por parte de quem tem a capacidade de os administrar.

Assume, por isso, particular relevância o conceito e prática de *Accountability*, termo que, pese embora seja de difícil tradução, é por todos considerado como um sinónimo de uma exigente prestação de responsabilidades de atos de gestão pública, não só na perspetiva contabilista, monetária e financeira, como também, sobretudo, no mérito e eficácia da concretização de programas pré-estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de ação.

A obrigação de prestar contas apresenta-se assim como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos.

Em cumprimento da sua missão o órgão executivo de um município tem assim de prestar contas em momentos diversos e a diferentes destinatários, como sejam:

- Aos eleitores, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente no programa eleitoral;
- Ao Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua atividade financeira;
- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL, e CCDR) e outros órgãos de controlo externo (DGO e IGF), a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa;
- Ao órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que este as aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de Abril.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico determina que o presente relatório de gestão esteja estruturado em cinco capítulos distintos.

No primeiro desses capítulos é apresentada a análise de âmbito orçamental, inicialmente centrado na análise na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, finalizando com a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

No segundo capítulo analisa-se detalhadamente o endividamento autárquico questão de primordial importância no contexto global da administração pública.

As demonstrações financeiras e respetiva análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, apresentam-se no terceiro capítulo.

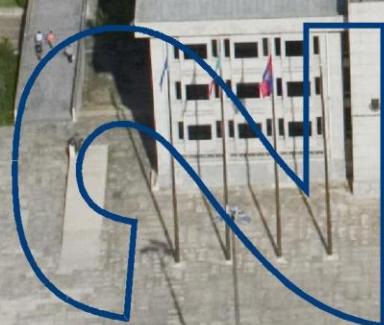
O quarto capítulo é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, considerados mais relevantes no âmbito das finanças municipais, de natureza orçamental e patrimonial.

Do quinto e último capítulo, como suporte fundamental desta análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

A concluir a apreciação das contas insere-se a certificação legal das contas individuais, proferida pelo auditor externo do Município da Maia, em cumprimento do disposto no artigo 77.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.

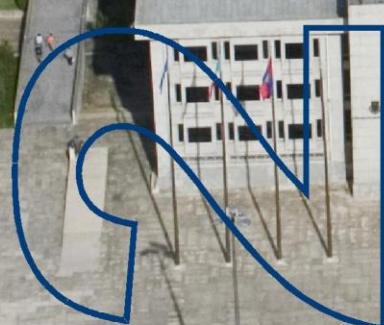
Ainda nos termos previstos no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, preceitua o n.º 2 do seu artigo 76.º que o reporte financeiro das contas consolidadas será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, a submeter oportunamente ao órgão executivo de modo a ser apreciado pelo órgão deliberativo em conformidade com o que se encontra legalmente previsto.

69



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com o propósito de analisar este capítulo e sendo essencial para compreender melhor os fatores relacionados com a execução orçamental de 2018, mais concretamente, no que se refere ao procedimento do desenvolvimento das suas principais variações, promove-se o estudo da variação entre o orçamento inicial, final e executado permitindo assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, como seja o esforço em matéria de arrecadação de receita, fator essencial para a realização do objetivo político, num cenário macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

Cada uma destas perspetivas de análise, bem como a respetiva evolução, será assunto de maior detalhe ao longo do presente documento.

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Tal como o verificado em gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2018						
ANO DE 2018						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	63.840.258	63.840.258	0	67.960.872	4.120.614	106,45%
Receitas de Capital	16.157.492	8.982.732	- 7.174.760	6.311.000	-2.671.733	70,26%
Outras Receitas	100	100	0	30.153	30.053	30152,80%
Saldo da gerência anterior	0	15.495.844	15.495.844	15.495.844	0	100,00%
Total	79.997.850	88.318.934	8.321.084	89.797.868	1.478.934	101,67%
Despesas Correntes	48.352.759	51.412.234	3.059.475	43.186.897	-8.225.337	84,00%
Despesas de Capital	31.645.091	36.906.700	5.261.609	26.009.735	-10.896.965	70,47%
Total	79.997.850	88.318.934	8.321.084	69.196.632	-19.122.302	78,35%

Un: Euros

O orçamento inicial do município para o exercício de 2018 foi aprovado pelo valor de 79.977.850 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 63.840.258 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 48.352.759 €.

Quanto às rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 31.645.091 € e o da receita em 16.157.492€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como certificam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das trinta e sete modificações realizadas ao orçamento, escoradas em trinta e cinco Alterações e duas Revisões, que no seu conjunto determinaram um acréscimo de (+) 8.321.084 € no orçamento inicial, a dotação final do Orçamento Municipal posicionou-se em 88.318.934 €, distribuídos nos seguintes termos:

- Em matéria de natureza corrente, a dotação final das receitas foi igual à dotação inicial, não se apurando qualquer variação, enquanto as despesas correntes comportaram uma variação positiva de (+) 3.059.475 €, o que determinou uma dotação final de 51.412.274 €.
- Quanto às rubricas de natureza de capital, a dotação final das despesas de capital ascendeu a 36.906.700€, (+) 5.261.609 € que a inicial, enquanto as receitas de capital, comportaram uma variação negativa de (-) 7.174.760 €, o que determinou uma dotação final de 8.982.732 €.

Esta variação da dotação global do Orçamento Municipal em (+) 8.321.084 € teve por base:

- A integração de parte do saldo da gerência anterior, no montante de 7.426.744,11 €, tendo em vista, a reafectação de “dotação não definida” para “dotação definida” de vários projetos financiados no âmbito do PEDU, os quais estavam pendentes da aprovação das candidaturas, bem como reforço de projetos cujos processos de contratação pública tinham impacto financeiro no exercício em análise.
- O aumento no valor de 3.988.440,24 €, proveniente do “Empréstimo Bancário a Médio e Longo Prazo” assumido no âmbito da concretização do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe, que teve como contrapartida o aumento da dotação da receita.
- A diminuição no montante de (-) 3.094.100,00€, em consequência da recalculação financeira da despesa indexada a vários projetos cofinanciados inscritos no Plano Plurianual de Investimentos, por contrapartida da diminuição da receita de natureza consignada.

Quanto à execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes permaneceu em níveis elevados, 106,45%, o que significa que do total de 63.840.258 € previstos arrecadar foram cobrados 67.960.872 €, originando um acréscimo de (+) 4.120.614 €.

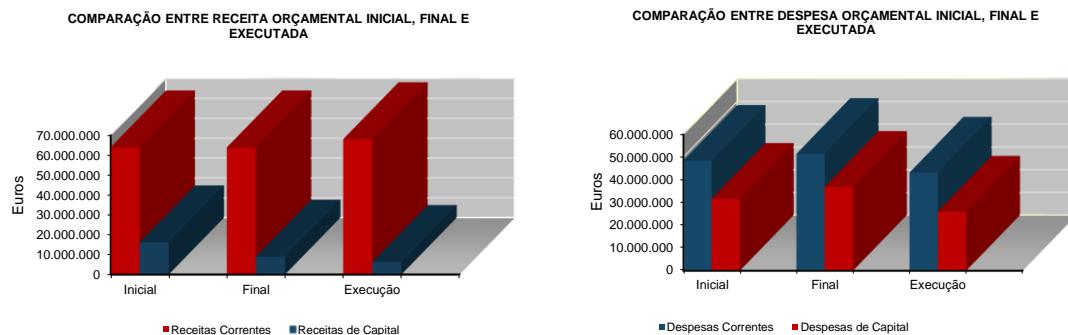
Relativamente às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão inicial de 16.157.492 € apenas se arrecadou 6.311.000 €, em consequência da não concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente previstas.

No grupo das despesas, a taxa de execução das despesas correntes confluí para 84,00%, e as despesas de capital para 70,47%, o que determina que sejam as despesas correntes que mais convergem para a execução orçamental.

Perante a dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 69.196.632 € e o total da receita cobrada a 89.797.868 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 78,35% e 101,67%, respetivamente.

O Gráfico 1 é ilustrativo dos desvios anotados.

Gráfico 1



No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da mencionada regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorre, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como acontecia outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra remete-se para o capítulo seguinte.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Como é sabido, faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o período em apreço por via de trinta e cinco Alterações e duas Revisões, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere.

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2018		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	35	2
Plano Plurianual de Investimentos	27	1
Plano de Atividades Mais Relevantes	30	2
Orçamento da Receita	5	1

Un: Número

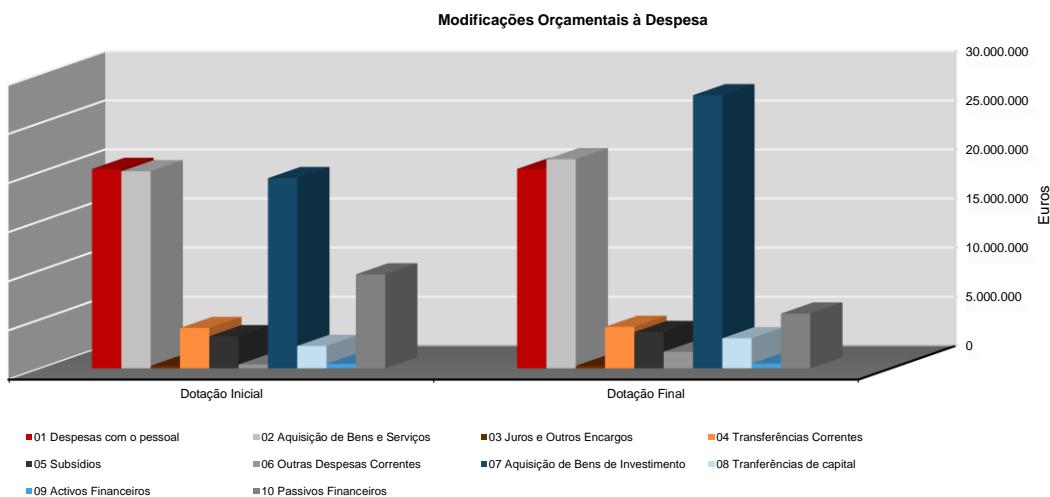
Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2018, face aos sucessivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2018								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	48.352.759	60,44%	7.903.714	4.844.239	51.412.234	58,21%	3.059.475	6,33%
01 Despesas com o pessoal	20.295.940	25,37%	1.017.927	1.017.927	20.295.940	22,98%	0	0,00%
02 Aquisição de Bens e Serviços	20.055.846	25,07%	3.403.602	2.180.482	21.278.966	24,09%	1.223.120	6,10%
03 Juros e Outros Encargos	254.357	0,32%	28.000	30.000	252.357	0,29%	-2.000	-0,79%
04 Transferências Correntes	4.101.050	5,13%	381.425	265.910	4.266.565	4,77%	15.515	2,82%
05 Subsídios	3.257.866	4,07%	1.430.750	999.610	3.689.006	4,18%	431.140	13,23%
06 Outras Despesas Correntes	387.700	0,48%	1.642.010	350.310	1.679.400	1,90%	1.291.700	333,17%
Despesas Capital	31.645.091	39,56%	16.714.116	11.452.507	36.906.700	41,79%	5.261.609	16,63%
07 Aquisição de Bens de Investimento	19.356.735	24,20%	15.322.811	6.881.312	27.798.235	31,47%	8.441.500	43,61%
08 Transferências de capital	2.278.000	2,85%	851.305	73.000	3.056.305	3,46%	778.305	34,17%
09 Ativos Financeiros	452.186	0,57%	540.000	509.755	482.431	0,55%	30.245	6,69%
10 Passivos Financeiros	9.558.170	11,95%	0	3.988.440	5.569.730	6,31%	-3.988.440	-417,3%
TOTAL	79.997.850	100,00%	24.617.830	16.296.746	88.318.934	100,00%	8.321.084	10,40%

Un:Euros

Gráfico 2



Da apreciação geral do Quadro 3 e em consequência das trinta e cinco alterações e duas revisões realizadas ao orçamento da despesa, identificam-se os reforços no valor global de 24.617.830 €, traduzidos da seguinte forma:

- 8.321.084 € que originaram um aumento na dotação global do orçamento da despesa, que teve como contrapartida o aumento da dotação global do orçamento da receita no montante de 7.426.744,11 € em resultado da integração do saldo da gerência anterior, acrescido do montante de 894.339,89 € em consequência do empréstimo bancário de MLP assumido no âmbito do processo de dissolução e liquidação do FII Maia Golfe, cujo valor total foi substancialmente atenuado pela diminuição da receita associada a vários projetos financiados no âmbito do PEDU, por força da recalculação dos respetivos projetos.
- 16.296.746 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, não dando origem a qualquer alteração na dotação global do orçamento.

A modificação positiva com maior expressão ocorreu nas Despesas de Capital, no grupo das “Aquisições de Bens de Investimento”, com um acréscimo de 8.441.500 €, derivada sobretudo da necessidade de reforçar a componente “Terrenos” mais concretamente o Projeto inscrito no objetivo 3.5.4 - **ATIVOS FINANCEIROS** - Programa/Ação Nº. 29/2014 – “Reversão de Fundos Imobiliários”, a fim de permitir a concretização do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe, por via da celebração do contrato de cessão da posição contratual com a Caixa Geral de Depósitos, tendo como contrapartida a aquisição dos terrenos que integravam o Fundo.

Logo a seguir posicionam-se as modificações positivas na rubrica de “Outras Despesas Correntes”, no montante de 1.291.700 €, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial, como sejam as

restituições de impostos e taxas e encargos de sentença de tribunal, a par do aumento de 1.223.120 € na componente de “*Aquisição de Bens e Serviços*”, esta última tendo por finalidade:

- A criação do projeto 2018/A/55 – “Comemoração de 500 anos do Foral da Maia”, no valor de 50.000,00€;
- O reforço dos “Encargos de cobrança de receita”, no montante de 170.000,00 €, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, também impossíveis de prever no momento da elaboração do Orçamento inicial.
- O reforço de vários projetos iniciados ou a iniciar, incluindo os inscritos com dotação não definida, com impacto financeiro no exercício de 2018;
- O ajustamento orçamental indexado a projetos cofinanciados, por força da necessidade de recalendarização da respetiva despesa;

Ainda no grupo das despesas de capital, verifica-se uma variação positiva de (+) 778.305 € nas “*Transferências de Capital*” que foi determinada pela necessidade de reforçar a classificação económica 08.07.01 – Instituições sem Fins Lucrativos, a fim de permitir a atribuição de subsídios no âmbito do investimento.

Com menor variação positiva, sucedem-se os aumentos de (+) 431.140 € na rubrica de “*Subsídios*”, resultante do reforço no projeto 54/A/2010, “Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal, e de (+) 115.515 € nas “*Transferências Correntes*”.

Por último e com menor materialidade, apresenta-se o reforço (+) 30.245 € na rubrica “*Ativos Financeiros*” incluído nas despesas de capital.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete para a anulação com maior expressão de (-) 3.988.440 € na rubrica “*Passivos Financeiros*”, que teve por finalidade a diminuição no projeto 32/A/2011, “*Serviço de dívida autárquica*”, mais concretamente na económica 10.06.03.02 – Outros, por onde inicialmente estava prevista a amortização do empréstimo a médio e longo prazo, a fim de transferir a verba para o projeto 29/I/2014 – “*Reversão de Fundos Imobiliários*” para a concretização do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe.

Com somenos importância regista-se a anulação na rubrica “*Juros e Outros Encargos*” com pouca expressividade no orçamento global, atingindo apenas uma variação de (-) 2.000 €.

Neste âmbito interessa de igual modo registar que, para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se, vinte e sete alterações e uma revisão, quanto ao Plano das Atividades Mais Relevantes realizaram-se trinta alterações e duas revisões, as quais provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 8.321.084 €, em consequência das razões anteriormente expostas.

No Capítulo do Orçamento da Receita foram executadas cinco alterações e uma revisão, que conjuntamente implicaram um aumento da dotação global do orçamento de 8.321.084 €, fundamentadas nos seguintes termos:

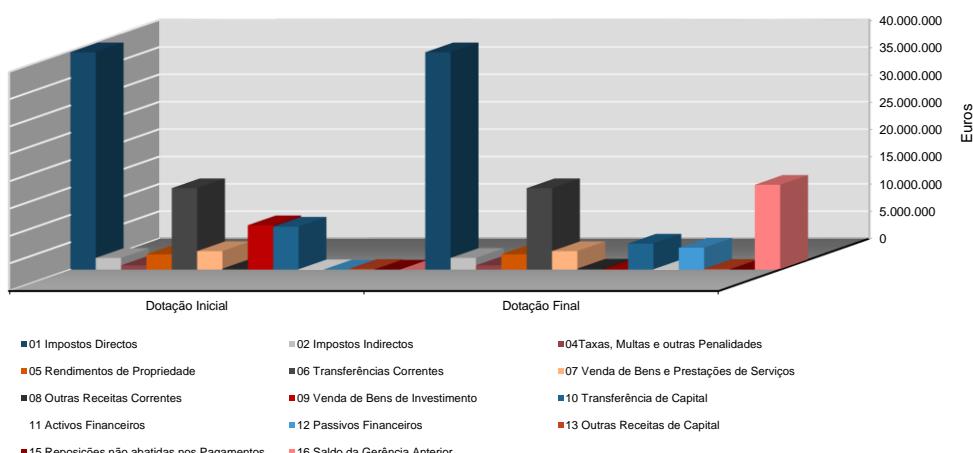
Quadro 4

Capítulos	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA							
	Dotação Inicial			Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%		
Receitas Correntes	63.840.258	79,80%	0	0	63.840.258	72,28%	0	0,00%
01 Impostos Directos	39.698.900	49,62%	0	0	39.698.900	44,95%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	2.134.100	2,67%	0	0	2.134.100	2,42%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	779.000	0,97%	0	0	779.000	0,88%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.798.600	3,50%	0	0	2.798.600	3,77%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	14.874.858	18,59%	0	0	14.874.858	18,84%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.375.500	4,22%	0	0	3.375.500	3,82%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	179.300	0,22%	0	0	179.300	0,20%	0	0,00%
Receitas Capital	16.157.492	20,20%	3.988.440	11.163.200	8.982.732	10,17%	-7.174.760	-44,41%
09 Venda de Bens de Investimento	8.103.700	10,13%	0	8.069.100	34.600	0,04%	-8.069.100	-99,57%
10 Transferência de Capital	7.849.392	9,81%	0	3.094.100	4.755.292	5,38%	-3.094.100	-39,42%
11 Ativos Financeiros	61.500	0,08%	0	0	61.500	0,07%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	3.988.440		3.988.440	4,52%	3.988.440	-
13 Outras Receitas de Capital	142.900	0,18%	0	0	142.900	0,16%	0	0,00%
Outras Receitas	100	0,00%	15.495.844	0	15.495.944	17,55%	15.495.844	15495844,11%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	15.495.844	0	15.495.844	17,55%	15.495.844	-
TOTAL	79.997.850	100,00%	19.484.284	11.163.200	88.318.934	100,00%	8.321.084	10,40%

Un:Euros

Gráfico 3

Modificações Orçamentais à Receita



- A primeira alteração a ser elaborada teve como finalidade o ajustamento de receita orçamental indexada a projetos cofinanciados, no âmbito da recalendariização da despesa associada ao projeto financiado inscrito no Plano Plurianual de Investimentos referente à “Requalificação e Modernização das Escolas EB 2,3 de Gonçalo Mendes da Maia e Gueifães”, por contrapartida da diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento para 2018, nos Projetos N.ºs: 21/2017 e 23/2017, respetivamente, dada a natureza consignada da receita em causa, consequente da respetiva recalendariização financeira.

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 1.105.000,00 €, na rubrica da receita “10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados”.

- A segunda a ser elaborada, teve como finalidade o ajustamento de receita orçamental indexada a projetos cofinanciados, no âmbito da recalendariização da despesa associada ao projeto financiado inscrito no Plano Plurianal de Investimentos alusivo à “Requalificação e Modernização da Escola EB 2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira – Acordo de Colaboração com o Poder Central”, por contrapartida da diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento para 2018, no Projeto N.º 22/2017, dada a natureza consignada da receita em causa, consequente da respetiva recalendariização financeira.

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 520.625,00 €, na rubrica da receita “10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados”.

- A terceira a ser elaborada, teve como finalidade o ajustamento de receita orçamental indexada a projetos cofinanciados, no âmbito da recalendariização da despesa associada ao projeto financiado inscrito no Plano Plurianal de Investimentos respeitante ao ”Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Avenida de D. Manuel II, na Freguesia da Cidade da Maia, desde a Rua de José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia”, por contrapartida da diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento para 2018, no Projeto N.º 8/2017, dada a natureza consignada da receita em causa, consequente da respetiva recalendariização financeira.

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 157.250,00 €, na rubrica da receita “10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados”.

- A quarta a ser elaborada, teve como finalidade a inscrição da rubrica de classificação económica 12.06.02 – Empréstimos a médio e longo prazo – Sociedades financeiras, considerando que nos termos da alínea d) do Ponto 3.3 - Regras previsionais, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro: “As importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato”.

O valor desta alteração foi de 3.988.440,24 € e implicou um aumento global do Orçamento de Receita do mesmo valor, que teve como contrapartida um aumento global do Orçamento de Despesa.

A contratação deste empréstimo, para viabilização da concretização do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe por via da celebração do contrato de cessão da posição contratual com a Caixa Geral de Depósitos, tendo como contrapartida a aquisição dos terrenos que integravam o Fundo, foi aprovada por deliberação do Executivo Municipal tomada na reunião realizada no dia 19 de Junho de 2017, tendo essa deliberação sido homologada pela Assembleia Municipal em 30 do mesmo mês.

- A quinta e última a ser elaborada, teve como finalidade o ajustamento de receita orçamental indexada a vários projetos cofinanciados, no âmbito da recalendariização da despesa associada a vários projetos financiados inscritos no Plano Plurianal de Investimento, por contrapartida da

diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento para 2018, dada a natureza consignada da receita em causa, consequente da respetiva recalendariização financeira.

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 1.311.225,00 €, na rubrica da receita “10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados”.

- No que toca à única revisão, teve por finalidade a integração do saldo da gerência anterior no montante de 15.495.844,11 €, com a seguinte aplicação:
 - 8.069.100,00 €, com contrapartida na diminuição da rubrica “09 - Venda de Bens de Investimento”, que se encontrava excessivamente dotada.
 - 7.426.744,11 €, para aumento global do Orçamento da Receita, como contrapartida do aumento global do Orçamento da Despesa, em igual montante.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Evolução dos Fluxos Monetários

Por forma a avaliar as fontes de financiamento, desenvolve-se uma análise, numa ótica orçamental, à evolução da variação de ativos com reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS									
	2016			2017			2018		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência anterior	11.310.502		11.310.502	16.405.049		16.405.049	15.495.844		15.495.844
Corrente	66.299.182	42.531.259	23.767.923	65.095.370	43.013.714	22.081.656	67.960.872	43.186.897	24.773.974
Capital	1.105.344	19.833.585	-18.728.241	1.678.431	24.675.192	-22.996.762	6.311.000	26.009.735	-19.698.735
Outras	54.866		54.866	5.901		5.901	30.153		30.153
TOTAL	78.769.893	62.364.844	16.405.049	83.184.750	67.688.906	15.495.844	89.797.868	69.196.632	20.601.236

Un.Euros

A Evolução dos Fluxos Monetários do último triénio evidencia significativas poupanças correntes brutas acima dos 20 M€ e que resultam de anos consecutivos de receitas correntes cobradas acima das despesas correntes pagas.

Com efeito, em 2018, a receita corrente cobrada ascendeu a 67.960.872 € e a despesa corrente paga situou-se nos 43.186.897 €, registando-se uma considerável poupança corrente bruta de 24.773.974 €, que sustentou não só *deficit* alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada é inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento.

Relativamente à componente de capital, observa-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, motivando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e pelo saldo da gerência anterior. No exercício de 2018, importa realçar que o saldo negativo de capital foi totalmente absorvido pela poupança corrente.

O total da receita cobrada bruta atingiu 89.797.868 € e a despesa total paga 69.196.632 € gerando um saldo para a gerência seguinte de 20.601.236 €, bastante superior ao transitado da gerência de 2017, como se poderá aferir no Gráfico 4.

Gráfico 4

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS



POUPANÇA CORRENTE

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, na redação prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser observadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do deficit orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para verificar o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:

Quadro 6

PRINCÍPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Ano 2018				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	63.840.258	63.840.258	67.960.872
(2)	Despesa Corrente	48.352.759	51.412.234	43.186.897
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	15.487.499	12.428.024	24.773.974
(4)	Amortizações médias empréstimos de MLP	10.937.130	10.937.130	10.937.130
(5)=(3)-(4)		4.550.369	1.490.894	13.836.844

Un:Euros

Conclui-se da análise do Quadro 6 que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertaçāo de 13.836.844 € para financiamento de investimento.

Todavia, o conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizado nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que importa avaliar simultaneamente a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que compreende estas duas variáveis.

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO			
	2016	2017	2018
Receita Corrente Executada	66.299.182	65.095.370	67.960.872
Despesa Corrente Executada	42.531.259	43.013.714	43.186.897
Poupança Corrente Bruta (1)	23.767.923	22.081.656	24.773.974
Variação	28,50%	-7,09%	12,19%
Dívida Corrente Transitada (2)	-102.261	206.053	-334.991
Da Gerência Anterior	411.886	309.624	515.677
Para a Gerência Seguinte	309.624	515.677	180.686
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercicio (3)	-872.858	1.539.232	-944.409
Da Gerência Anterior	4.260.057	3.387.199	4.926.431
Para a Gerência Seguinte	3.387.199	4.926.431	3.982.022
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	22.997.326	23.414.836	24.164.556
Variação	26,65%	1,82%	3,20%

Un:Euros

Neste pressuposto, quando se integram na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, assiste-se a sucessivas poupanças correntes líquidas, atingindo-se em 2018, 24.164.556 €, valor ligeiramente superior ao verificado em anos anteriores.

EQUILÍBRIOS ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser aferido numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Nesta perspetiva, apresenta-se o Quadro 8 que pretende demonstrar o grau de execução do princípio mencionado.

Quadro 8

CONTROLO DO EQUILÍBRIOS ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL			
	2016	2017	2018
Receita Cobrada	67.459.391	66.779.702	74.302.024
Corrente	66.299.182	65.095.370	67.960.872
Capital	1.105.344	1.678.431	6.311.000
Outras Receitas	54.866	5.901	30.153
Despesa Paga	62.364.844	67.688.906	69.196.632
Corrente	42.531.259	43.013.714	43.186.897
Capital	19.833.585	24.675.192	26.009.735
Saldo Final de Operações Orçamentais	16.405.049	15.495.844	20.601.236
Dívida Total Transitada			
Da Gerência Anterior	422.813	336.726	650.217
Para a Gerência Seguinte	336.726	650.217	190.991
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	126,48%	122,33%	130,64%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	125,63%	121,72%	129,41%

Un:Euros

No exercício de 2018, o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi uma vez mais cumprido na íntegra, quer no que toca à execução autónoma do ano (130,64%) quer no que toca à execução global do ano (129,41%), orientação que se tem mantido ao longo do triénio representado no Quadro 8.

Com efeito, o desenvolvimento positivo destes rácios encontra-se influenciado quer pelo comportamento da dívida transitada, quer pelos bons níveis de execução orçamental da receita.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise às fontes de financiamento do investimento do ano 2018, pretende avaliar em que medida as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de salvaguardar que, de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a participação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado.

Assim, as receitas municipais foram agregadas em função da sua importância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 9

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		Valor	FF / DI
2018			
Receitas Capital (1)		6.311.000	30,9%
Venda de Bens de Investimento		46.145	0,2%
FEF Capital		336.778	16%
Fundos comunitários		1.915.307	9,4%
Outras Trans Capital		17.648	0,1%
Passivos Financeiros		3.988.440	19,5%
Ativos Financeiros		7.283	0,0%
Outras receitas de Capital		0	0,0%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)		19.206.915	94,0%
Poupança Corrente (3)		24.773.974	121,2%
Amortizações de Capital (4)		5.567.059	27,2%
Outras Despesas Capital (5)		0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)		30.153	0,1%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)		25.548.067	125,0%
Saldo gerência anterior (8)		15.495.844	75,8%
TOTAL (9) = (7)+(8)		41.043.911	200,8%
 Despesas de Investimento pagas (10)		 20.442.676	
 Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)		 49,81%	
 Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)		 20.601.236	

Un: Euros

Notas:
 FF - Fonte de Financiamento
 DI - Despesas de Investimento

Da apreciação dos elementos constantes no quadro anterior, infere-se que durante a gerência de 2018 o total da receita gerada no exercício disponível para financiar despesas de investimento ascendeu a 25.548.067 €, contribuindo para suportar a totalidade de investimento pago, ou seja, 20.442.676 €, assim como gerar, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um expressivo saldo para a gerência seguinte de 20.601.236 €.

À semelhança do exercício anterior a “Poupança Corrente”, deduzidas que sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, quando analisada isoladamente comporta 94% do investimento. Por sua vez, também o saldo da gerência anterior, por si só, permite assumir 75,8% da despesa de investimento. Assumindo estas duas componentes a maior preponderância nas fontes de

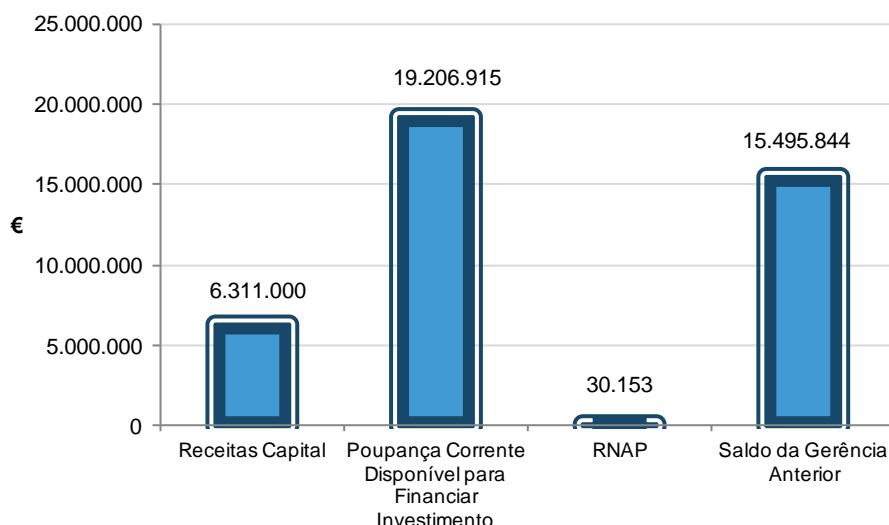
financiamento de investimento, permitindo não só suportar a totalidade do investimento como também libertar fluxos monetários para a gerência seguinte.

Com menor representatividade o agregado das receitas de capital foi responsável por 6.311.000 € da receita disponível gerada para financiamento do investimento, destacando-se o contributo dos passivos financeiros (19,5%) em resultado da celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com a Caixa Geral de Depósitos, para cessão da posição contratual do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, seguidos de 1.915.307 € das comparticipações provenientes de “Fundos comunitários”, 336.178 € do “FEF capital”, 46.145. € das “Vendas de Bens de Investimento”, 17.648 € das “Outras Transferências de Capital” e 7.283 € proveniente de “Ativos Financeiros”.

O Gráfico 5 representa a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

Gráfico 5

FONTES DE FINACIAMENTO DO INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Em cumprimento de uma recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do que está definido no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções em dinheiro está refletido no “Mapa de Fluxos de Caixa”, em virtude de estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estarem convenientemente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, assim como, na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no Mapa das Contas de Ordem só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma idêntica registada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa reflete os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício ficando associados à execução do orçamento e às operações não orçamentais, tituladas de operações de tesouraria e cauções em dinheiro, neste documento são indicados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, decompostos de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo exclusivamente objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 10 expõe, de forma resumida os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2018.

Quadro 10

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA ANO 2018				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior	19.731.583	Despesas Orçamentais		69.196.632
Execução Orçamental	15.495.844	Correntes	43.186.897	
Operações de Tesouraria	291.650	Capital	26.009.735	
Cauções em dinheiro	3.944.088			
Receitas Orçamentais	74.302.024	Dotações não Orçamentais		3.795.012
Correntes	67.960.872	Operações de Tesouraria	3.525.104	
Capital	6.311.000	Cauções em dinheiro	269.908	
Outras	30.153			
Dotações não orçamentais	3.896.399	Saldo para a gerência seguinte		24.938.361
Operações de Tesouraria	3.494.732	Execução Orçamental	20.601.236	
Cauções em dinheiro	401.667	Operações de Tesouraria	261.278	
		Cauções em dinheiro	4.075.847	
	Total	97.930.006		Total
				97.930.006

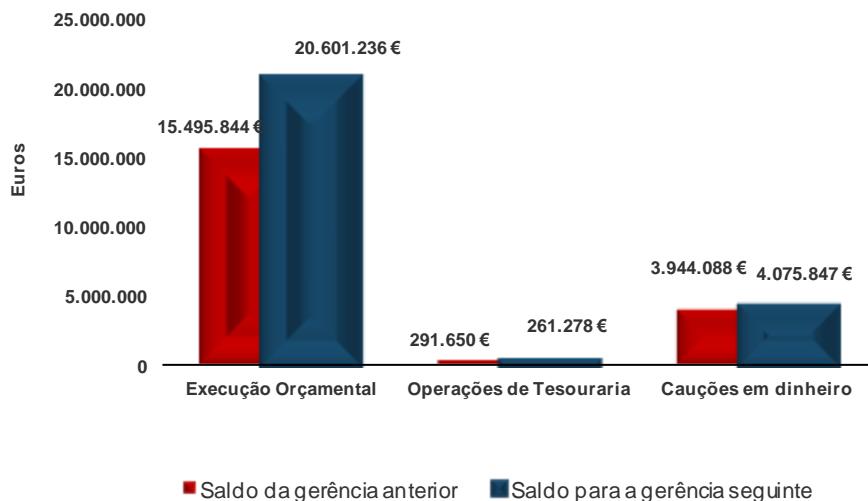
Un: Euros

Da apreciação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2018 conclui-se que:

- Os recebimentos efetuados no ano de 2018 ascendem ao montante de 78.198.423 €, sendo as receitas orçamentais de 74.302.024 € e o restante valor pertencente a dotações não orçamentais, das quais se destacam as operações de tesouraria que apresentam um valor muito expressivo de 3.494.732 €, enquanto as cauções em dinheiro apenas exibem a quantia de 401.667 €.
- Os pagamentos efetuados no ano de 2018 totalizam 72.991.644 €, sendo 69.196.632 € despesas orçamentais (correntes e de capital) e os restantes 3.795.012 €, despesas não orçamentais. Relativamente às despesas não orçamentais, podemos referir que 3.525.104 € respeitam a operações de tesouraria e 269.908 € a cauções em dinheiro.
- O resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos origina um saldo a transitar para 2019 de 24.938.361 €, sendo 20.601.236 € resultantes da execução orçamental, 261.278 € de operações de tesouraria e 4.075.847 € de cauções em dinheiro.

Gráfico 6

**COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO PARA
O PERÍODO SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA
ANO 2018**



No âmbito das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Apesar de apresentarem uma natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

O Quadro 11 traduz a repartição destes encargos de acordo com a sua natureza.

Quadro 11

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)						
Ano 2018						
	Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual	Saldo para a gerência seguinte	
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	0	2.049.789	12.000	232.441	0 2.270.230
21.7	Clientes e Utentes com Cauções					
21.7.1	De Execução de Obras (Loteamentos,...)	0	196.992	12.000	218.596	0 2.123.588
21.7.3	Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829			0 16.829
21.7.9	Outras	0	15.967		13.845	0 129.812
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	222.478	3.349.531	3.312.478	0 185.424
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos					
24.2.1	Trabalho dependente	0	102.387	1364.881	1363.928	0 101.434
24.2.2	Trabalho independente	0	13.519	19.717	16.364	0 10.167
24.2.4	Prediais	0	0	3.139	3.203	0 64
24.2.5	Pensões	0	0	617	617	0 0
24.4	Restantes impostos					
24.4.1	Imposto de selo	0	0	9	9	0 0
24.4.2	Imposto de selo - outros	0	0	162	162	0 0
24.5	Contribuições para a Segurança Social					
24.5.1	Caixa Geral de Aposentações	0	75.531	1.020.126	1.017.872	0 73.277
24.5.2	ADSE	0	84	419.947	419.897	0 34
24.5.3	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	30.294	415.771	385.477	0 0
24.9	Outras Contribuições		0			0
24.9.2	Multas e coimas	0	663	5.162	4.949	449
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	0	1.963.472	433.481	351.480	1.881.471
26.1	Fornecedores de Imobilizado					
26.12.1	Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	1026.133	257.409	169.226	0 937.949
26.2	Pessoal					
26.2.9	Outras operações com o pessoal	0	240	2.032	1.917	0 126
26.3	Sindicatos					
26.3.1	Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	0	3.845	4.180	0 335
26.3.2	Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	0	7.911	8.667	0 756
26.3.3	Sindicato Engenheiros do Norte	0	0	70	70	0 0
26.3.5	Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	0	766	852	0 86
26.3.7	Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	0	513	565	0 52
26.3.8	Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Estado Setor Público e Afins	0	0	28	28	0 0
26.3.9	Sindicato dos Trabalhadores do Estado e de entidades Setor Público	0	0	70	77	0 7
26.8	Devedores e credores diversos					
26.8.8	Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	868.167	499	0	0 867.668
26.8.9	Credores diversos - outros	0	68.932	160.338	165.897	0 74.491
Totais		0	4.235.738	3.795.012	3.896.399	0 4.337.125

Un: Euros

Da análise do quadro, verifica-se que no exercício de 2018 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 3.896.399€, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 3.795.012€. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

No final da gerência, as cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais existentes em cofre com cerca de 94%, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

CONTAS DE ORDEM

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Tendo em conta a sua natureza, a informação foi constituída em três quadros distintos, o Quadro 12 para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o Quadro 13 para “Garantias a Favor de Terceiros”, e por último, o Quadro 14 para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES RECECIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro			Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Prestadas	Devolvidas	Accionadas	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2	Garantias					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	5.385.581	914.730	565.174		5.735.137
09.2.2	Para execução de obras	13.332.000	738.600	282.896		13.787.704
09.2.3	Outras Garantias	35.863				35.863
09.2.4	Garantias até 31.12.2001					0
09.2.5	Hipotecas	3.719.140				3.719.140
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	400.658	58.164	24.038		434.784
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	129.687				129.687
	Total	23.002.929	1.711.493	872.108	0	23.842.315

Un.: Euros

A rubrica com maior impacto é a de garantias prestadas “para execução de obras” originando um saldo para a gerência seguinte de 13.787.704 €, pese embora no exercício de 2018 as garantias prestadas “de empreitadas e fornecimentos” apresentem o maior valor, 914.730 €.

Em 2018 foram prestadas a favor da autarquia garantias no valor de 1.711.493 € e devolvidas 872.108 €, originando para a gerência seguinte, um saldo transitado de 23.842.315 €.

Quadro 13

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
		(A)	Prestadas	Devolvidas	Accionadas	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4	Cauções a favor de terceiros					
09.4.1	Vasilhames					0
09.5	Garantias a favor de terceiros					
09.5.1	Empreitadas e fornecimentos	102.500				102.500
09.5.2	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787				5.175.787
09.5.3	Outras garantias a favor de terceiros	15.166.554		2.083.302		13.083.252
	Total	20.444.841	0	2.083.302	0	18.361.540

Un.: Euros

Permanecem registadas a favor de terceiros:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- Três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.
- Duas garantias, cada uma no valor unitário de 6.541.626 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu computo global refletem a libertação de 2.083.302 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2017, justificando na íntegra a diminuição assinalada nas garantias prestadas.
- Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intervém contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, razão por que se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, apesar de, desde 2004 e até à presente data, nunca terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Quadro 14

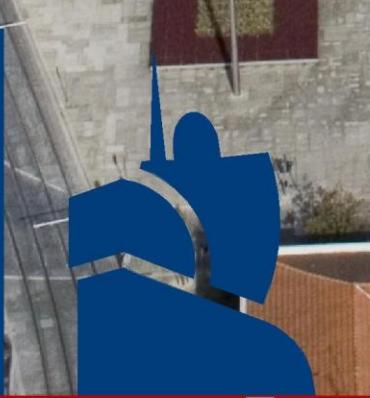
RECIBOS PARA COBRANÇA						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte
		(A)	Cobrança (B)	Anulação (C)	Emissão (C)	(D)=(A)-(B)+(C)
09.3	Receita Virtual	1.568.217				1.568.217
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217				0
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano					
	Total	1.568.217			Total	1.568.217

Un.: Euros

Conclusão diferente é aplicável aos recibos para cobrança, uma vez que no ano de 2018 não foi efetuada qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantendo-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é rigorosamente igual ao saldo da gerência anterior, cujo detalhe por conta de terceiros se discrimina no quadro seguinte.

Quadro 15

Detalhe da conta de terceiros dos Recibos para Cobrança		
Conta terceiros	Designação da Conta	Valor
21.8.1.02.1	Cob. em atraso - contribuintes - agregada	84 €
21.8.2.02.1	Cobranças em litígio - contribuintes - agregada	353.028 €
21.8.2.03.1	Cob. em litigio - Utentes - agregada	22 €
26.8.7.8.02.1	Devedores diversos - cobrança em litígio - agregad	500.778 €
26.8.7.8.02.2	Devedores diversos - cobrança em litígio - individ	714.305 €
Total		1.568.217 €
Un:Euros		



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 16

	Estrutura Geral da Receita						
	2016	2017	Previsão	2018	Peso	Variação 2017/2018	Taxa de Execução
Execução	Execução	Execução					
Receitas Correntes	66.299.182	65.095.370	63.840.258	67.960.872	91,5%	4,4%	106,5%
Impostos Diretos	42.197.159	39.469.454	39.698.900	43.960.222	59,2%	11,4%	110,7%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out.	2.742.732	3.957.049	2.913.100	3.202.433	4,3%	-19,1%	109,9%
Penalidades							
Rendimentos de Propriedade	2.798.670	2.823.607	2.798.600	2.649.082	3,6%	-6,2%	94,7%
Transferências Correntes	14.923.734	15.347.594	14.874.858	14.379.075	19,4%	-6,3%	96,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.400.138	3.172.268	3.375.500	3.564.011	4,8%	12,3%	105,6%
Outras Receitas Correntes	236.749	325.398	179.300	206.049	0,3%	-36,7%	114,9%
Receitas de Capital	1.105.344	1.678.431	8.982.732	6.311.000	8,5%	276,0%	70,3%
Venda de Bens de Investimento	126.090	1.501	34.600	46.145	0,1%	2974,9%	133,4%
Transferências de Capital	554.144	1.400.433	4.755.292	2.269.132	3,1%	62,0%	47,7%
Ativos Financeiros	5.148	3.330	61.500	7.283	0,0%	118,7%	11,8%
Passivos Financeiros			3.988.440	3.988.440	5,4%		
Outras Receitas de Capital	419.962	273.167	142.900	0	0,0%	-100,0%	0,0%
Outras Receitas	54.866	5.901	100	30.153	0,0%	411,0%	30152,8%
Total das Receitas	67.459.391	66.779.702	72.823.090	74.302.024	100,0%	11,3%	102,0%
Integração do saldo da gerência	11.310.502	16.405.049		15.495.844			
Total	78.769.893	83.184.750		89.797.868			

Un: Euros

Observado o triénio em apreço verifica-se que na gerência em análise há uma inversão da propensão de quebra da receita que se vinha a registar desde o ano de 2015.

Excluído que seja o saldo da gerência anterior, em 2018 a receita total ascendeu a 74.302.024 €, o que traduz um acréscimo de (+) 7.522.322 € face a 2017. Este comportamento positivo da receita resulta da similitude de resultados de ambas as componentes, quer sejam as de natureza corrente, (+) 4,4%, quer sejam de capital (+) 276%.

Pese embora este acréscimo esteja influenciado pela assunção do contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 3.988.440 €, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, excluído que seja o seu efeito no total da receita arrecadada, obter-se-ia ainda assim, uma execução orçamental da receita superior à do ano transato em (+) 3.533.882 €.

Afere-se dos dados apresentados que as receitas correntes, a par das gerências anteriores, têm sido as que mais se destacam em termos de desempenho orçamental.

As receitas correntes, reiteradamente apresentam um peso preponderante na estrutura geral da receita, comportando neste exercício 67.960.872 €, ou seja 92%, do total da receita arrecadada, contribuindo para a excelente taxa de execução global de 102%. A variação positiva verificada de (+) 4,4%, ficou a dever-se maioritariamente ao impacto dos *Impostos Diretos*, que por si só aumentaram (+) 4.490.768 € e à *Venda de Bens e Serviços Correntes*, (+) 391.743 €, não obstante, simultaneamente se observarem decréscimos nas rubricas de *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, (-) 754.616 €, *Rendimentos de Propriedade*, (-) 174.525 €, *Transferências Correntes*, (-) 968.519 €, e *Outras Receitas Correntes*, (-) 119.349 €.

Em matéria de receitas de capital, de igual modo se verifica que ao longo do triénio o seu peso no cômputo geral da receita é reduzido. Anote-se que o aumento registado em 2018 ficou a dever-se maioritariamente aos montantes recebidos por conta das rubricas *Transferências de Capital*, 2.269.132 €

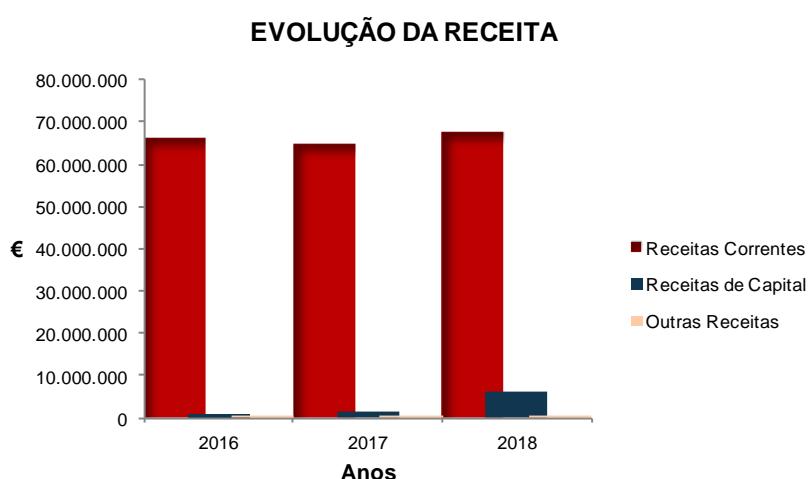
e Passivos Financeiros, 3.988.440 €, e com menor relevância, às Venda de Bens de Investimento, 46.145 €, e aos Ativos financeiros, 7.283 €.

No que concerne, às Outras Receitas, regista-se que não têm qualquer expressividade no total da receita e referem-se, única e exclusivamente, a reposições não abatidas nos pagamentos.

Em síntese, as *receitas correntes* são de forma recorrente a principal fonte de financiamento da atividade municipal demarcando-se claramente das *receitas de capital* e das *outras receitas*.

Retrata-se seguidamente, a evolução da receita ao longo do triénio 2016-2018, com a aposição de um gráfico.

Gráfico 7



Centraremos, a análise das Receitas Municipais tendo em vista promover uma avaliação mais pormenorizada, nos subgrupos:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências
- Passivos Financeiros

RECEITAS PRÓPRIAS

Considerando a importância de avaliar a capacidade que o município tem de arrecadar receita própria, sem recorrer à ajuda de terceiros, que mais não é do que avaliar o seu grau de autonomia financeira, tendo em vista a prossecução das suas atribuições. Procede-se assim, à análise das receitas próprias que correspondem ao total de receitas cobradas, excluídas de transferências e empréstimos contraídos, subdividindo-as em grupos de natureza corrente e de capital.

Quadro 17

	RECEITAS PRÓPRIAS											
	2016		2017		2018		Previsão	Execução	Variação 2017/2018	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor	Variação 2015/2016	Valor	Variação 2016/2017	Execução							
Receitas Correntes												
Impostos Diretos	42.197.159	17,8%	39.469.454	-6,5%	39.698.900	43.960.222	11,4%	82,0%	64,7%	59,2%		
Impostos Indiretos,Tx Multas e Out Penalidades	2.742.732	-10,9%	3.957.049	44,3%	2.913.100	3.202.433	-19,1%	6,0%	6,1%	4,3%		
Rendimentos de Propriedade	2.798.670	3,9%	2.823.607	0,9%	2.798.600	2.649.082	-6,2%	4,9%	4,3%	3,6%		
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.400.138	0,3%	3.172.268	-6,7%	3.375.500	3.564.011	12,3%	6,6%	4,9%	4,8%		
Outras Receitas Correntes	236.749	56,3%	325.398	37,4%	179.300	206.049	-36,7%	0,4%	0,5%	0,3%		
Sub Total	51.375.447	13,8%	49.747.776	-3,2%	48.965.400	53.581.797	7,7%	99,9%	76,4%	72,1%		
Receitas Capital												
Venda de Bens de Investimento	126.090	120,0%	1.501	-98,8%	34.600	46.145	2974,9%	0,1%	0,0%	0,1%		
Ativos Financeiros	5.148	-7,9%	3.330	-35,3%	61.500	7.283	118,7%	0,0%	0,0%	0,0%		
Outras Receitas de Capital	419.962	14427,5%	273.167	-35,0%	142.900	0	-100,0%	0,0%	0,4%	0,0%		
Sub Total	551.200	737,8%	277.997	-49,6%	239.000	53.427	-80,8%	0,1%	0,4%	0,1%		
Total das Receitas Próprias	51.926.648	14,9%	50.025.773	-3,7%	49.204.400	53.635.224	7,2%	100,0%	76,8%	72,2%		
Total das Receitas Correntes	66.299.182	11,6%	65.095.370	-1,8%	63.840.258	67.960.872	4,4%		100,0%	91,5%		
Total das Receitas	67.459.391	-10,3%	66.779.702	-1,0%	72.823.090	74.302.024	11,3%			100,0%		

Un:Euros

Do que é dado a observar, é possível aferir que as receitas próprias reproduzem propensões idênticas às ocorridas na receita global. Regista-se no triénio 2016-2018 um recorrente predomínio das receitas próprias correntes sobre as de capital, destacando-se em 2018 a inversão da diminuição ocorrida no ano de 2017 ao apresentar um aumento significativo dos seus níveis de cobrança que, com o total de 53.635.224 €, avoca (+) 3.609.451 € que no ano transato.

Em 2018, é mais uma vez inequívoca a preponderância da componente corrente sobre a de capital, ao absorver quase a totalidade de receita própria cobrada (99,9%). Assiste-se, como foi referido, a uma recuperação da capacidade de formação de recursos próprios muito significativa, com especial enfoque nas receitas próprias de natureza corrente que ao totalizarem 53.581.797 €, apresentam um resultado positivo de (+) 3.834.021 €, (+) 7,7% face a 2017.

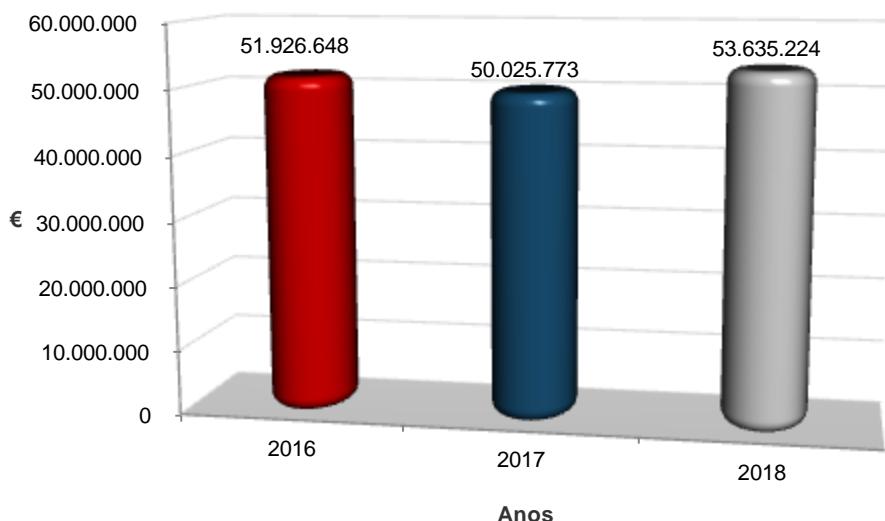
Para este desempenho, concorrem sobremaneira as rubricas dos *Impostos Diretos*, da *Venda de Bens e Prestação de Serviços* com um aumento de (+) 4.490.768 € e (+) 391.743 € respetivamente e, em sentido oposto, as demais rubricas evidenciam diminuições, nomeadamente os *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, (-) 754.616 €, os *Rendimentos de Propriedade*, (-) 174.525 €, e as *Outras Receitas Correntes*, (-) 119.349 €.

Relativamente ao agrupamento das receitas de capital, estas contribuíram apenas com o montante de 53.427 € pouco relevante no total das receitas próprias.

De forma a visualizar melhor o anteriormente exposto, apresenta-se o Gráfico 8 que caracteriza a composição da receita própria.

Gráfico 8

EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA



Dada a importância da receita própria, para o desenvolvimento da atividade municipal de forma sustentada, observa-se com maior minúcia as suas principais componentes.

IMPOSTOS DIRETOS

A receita fiscal auxilia, sistematicamente, de forma inquestionável, o financiamento das atividades levadas a cabo pelo Município, dado que ao longo das sucessivas gerências se afirma como a principal fonte de receita bruta global.

Quadro 18

IMPOSTOS DIRETOS						
	2016	2017	2018	Peso	Variação 2017/18	
					Valor	%
Impostos diretos	42.175.359	39.384.017	43.899.362			
Imposto Municipal s/ Imóveis	21.492.151	21.165.338	22.050.127	50,2%	884.789	4,2%
Imposto Único de Circulação	3.130.798	3.400.111	3.561.939	8,1%	161.828	4,8%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	9.592.900	6.804.491	10.119.668	23,0%	3.315.177	48,7%
Derrama	7.959.509	8.014.078	8.167.628	18,6%	153.550	1,9%
Impostos abolidos	1	76.062	53.637	0,1%	-22.425	-29,5%
Contribuição Especial	21.799	9.375	7.223	0,0%	-2.152	-23,0%
Total	42.197.159	39.469.454	43.960.222	100,0%	4.490.768	11,4%

Un:Euros

Durante o exercício de 2018 por conta dos *Impostos Diretos*, arrecadou-se um total de 43.960.222 €, o que determinou um acréscimo de (+) 4.490.768 €, ou seja (+) 11,4% face a 2017. Tal comportamento

posiciona este agrupamento de receita como sendo uma das principais fontes de receita municipal, ao representar no ano em análise cerca de 59% da receita global e 82% da receita própria.

Em alinhamento com as anteriores gerências, permanecem como componentes mais influentes o *Imposto Municipal sobre Imóveis* (IMI), o *Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis* (IMT) e a *Derrama*, destacando-se sempre em primeiro lugar o IMI pelo seu peso e materialidade, ao assumir reiteradamente cerca de 50% do total dos impostos diretos cobrados.

No exercício de 2018, o *IMI* contribuiu isoladamente com 22.050.127 € o que relativamente ao ano transato representou um acréscimo de (+) 884.789 €, o que desde logo espelha a importância que este imposto desempenha em todas as vertentes da receita (fiscal, própria e mesmo total), pelo que, um impacto positivo ou negativo nos níveis de cobrança deste imposto influência a tendência do total da receita cobrada bruta.

No que ao *IMT* concerne, cujo montante em 2018 soma 10.119.668 €, este protagoniza uma subida considerável de (+) 3.315.177 €, sendo o segundo imposto com maior relevância o que influenciou sobremodo o incremento desta rubrica. Tendo em conta a natureza deste imposto, pode evidenciar-se aqui uma evolução favorável na própria conjuntura económica que o país atravessa.

Já no que se refere à *Derrama* cobrada em 2018, no valor de 8.167.628 €, representa 18,6% do total dos *Impostos Diretos* e apresenta um crescimento de (+) 153.550 €. Alude-se, a título informativo que, para o ano em análise, o município aprovou em dezembro de 2017 o lançamento da taxa de derrama de 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior ultrapassasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 18.º n.º1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e, uma taxa reduzida de 0,6% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior não ultrapasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 18.º n.º12 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

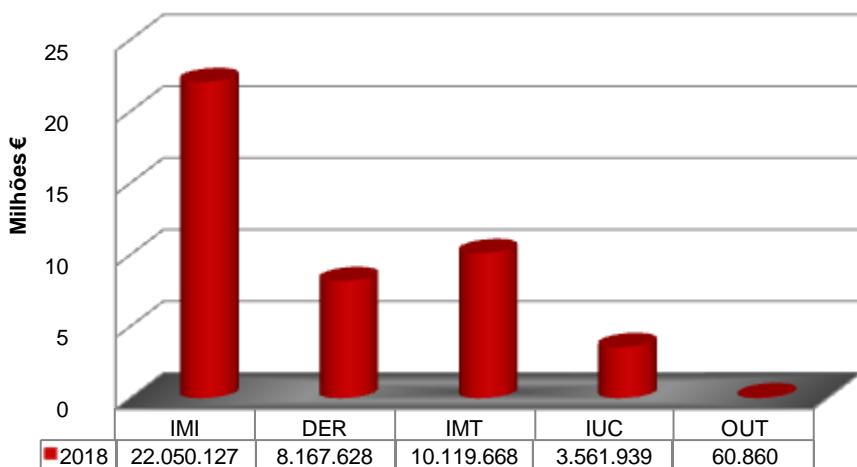
Quanto ao *IUC*, foram cobrados 3.561.939 €, o que traduziu um aumento de cerca de (+) 161.828 €.

Com pesos bastante residuais, 0,1%, surgem as componentes remanescentes dos impostos diretos, que respeitam a *Impostos Abolidos* (*Contribuição Autárquica e Sisa*) e a *Contribuição Especial* que em conjunto, totalizam 60.860 €.

Ultima-se referindo que este item da receita fiscal assume uma relevância primordial como maior fonte de financiamento do município, constituindo a maior alavancas para o desenvolvimento da atividade municipal, de tal forma que uma variação neste subgrupo da receita tem implicação direta na receita própria e mesmo na receita total.

Gráfico 9

Composição dos Impostos Diretos - 2018



IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 19

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES										
	2016	Variação 2015/2016	2017	Variação 2016/2017	2018	Previsão	Execução	Peso	Variação 2017/2018	Taxa de Execução
	Execução		Execução		Previsão	Execução				
Mercados e Feiras	25.708	4,6%	13.847	-46,1%	22.400	13.393	0,4%	-3,3%	59,8%	
Loteamentos e Obras	1.008.371	-17,3%	1.191.425	18,2%	1.142.700	1.493.992	46,7%	25,4%	130,7%	
Particulares	350.544	2,2%	458.849	30,9%	397.700	308.563	9,6%	-32,8%	77,6%	
Empresas	657.827	-25,0%	732.576	11,4%	745.000	1.185.429	37,0%	61,8%	159,1%	
Ocupação da Via Pública	1.083.191	0,7%	1.121.876	3,6%	1.104.000	1.145.171	35,8%	2,1%	103,7%	
Publicidade	114.751	0,5%	116.645	1,7%	117.900	69.270	2,2%	-40,6%	58,8%	
Outros	231.860	-6,8%	190.463	-17,9%	228.900	174.277	5,4%	-8,5%	76,1%	
Caça, uso e porte de arma	0		0		100	0	0,0%		0,0%	
Multas e Outras Penalidades	278.851	-29,4%	1.322.794	374,4%	297.100	306.329	9,6%	-76,8%	103,1%	
Total	2.742.732	-10,9%	3.957.049	44,3%	2.913.100	3.202.433	100,0%	-19,1%	109,9%	

Un: Euros

Em matéria de *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, conclui-se que no exercício de 2018 foram arrecadados 3.202.433 €, tendo originado uma variação de (-) 754.616 € face ao ano transato.

Destacam-se pela sua preponderância o contributo das rubricas de *Loteamentos e Obras*, (+) 302.567 €, *Ocupação da Via Pública*, (+) 23.295 € e em sentido inverso as *Multas e Outras Penalidades*, (-) 1.016.465 €.

O comportamento negativo, deste agrupamento, encontra-se fundamentalmente influenciado pelo decréscimo da componente *Multas e Outras Penalidades*. Facto que não é de todo alheio o montante verdadeiramente atípico, de juros de mora advenientes da cobrança coerciva dos impostos diretos levada a cabo pela Autoridade Tributária, no exercício de 2017, devidamente explanado naquele relatório de gestão e que justifica o desempenho do ano em análise. Excluída essa liquidação atípica de 2017, obtém-se uma execução aproximada aos anos anteriores.

Este decréscimo em 2018 é, contudo, atenuado pelo aumento do item de *Loteamentos e Obras*, (+) 302.567 €, pese embora se observem comportamentos diferenciados nas suas componentes, uma vez que à quebra de (-) 150.286 € nas taxas pagas pelos particulares, contrapõe-se o acréscimo de (+) 452.853 € nos Impostos Indiretos pagos pelas empresas.

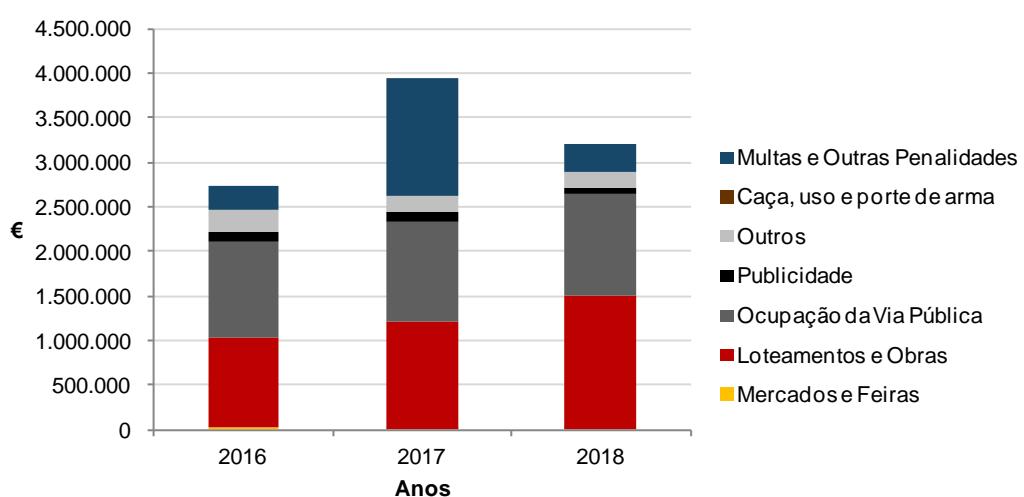
A *Ocupação da Via Pública* segue no ano em análise a mesma tendência da área anteriormente comentada, com uma variação positiva de (+) 2,1%, arrecadou um total de 1.145.171 € constituindo a segunda componente com maior expressão neste agregado de receita, ao avocar 35,8%.

No que toca à *Publicidade*, esta é responsável por uma execução orçamental de 69.270 €, o que traduz uma variação negativa de (-) 47.376 €, justificada pelo adiamento do período liquidação deste imposto devido aos constrangimentos informáticos decorrentes do update obrigatório à aplicação de publicidade e ocupação de domínio público.

O Gráfico 10 espelha a evolução deste tipo de receita ao longo do triénio 2016-2018.

Gráfico 10

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES



VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES

Quadro 20

	VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2016		2017		2018			Variação 2017/18	Taxa de Execução	
	Execução	Variação 2015/16	Execução	Variação 2016/17	Previsão	Execução	Peso			
Venda de Bens	14.662	131,9%	14.709	0,3%	23.600	32.447	0,9%	120,6%	137,5%	
Prestação Serviços Diversos:	3.293.093	0,1%	3.155.440	-4,2%	3.257.700	3.163.598	88,8%	0,3%	97,1%	
S. Sociais, recr., cult. desportivos	3.065.719	-0,7%	2.912.873	-5,0%	3.029.700	2.930.817	82,2%	0,6%	96,7%	
Serv. Específicos autarq. locais	165.303	8,1%	186.695	12,9%	168.500	181.967	5,1%	-2,5%	108,0%	
Aluguer espaços e equip.	43.834	0,0%	41.804	-4,6%	44.200	36.045	1,0%	-13,8%	81,5%	
Vistorias e ensaios	16.755	64,3%	13.117	-21,7%	14.100	13.775	0,4%	5,0%	97,7%	
Outros	1.482	20,0%	951	-35,8%	1.200	995	0,0%	4,6%	82,9%	
Rendas e Alugueres:	92.383	4,5%	2.119		94.200	367.966	10,3%	17266,7%	390,6%	
Habitação e edifícios	92.383	4,5%	2.119	-97,7%	94.100	367.966	10,3%	17266,7%	391,0%	
Outros- Rendas e alugueres	0		0		100	0	0,0%		0,0%	
Total	3.400.138	0,3%	3.172.268	-6,7%	3.375.500	3.564.011	100,0%	12,3%	105,6%	

Un:Euros

Invertendo a tendência da execução orçamental do ano de 2017, a receita da *Venda de Bens, Prestação de Serviços Correntes e de Rendas Alugueres*, ao totalizar 3.564.011 € contempla um incremento de (+) 391.743 €, suportado pelo acréscimo da generalidade das suas rubricas com exceção dos *Serviços Específicos das Autarquias Locais* e o *Aluguer de Espaços e Equipamentos*, que no seu conjunto apresentam uma diminuição de apenas (-) 10.487 €, o que não altera a tendência crescente deste agregado de receita.

Em sincronia com as gerências anteriores, é na prestação de serviços diversos que se encontra a maior fatia de receita arrecadada, ou seja, 88,8% do total do agrupamento, destacando-se, pela sua preponderância os *Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos* que, por si só, são responsáveis por 2.930.817 €, abrangendo 82,2% daquele total. É nesta tipologia de receita que se encontram vertidas duas grandes áreas de atividade municipal, o desporto e a educação, onde se inclui os SAF - serviços de apoio à família, CAF – componente de apoio à família e as senhas de refeições escolares. Ao apresentar um acréscimo de (+) 0,6% na receita face ao ano transato, observam-se, contudo, tendências distintas:

- Os *Serviços Sociais*, por conta dos quais se arrecadou 1.325.772 €, refletem um decréscimo de (-) 37.867 € face a 2017;
- Os *Serviços Desportivos* que contribuíram com 1.519.657 €, traduzem um acréscimo de (+) 37.728 € face a igual período do ano transato;
- Os *Serviços Culturais*, pese embora a sua fraca expressividade, contribuíram positivamente com (+) 85.388 €, o que representa uma variação de (+) 18.082 €.

A componente de *Rendas e Alugueres* é responsável por 10,3% do total do agregado em 2018, ao somar 367.966€, e dita uma execução muito acima do exercício anterior, (+) 365.847 €. Esta variação encontra-se justificada pela recuperação de parte da dívida do IAFE - Instituto da Empresa pela utilização do equipamento da Casa do Corim, em resultado de uma decisão do tribunal arbitral, bem como, pelo

pagamento das rendas, da empresa Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, EM, relativas à utilização das instalações do antigo matadouro municipal.

A classificação económica dos *Serviços Específicos das Autarquias Locais*, ao contribuir com 181.967 € suportou 5,1% da *Venda de Bens e Serviços Correntes*, refletindo uma variação negativa residual de (-) 4.728 €.

O montante de 36.045 € cobrado pelo *Aluguer de Espaços e Equipamentos* contempla a receita proveniente da cedência de equipamentos pertencentes ao património do município, para utilização de terceiros, estando aqui refletidos a cedência de equipamentos no Complexo Municipal de Piscinas da Quinta da Gruta, o aluguer dos stands da Feira de Artesanato e a cedência do Pavilhão da Casa do Corim. No ano em apreço, verificou-se uma ligeira diminuição de (-) 5.759 €.

A importância proveniente de Vistorias e Ensaios é pouco significativa em termos de resultado final, pois absorve apenas 0,4% do total deste agregado analisado, por conta da qual se executou 13.775 €.

Por conta da *Venda de Bens*, cuja expressividade é diminuta no cômputo global do agrupamento em análise, em 2018 arrecadou-se 32.447 €, evidenciando um incremento de (+) 17.738 € adveniente da venda de madeira de eucalipto.

Resta anotar, que à semelhança de outras componentes analisadas, a *Venda de Bens, Prestação de Serviços Correntes e de Rendas Alugueres*, exibiram uma excelente taxa de execução orçamental de 105,6%.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

Importa fazer uma análise pormenorizada deste capítulo, dado que acomoda uma área da receita que é muito sensível e na qual se aplicam cada vez mais esforços no sentido da recuperação da dívida de terceiros, apresenta no ano em análise um decréscimo de (-) 179.218 €.

Quadro 21

	MAPA DE CONTROLO DA RECEITA								Variação 2017/2018	Receitas por cobrar no final de 2017 - Valor corrigido	Variação
	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições Emitidos	Reembolsos/ Restituições Pagos	Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar no final	2017	2018		
Receitas Correntes	67.917.422	900.960	67.960.872	321.715	321.715	67.639.157	4.926.431	3.982.022	-19,2%		
Impostos Diretos	43.963.864	3.643	43.960.222	321.715	321.715	43.638.507					
Impostos Indiretos ,Taxes, Multas e Outras Penalidades	3.282.286	852.800	3.202.433			3.202.433	3.050.163	2.277.217	-25,3% (*)	2.400.535	-5,1%
Rendimentos de Propriedade	2.649.152		2.649.082			2.649.082	5.211	5.282	1,4%		
Transferências Correntes	14.379.075	1.300	14.379.075			14.379.075	1.300		-100,0%		
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.466.284	40.751	3.564.011			3.564.011	943.799	805.321	-14,7%		
Outras Receitas Correntes	176.761	2.466	206.049			206.049	925.957	894.202	-3,4%		
Receitas de Capital	7.128.193	52.347	6.311.000			6.311.000	457.881	1.222.727	167,0%		
Vendas de Bens de Investimento	758.645		46.145			46.145	264.748	977.248	269,1%		
Transferências de Capital	2.321.479	52.347	2.269.132			2.269.132					
Ativos Financeiros	7.283		7.283			7.283					
Passivos Financeiros	3.988.440		3.988.440			3.988.440					
Outras Receitas de Capital	52.347						193.133	245.480	27,1%		
Outras Receitas	30.512	15	30.153			30.153	20.807	21.152	1,7%		
Total	75.076.128	953.322	74.302.024	321.715	321.715	73.980.309	5.405.119	5.225.901	-3,3% (*)	4.755.491	9,9%

Un:Euros

As receitas liquidadas e não cobradas totalizam no final de 2018 a expressiva importância de 5.225.901 €, o que espelha uma redução de (-) 3,3% em relação ao ano anterior, encontrando-se em sede de execução fiscal 3.239.272, isto é, cerca de 62% do seu valor global.

Justifica-se, porém, indicar que excluída que fosse em 2017 uma fatura de *Loteamentos e Obras*, no valor de 649.628 €, emitida à Siderurgia Nacional, que teve de ser substituída, e cuja anulação só ocorreu em 2018, conforme explanado no relatório de 2017, inverter-se-ia esta tendência para (+) 9,9%.

Numa análise de pormenor, verifica-se que o maior contributo para o total das receitas liquidadas e não cobradas em 2018 advém das rubricas: *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades, Venda de Bens de Investimento, Outras Receitas Correntes e Venda de Bens e Serviços Correntes*.

Em matéria de *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades* cujo valor ascende a 2.277.217 €, sobressai o tributo dos *Loteamentos e Obras*, que de per si representam 1.381.224 €, nestas estão incluídas as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas de não cedência de área, seguindo-se a *Publicidade* com 270.869 €.

As *Vendas de Bens de Investimento*, com um aumento bastante expressivo, (+) 261,9%, estão associadas, maioritariamente (712.500 €), ao valor decorrente da sentença homologatória, no âmbito do processo que corria termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto que opunha a empresa Irmãos Borges - Imobiliária, LDA ao Município da Maia e que à data de 31 dezembro de 2018 não se encontrava em débito há mais de 90 dias. Caso contrário, o valor manter-se-ia igual ao do ano anterior.

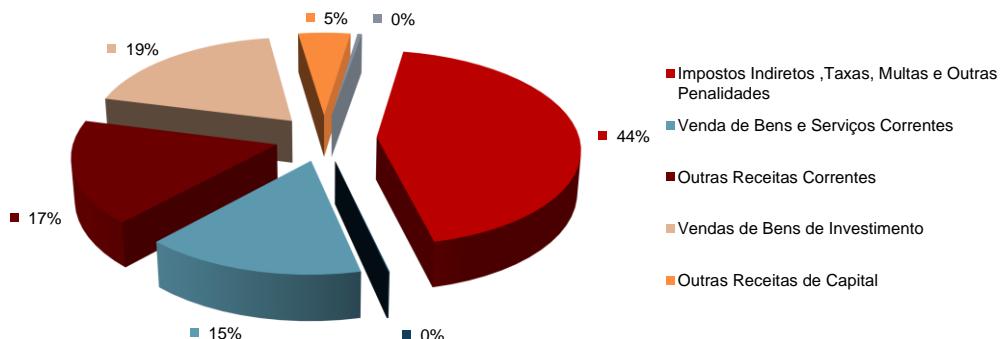
Quanto às *Outras Receitas Correntes*, sinaliza-se que permanece o pedido de reembolso ao Tecmaia-Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A referente ao pagamento de dívidas fiscais da empresa efetuado pelo Município à Autoridade Tributária, no valor de 634.782 €, em consequência da reversão operada contra os seus administradores que exerciam o cargo, na empresa, em representação do município.

Já a receita por cobrar proveniente da rubrica de *Venda de Bens e Serviços Correntes*, apresenta um montante de 805.321 €, que retrata um decréscimo de (-) 138.478 € explicado pelo pagamento da dívida em atraso do IAFE- Instituto da Empresa pela utilização do equipamento da Casa do Corim no valor de 252.250 €. Neste âmbito, destacam-se com particular relevância as sub-rubricas de *Serviços Sociais*, *Serviços Desportivos* e *Serviços Específicos das Autarquias Locais*:

- Os *Serviços Sociais* que englobam os serviços prestados pelo setor da educação da Componente de Apoio à Família (CAF), do Serviço de Apoio à Família (SAF) e das Refeições Escolares, no final de 2018 são responsáveis por 543.359 €, encontrando-se em execução fiscal 442.215 €;
- Os *Serviços Desportivos*, que incluem faturação em dívida proveniente da utilização de instalações desportivas no montante de 86.416 €, encontrando-se em execução fiscal 76.720 €;
- Os *Serviços Específicos das Autarquias Locais* que comportam a importância de 70.773 € de receitas liquidadas e não cobradas compreendem essencialmente dívidas provenientes de trabalhos por conta de particulares (39.193 €), de Feiras e Mercados (27.115 €) e residualmente de outros serviços (4.465 €), encontrando-se em execução fiscal 55.296 €.

Gráfico 11

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LIQUIDADA E NÃO COBRADA



No que toca às liquidações anuladas, regista-se para o exercício em análise o total de 953.322 €, sendo cerca de 89% referente a *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*. Importa igualmente evidenciar que é a rubrica de *Ioteamentos e obras* que representa a maior fatia deste valor ao avocar 827.895 € e que se justifica fundamentalmente pela anulação da fatura no valor de 649.628 € emitida à Siderurgia Nacional, que teve de ser substituída, e cuja anulação só ocorreu em 2018, conforme explanado no relatório de gestão de 2017.

Ultima-se com uma breve referência à atitude do município em relação a esta matéria, designadamente ao seu persistente empenho na recuperação de créditos, permitindo o pagamento em prestações, ou, no caso de expirar o prazo de pagamento voluntário, recorrendo ao envio das mesmas para cobrança

coerciva em sede de execução fiscal. Anote-se que do total da receita por arrecadar, 3.239.272,34 € encontra-se em cobrança coerciva.

TRANSFERÊNCIAS

As receitas oriundas das *Transferências*, encerram em si um determinado objetivo, ou seja, a produção de melhores serviços e bens públicos e compreendem as componentes corrente e de capital, tendo como finalidade as primeiras o financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e as segundas o financiamento de despesas de investimento.

Nesta matéria, o município da Maia tem procurado refletir nas suas opções estratégicas, os interesses locais e, simultaneamente contribuir para o desenvolvimento do país, tendo presente as atribuições e competências que lhe são conferidas pelos diplomas legais.

Contudo, no contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são vulgarmente designadas de “*Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE)*” e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Relativamente às *Outras transferências*, visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”. A concretização desta ideia está atualmente num processo de evolução, ainda que, sem a concordância expressa de uma grande parte dos municípios portugueses. A descentralização vai propiciar uma alteração na estrutura das transferências e do seu peso na estrutura da receita das autarquias, como consequência de um alargamento das competências municipais.

No entanto o total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem sofrido oscilações de valor, apresentando atualmente uma aparente estabilidade e confiança quanto à participação dos municípios nos recursos públicos, muito por força da componente *Participação Variável do IRS*, a qual está indexada aos rendimentos obtidos por sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e que por este facto pode assumir maior tendência a variações de valor com as consequências que daí advirão em matéria de recursos financeiros das autarquias. Em 2018, esta variável continuou a apresentar maior preponderância, assumindo a maior alavancagem ao nível dos fundos PIE, espelhando um aumento considerável, compensada negativamente por um decréscimo no *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, verificando-se que no conjunto dos fundos PIE se obteve um aumento dos valores transferidos.

Face ao exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 22 sistematizam-se as transferências recebidas no triénio 2016-2018 que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 22

	TRANSFERÊNCIAS							
	2016		2017		2018		Peso no total das transferências	
	Execução	Execução	Variação	Execução	Variação	2016	2017	2018
Transferências Correntes								
Estado	14.923.734	15.347.594	2,8%	14.379.075	-6,3%	96,4%	91,6%	86,4%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	13.602.064	15.089.490	10,9%	14.250.016	-5,6%	87,9%	90,1%	85,6%
Fundo Social Municipal	2.767.143	3.433.828	24,1%	3.025.607	-11,9%	17,9%	20,5%	18,2%
Participação Variável no IRS	1.655.519	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%	10,7%	9,9%	9,9%
Outros	7.473.250	7.083.635	-5,2%	7.725.532	9,1%	48,3%	42,3%	46,4%
Comparticipação em projetos comunitários	1.706.152	2.916.508	70,9%	1.843.358	-36,8%	11,0%	17,4%	11,1%
Serviços e Fundos Autónomos	15.896	0	-100,0%	7.933	100,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Administração Local	1.274.850	135.436	-89,4%	22.926	-83,1%	8,2%	0,8%	0,1%
Segurança Social	0	0	S/Var.	5.963	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instituições S/ Fins Lucrativos	30.923	60.668	96,2%	56.937	-6,1%	0,2%	0,4%	0,3%
Resto do Mundo	0	62.000	100,0%	34.000	-45,2%	0,0%	0,4%	0,2%
Transferências de Capital	554.144	1.400.433	152,7%	2.269.132	62,0%	3,6%	8,4%	13,6%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0	10.000	100,0%	0	-100,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Estado	307.460	421.031	36,9%	336.178	-20,2%	2,0%	2,5%	2,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	307.460	381.536	24,1%	336.178	-11,9%	2,0%	2,3%	2,0%
Cooperação técnica e financeira	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0	39.495	100,0%	0	-100,0%	0,0%	0,2%	0,0%
Comparticipação em projetos comunitários	245.395	944.402	284,8%	1.915.307	102,8%	1,6%	5,6%	11,5%
Serviços e Fundos Autónomos	1.289	0	-100,0%	1.148	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instituições S/ Fins Lucrativos	0	25.000	100,0%	16.500	-34,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Total	15.477.878	16.748.027	8,2%	16.648.207	-0,6%	100,0%	100,0%	100,0%
Un: Euros								
Total da Receita	67.459.391	66.779.702		74.302.024				
Peso das Transferências no Total da Receita	22,9%	25,1%		22,4%				

Da análise do Quadro 22, verifica-se que no exercício económico de 2018, as transferências ascenderam a 16.648.207 €, apresentando uma variação negativa de (-) 99.820 €, invertendo o sentido crescente verificado no biénio anterior.

Durante o triénio em análise observam-se evoluções heterogéneas nas suas componentes de natureza corrente e de capital, apresentando, as primeiras, uma tendência marcadamente incerta, com os valores arrecadados a oscilarem entre os 14 e os 15 milhões de euros, destacando-se o decréscimo de (-) 968.519 €, ocorrido entre o ano de 2017 e 2018. Por outro lado, as transferências de capital evidenciam no triénio uma evolução crescente, assumindo em 2017 um aumento de (+) 846.289 € e um novo acréscimo de (+) 868.699 € em 2018, facto a que não será alheio o comportamento mais volátil da rubrica *Comparticipação em Projetos Comunitários*, a principal responsável pelas oscilações mais acentuadas do agregado das *Transferências*.

Assim sendo, verifica-se que em 2018 existe uma variação de pequena relevância nas transferências com pouco impacto no valor total das receitas da autarquia.

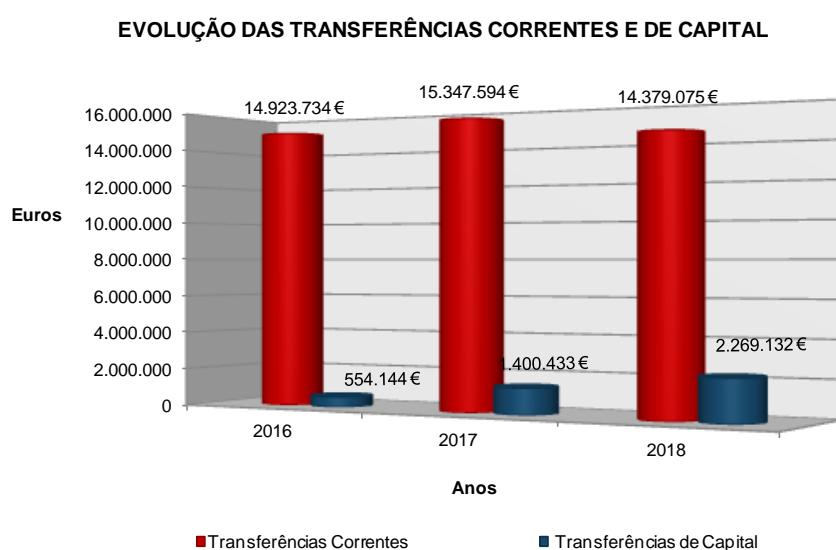
No cômputo global da receita, as transferências representam em 2018 cerca de 22% do total da receita municipal, valor que é ligeiramente inferior ao verificado no ano de 2017 (25%) e aproximado do de 2016 (23%).

À semelhança de exercícios anteriores, permanece a supremacia das transferências correntes sobre as de capital, ao assumirem 86,4% do total, que não é prejudicada pelo decréscimo das transferências correntes, no valor de (-) 968.519 €, justificado essencialmente pelas variações ocorridas nas rubricas *Outros*, *Fundos Municipais* e *Serviços e Fundos Autónomos*. As transferências de capital, em 2018, representam 13,6% do total e assumem o montante de 2.269.132 €.

Os fundos municipais com uma representatividade de cerca de 76,5% do total das transferências continuam a ser determinantes no desenvolvimento da atividade autárquica contribuindo com um total de 12.742.836 € e um peso de cerca de 17% no total da receita.

O Gráfico 12 permite visualizar a evolução em termos absolutos de cada uma das componentes económicas da rubrica de transferências.

Gráfico 12



Observando de forma mais pormenorizada as diversas componentes das **transferências correntes** é possível concluir que, ao longo do triénio em análise as transferências com origem no *Estado*, são as que assumem maior relevância no contexto global das transferências correntes, assumindo valores que variam entre os 91% em 2016, os 98% em 2017 e os 99% em 2018. Em termos absolutos as transferências do *Estado* pautam-se por um acréscimo em 2017 ao apresentar um valor de (+) 1.487.425 e por uma diminuição em 2018 que atinge o valor de (-) 839.474 €. O principal impulsionador das variações registadas é a componente *Outros* com uma variação que atinge (+) 1.210.355 € entre 2016 e 2017 e (-) 1.073.150 € entre 2017 e 2018. É nesta componente que se registam os valores destinados a comparticipar as atividades do pré-escolar, EB1 e outras, como se poderá observar mais à frente através na leitura do Quadro 24.

Ainda no âmbito das subrubricas com origem no Estado, assinala-se no exercício de 2018, a prestação menos positiva de (-) 408.221 € do *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, absorvido na íntegra pelo aumento de (+) 641.897 € da *Participação Variável no IRS*, condição que se inverte quando se afere o seu comportamento entre 2016 e 2017.

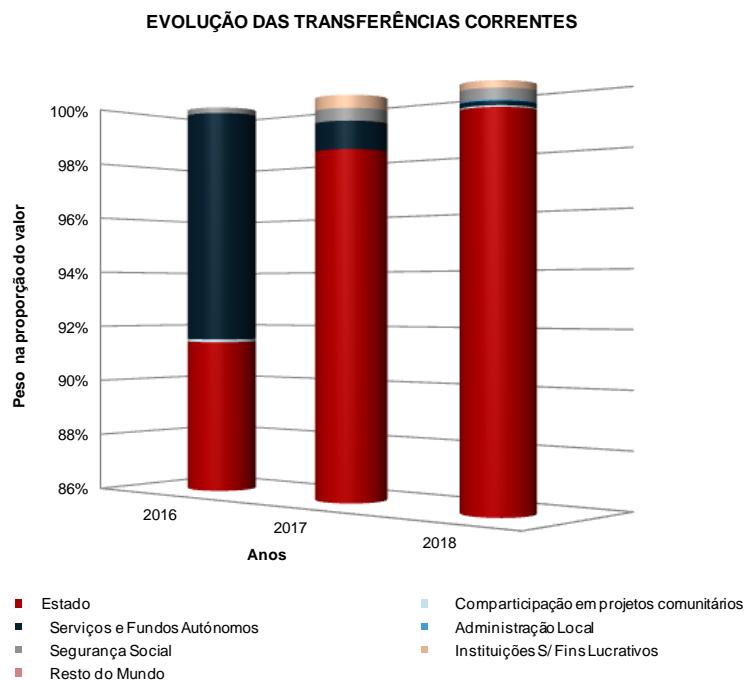
A quebra da receita proveniente dos *Fundos e Serviços Autónomos* entre 2017 e 2018 é pouco relevante, estando diretamente relacionada com a transferência do Fundo Ambiental para projeto sobre descarbonização, facto ocorrido em 2017 que não teve a correspondente replicação em 2018, bem como com a redução do número de Contratos Emprego Inserção celebrados em 2018.

Já na comparação entre 2016 e 2017 verifica-se uma forte alteração de valores, diminuindo a representatividade desta componente, justificada por uma alteração contextual no domínio do financiamento de atividades de educação e formação por parte da administração central ao município, nomeadamente, pela assinatura de contrato nesse domínio designado por Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, conforme previsto pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que teve por objeto a delegação de competências até então sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência no município, relativamente ao Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia. Este contrato esteve em vigor até fim de agosto de 2016, tendo o município revogado o mesmo a partir dessa data.

Relativamente às rubricas remanescentes, nomeadamente a *Comparticipação em projetos comunitários*, *Segurança social*, *Instituições S/fins lucrativos*, *Administração Local* e *Resto do Mundo* assumem um valor residual cujo peso no seu conjunto, em 2018, é cerca de 0,7% do total das transferências correntes.

Insere-se o Gráfico 13 que espelha a importância de cada um dos itens das transferências correntes e o seu posicionamento ao longo do triénio.

Gráfico 13



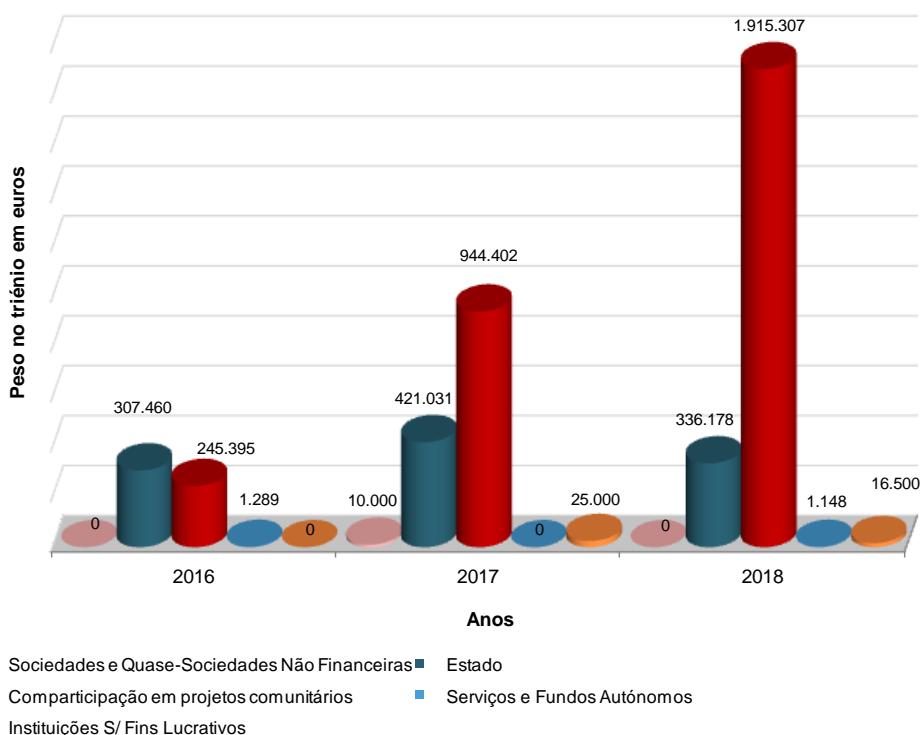
As **transferências de capital**, pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam maior volatilidade a fatores políticos ou económicos entre outros. No entanto as suas características, independentemente do ciclo a que estejam ligadas, atribuem-lhe um papel de relevo não só nos orçamentos municipais, mas essencialmente nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe um papel de maior relevo no financiamento dessa mesma estratégia. Não obstante este facto não existe uma relação linear entre o volume de receitas de capital e a despesa de investimento, pelo que o valor verificado nas receitas de capital serve de referencial e não como indicador preciso do investimento realizado.

No exercício de 2018 as transferências de capital exibem uma variação de (+) 868.699, ou seja (+) 62%, que, em larga medida, ficou a dever-se à rubrica de *Comparticipação em Projetos Comunitários*, que tem origem em fundos como o Fundo Europeu de Desenvolvimentos Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e que comportou por si só a variação de (+) 970.904 €, corolário da comparticipação dos projetos aprovados no âmbito do PEDU, com destaque para o “Prolongamento do Ecocaminho da Maia” e “Reforço e Reabilitação das Zonas Verdes e Espaços de Utilização Coletiva e Respetiva Valorização Paisagística na Zona Desportiva do Centro da Maia”.

O Quadro 15 permite avaliar o peso relativo de cada uma das componentes das transferências de capital ao longo triénio, confirmando a maior imprevisibilidade deste tipo de receita.

Gráfico 14

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



FUNDOS MUNICIPAIS

Considerando a importância dos *Fundos Municipais* no montante global das transferências é fundamental uma análise mais pormenorizada, tendo em conta o atual contexto de recorrente alteração da repartição dos recursos públicos entre o estado e os municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais. Tais exigências levam a que os municípios devam ponderar nos seus orçamentos e GOP, preocupações com a estabilidade orçamental, o equilíbrio das contas públicas numa perspetiva integrada do setor público mas também planear as finanças autárquicas tendo em conta compromissos intergeracionais.

A tendência descentralizadora de atribuições e competências poderá ter um forte contributo para um maior dinamismo associado às transferências em geral e a estes fundos em particular, já que, para que tal descentralização possa ocorrer, dever-lhe-á corresponder uma determinada alavancagem financeira associada. A expectativa crescente em relação à descentralização e ao pacote legislativo aprovado permite-nos desde logo antecipar que a curto e médio prazo estes agregados possam ser alvo de alterações, não só ao nível dos valores como da sua estrutura e metodologias de cálculo associadas ao seu apuramento. O pacote legislativo aprovado e valores previamente conhecidos, não geraram um consenso geral sobre a matéria, espera-se contudo que a breve prazo possa existir convergência de interesses.

O quadro seguinte permite analisar a evolução dos fundos municipais (PIE) do último triénio, compará-los com os valores previstos em sede de Lei do Orçamento de Estado 2019 e simultaneamente avaliar o peso que ocupam na estrutura da receita do município, em particular no total das transferências, assumindo assim destaque no financiamento de atividades que estejam no âmbito das suas atribuições e competências.

Quadro 23

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO							
	2016	2017	Variação 2016/2017	2018	Variação 2017/2018	2019	Variação 2018/2019
	Execução	Execução		Execução		Previsto OE	
Transferências Correntes - Estado	11.895.912	12.172.982	2,3%	12.406.658	1,9%	13.016.088	4,9%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.767.143	3.433.828	24,1%	3.025.607	-11,9%	3.275.006	8,2%
Fundo Social Municipal	1.655.519	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%
Participação Variável no IRS	7.473.250	7.083.635	-5,2%	7.725.532	9,1%	8.085.563	4,7%
Transferências Capital - Estado	307.460	381.536	24,1%	336.178	-11,9%	714.782	112,6%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	307.460	381.536	24,1%	336.178	-11,9%	363.890	8,2%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	0	0	S/Var.	0	S/Var.	350.892	100,0%
Total	12.203.372	12.554.518	2,9%	12.742.836	1,5%	13.730.870	7,8%
Un: Euros							
Total de Transferências	15.477.878	16.748.027		16.648.207			
Total de Receita	67.459.391	66.779.702		74.302.024			
Peso dos Fundos PIE no total das transferências	78,8%	75,0%		76,5%			
Peso dos Fundos PIE no total da receita	18,1%	18,8%		17,2%			

No Quadro 23, é possível apreciar uma evolução crescente dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais durante o último triénio. Os acréscimos verificados, quando comparados, possuem causas distintas entre os biénios e, não obstante existirem oscilações de valor nas componentes destes fundos, permanece uma tendência crescente, o que parece indicar que as variações de sinal contrário

observadas funcionam como um elemento de estabilização do crescimento destes fundos, conforme se enunciará mais adiante.

O *Fundo Social Municipal* cuja verba tem sido consignada à função “Educação”, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, permaneceu inalterado no valor de 1.655.519 €, perspetivando-se igual montante para 2019 de acordo com o previsto na Lei de Orçamento do Estado.

O *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, que ao longo dos últimos exercícios tem vindo a sofrer uma tendência negativa, em 2017 apresentou um aumento de (+) 740.761 €, que é uma vez mais contrariado em 2018, verificando-se um decréscimo de (-) 408.221 €, com especial enfoque na componente corrente. Uma vez mais este agregado balanceia entre acréscimos e decréscimos permitindo concluir da sua relativa instabilidade na estrutura dos Fundos PIE, sendo frequentemente utilizado como elemento de estabilização do crescimento das transferências, aumentando em períodos em que a *Participação Variável no IRS* diminui e com direção inversa quando este último agregado aumenta.

Relativamente à *Participação Variável no IRS*, apesar de assumir a maior contributo do agrupamento, apresenta ao mesmo tempo uma característica de maior volatilidade, dado que depende dos rendimentos gerados na área geográfica do município em sede de IRS, pelo que as variações conjunturais podem ter uma forte influência no resultado final deste agregado. O acréscimo verificado neste agregado transmite a salutar ideia da melhoria das condições de rendimento da população do concelho, sintomáticas do evoluir favorável das condições económicas do país. Em 2018 evidencia uma evolução contrária à de 2017 com um aumento de (+) 641.897 €, o que sugere um desempenho mais motivador. Para 2019, perspetiva-se um novo acréscimo que ascende a (+) 360.031 €.

No ano económico de 2018, assiste-se a um ligeiro decréscimo do peso relativo destes fundos ao nível do total da receita ao diminuir (-) 1,6% face aos valores percentuais registados em 2017. Já no que se refere ao peso no total das transferências apresenta-se um acréscimo de (+) 1,5%. Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, durante o triénio em análise, verifica-se que esta tipologia de receitas tem conseguido manter-se entre os 17% e os 19% do total da receita cobrada.

Do exposto resulta inequívoco que os fundos (PIE) são os que têm maior expressividade no contexto das transferências do Estado, mantendo-se ao longo do triénio reiteradamente em níveis elevados, 79% em 2016, 75% em 2017 e 76,5% em 2018.

De igual modo é possível concluir que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, sofrendo a atividade municipal perda de influência em matéria de eficiência e equidade, sempre que tal receita venha a ser diminuída, mas também dos objetivos de equilíbrio e sustentabilidade das finanças municipais.

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS

Para finalizar a análise das transferências inserem-se três mapas que evidenciam determinada orientação estratégica da atividade municipal.

- Um que permite apreciar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para projetos cofinanciados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital, no período compreendido entre 2016 e 2018;
- Um segundo que permite avaliar os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação por ano letivo;
- O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 24

	TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS					
	2016		2017		2018	
	Execução	Execução	Variação 2016/2017	Execução	Variação 2017/2018	Peso
Transferências Correntes	3.027.822	3.174.612	4,8%	1.972.417	-37,9%	50,5%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	15.896	0	-100,0%	7.933	100,0%	0,2%
Portugal 2020 - Valorização dos Caminhos de Santiago	0	0	S/Var	7.933	100,0%	0,2%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	1.468	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	14.428	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	1.274.850	135.436	-89,4%	22.926	-83,1%	0,6%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	0	8.426	100,0%	8.426	0,0%	0,2%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	33.284	32.878	-1,2%	5.790	-82,4%	0,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - MCEI	12.331	12.657	2,6%	2.801	-77,9%	0,1%
IEFP - Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	0	0	S/Var	5.909	100,0%	0,2%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	410	1.475	259,8%	0	-100,0%	0,0%
Instituto Português do Desporto e Juventude	0	0	S/Var	0	S/Var	0,0%
Instituto de Gestão Financeira da Educação - Contrato Interadministrativo Delegação Competências	1.228.825	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Fundo Ambiental - Laboratórios Vivos para a Descarbonização	0	80.000	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Administração Local	0	0	S/Var	5.963	100,0%	0,2%
Continente	0	0	S/Var	5.963	100,0%	0,2%
Segurança Social	30.923	60.668	96,2%	56.937	-6,1%	1,5%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	30.923	60.668	96,2%	56.937	-6,1%	1,5%
Instituições S/Fins Lucrativos	0	62.000	100,0%	34.000	-45,2%	0,9%
Fundação do Desporto	0	62.000	100,0%	34.000	-45,2%	0,9%
Resto do Mundo	0	0	S/Var	1.300	100,0%	0,0%
União Europeia - Países-Membros - Projeto Civitas Sumps Up	0	0	S/Var	1.300	100,0%	0,0%
Outros:	1.706.152	2.916.508	70,9%	1.843.358	-36,8%	47,2%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	553.903	655.020	18,3%	502.234	-23,3%	12,9%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	383.161	898.089	134,4%	525.806	-41,5%	13,5%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	648.316	857.058	32,2%	440.111	-48,6%	11,3%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	91.041	445.792	389,7%	346.612	-22,2%	8,9%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	846	848	0,3%	0	-100,0%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	28.886	28.941	0,2%	0	-100,0%	0,0%
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	0	30.758	100,0%	27.874	-9,4%	0,7%
Fundo de Eficiência Energética	0	0	S/Var	720	100,0%	0,0%
Transferências de Capital	246.684	1.018.897	313,0%	1.932.954	89,7%	49,5%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	0	10.000	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento Desportivo	0	10.000	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	245.395	944.402	284,8%	1.915.307	102,8%	49,0%
ON 2 - O Novo Norte - Projetos no Âmbito do QREN com Finalização em 2017	245.395	944.402	284,8%	0	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Regualificação da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, implantação de um dispositivo de retorno (PEDU)	0	0	S/Var	57.304	100,0%	1,5%
Portugal 2020 - Reab. Zonas Verdes e Espaços de Utilização Coletiva na Zona Desportiva do Centro da Maia (PEDU)	0	0	S/Var	1.329.417	100,0%	34,0%
Portugal 2020 - Prolongamento do Ecocaminho da Maia (PEDU)	0	0	S/Var	451.512	100,0%	11,6%
Portugal 2020 - Perc. Pedonal e Ciclável na Av. D. Manuel II,entre, R. José R.S. Júnior e Mon. Triunfo Gentes Maia (PEDU)	0	0	S/Var	77.074	100,0%	2,0%
Serviços e Fundos Autónomos	1.289	0	-100,0%	1.148	100,0%	0,0%
Instituto de Gestão Financeira da Educação - Contrato Interadministrativo Delegação Competências	1.289	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	0	0	S/Var	1.148	100,0%	0,0%
Instituições em Fins Lucrativos	0	25.000	100,0%	16.500	-34,0%	0,4%
Fundação do Desporto - Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento Desportivo	0	25.000	100,0%	16.500	-34,0%	0,4%
Outros:	0	39.495	100,0%	0	-100,0%	0,0%
DGAL - Contrato de Auxílio Financeiro para Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelas Intempéries Municipais de 2016	0	39.495	100,0%	0	-100,0%	0,0%
	3.274.506	4.193.509	28,1%	3.905.371	-6,87%	100,0%

Un. Euros

O agrupamento das transferências e comparticipações, excluídos os Fundos PIE, apresenta o montante global de 3.905.371 € em 2018, o que traduz uma diminuição de cerca de (-) 288.138 € face a 2017. No período em análise as componentes de natureza corrente e de capital equilibram-se, ao assegurar cada uma cerca de 50% do valor total.

As transferências de capital assumem um valor de 1.932.954 € e refletem um aumento relevante de (+) 914.057 €, contribuindo durante o ano de 2018 de forma mais significativa para o resultado final do que no ano precedente.

Já as transferências de natureza corrente apresentam um decréscimo de (-) 1.202.195 € muito por força da descida verificada na componente *Outros*, nomeadamente no que se refere à comparticipação de despesas na área da educação. Tal orientação deriva de desfasamentos temporais de pagamento que estão associados à execução financeira por anos económicos, e não letivos, até porque os pagamentos relacionados com o ano letivo 2017/2018 foram superiores aos do ano letivo antecedente.

Um dos principais impulsionadores da variação global ocorrida neste período é a *Participação comunitária em projetos cofinanciados*, ao assumir 49% do total das transferências, sobretudo na parte correspondente à receita que financia despesa de capital. Durante o exercício de 2018 ocorreram influxos com alguma relevância, nomeadamente nos projetos:

- “Reabilitação de Zonas Verdes e Espaços de Utilização Coletiva na Zona Desportiva do Centro da Maia”;
- “Prolongamento do Ecocaminho da Maia”;
- “Requalificação da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, Implantação de um Dispositivo de Retorno do Metro do Porto”;
- “Percorso Pedonal e Ciclável na Av. D. Manuel II, entre a Rua José Rodrigues Silva Júnior e o Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia”;

Os projetos listados foram responsáveis por 1.915.307 €, com impacto direto no investimento municipal, assumindo-se como a grande “alavanca” do financiamento deste tipo de despesa.

Logo a seguir, posiciona-se a componente de *Transferências Correntes – Outros*, que representa 47% do total do agregado das transferências. Não obstante o decréscimo significativo já aludido anteriormente, este agregado de receita é de extrema importância na atividade municipal, em especial no que concerne à cobertura de despesas correntes na área de educação, e que por si só justificam 1.814.764 € da receita arrecadada nesta rubrica *Outros*.

Os *Serviços e Fundos Autónomos*, que em 2018, comportaram essencialmente financiamentos provenientes do IEFP – Instituto de Emprego de Formação Profissional, compreenderam a importância de 22.926 € o que refletiu uma variação de (-) 112.510 € face a período homólogo, justificado pelo facto de em 2017 ter sido financiado o projeto “Laboratório Vivos para a Descarbonização” que por si só assumiu, naquele ano, o valor de 80.000 € não se replicando em 2018.

Os montantes transferidos pela *Segurança Social* destinam-se exclusivamente ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ). Esta rubrica apresenta em 2018 um ligeiro decréscimo em relação a 2017, na medida em que, na sequência do protocolo assinado entre o município e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças, o seu valor é determinado pela reavaliação dos critérios de cálculo da comparticipação financeira, que passa a incluir critérios mais alargados de análise, nomeadamente: a dimensão da população jovem do concelho; a vertente logística; a vertente administrativa; o pagamento de dois técnicos afetos à atividade da CPCJ. Por estes factos esta comparticipação poderá apresentar pequenas variações entre períodos económicos.

Devido à sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação *Outros*, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos. Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, observadas no quadro anterior, com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem tirar-se algumas conclusões que em alguns casos podem ser divergentes.

Quadro 25

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO				
	Execução por ano letivo			Variação dos dois últimos anos letivos
	2015/2016	2016/2017	2017/2018	
Outros:	2.518.958	2.311.299	2.400.814	4%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	454.493	543.639	509.137	-6%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	588.702	682.332	807.430	18%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	661.285	780.959	737.634	-6%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	232.465	304.368	346.612	14%
IGEFE - Programa de Enriquecimento Curricular - Contrato Interadministrativo	138.100	0	0	S/Var.
IGEFE - Auxiliares de Ação Educativa - Contrato Interadministrativo	75.378	0	0	S/Var.
IGEFE - Componente Social - Contrato Interadministrativo	322.291	0	0	S/Var.
IGEFE - Refeições Escolares 1.º Ciclo - Contrato Interadministrativo	46.243	0	0	S/Var.

Un: Euros

Desenvolvendo uma apreciação aos valores executados por ano letivo e conciliando-a com a informação anterior é possível concluir que:

- Para o *Programa de Enriquecimento Curricular*, do conjunto de transferências efetuadas pela DGESTE em 2018 verifica-se que a perspetiva letiva apresenta um valor um pouco maior (509.137 €) do que a componente económica (502.234 €). Esta componente é afetada pela procura, tendo em conta a inscrição facultativa nas atividades, podendo oscilar ligeiramente entre ciclos letivos.
- No *Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Ação Educativa* as conclusões obtidas em sede de ano económico (525.806 €) ficam muito aquém dos valores letivos (807.430 €). Aponta-se o timing de processamento dos pagamentos como principal fator explicativo do desajustamento. Salienta-se o crescimento deste financiamento entre os anos letivos 2016/2017

e 2017/2018, grandemente explicado pelo crescimento do salário mínimo com atuação direta no índice remuneratório destes funcionários.

- No *Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social* a perspetiva de análise por ano letivo apresenta um forte desajustamento (737.634 €) face à comparação da execução espelhada no Quadro 25 (440.111 €). Uma vez mais os momentos de pagamento forçam tal diferença. A variação assinalada na perspetiva letiva decorre em geral da procura associada aos serviços financiados, podendo determinar pequenas variações.
- Ao nível do *Programa de Generalização de Refeições Escolares* existe uma paridade entre ambas as perspetivas, observando-se que para o ano de 2018 a perspetiva económica apresenta um valor (346.612 €) igual ao apontado para a perspetiva letiva, concluindo-se que todo o financiamento associado à medida foi recebido no ano de 2018.

O Quadro 26 identifica os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização.

Quadro 26

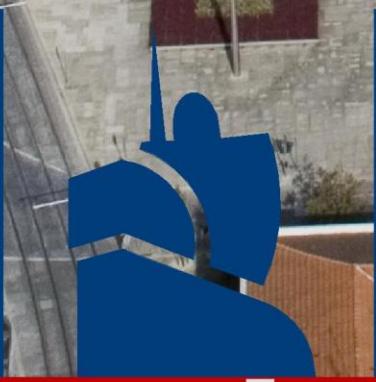
Designação do Projecto	PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS							
	Tipologia	Investimento Elegível	Comparticipação	Despesa Submetida	Recebimentos	Saldo	Eficiácia da despesa submetida até final de 2018 face ao valor da comparticipação prevista	
	Pre visto no Final do Projeto	Pre visto no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor		
Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - Património Natural e Cultural	69.505	59.079	85%	21.176	21.176	0	36%
Criação de Rede Estruturada de Infraestruturas de Parqueamento para Bicicletas	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Mobilidade Urbana Sustentável	154.990	131.741	85%	22.947	22.947	0	17%
SIG Intermunicipal da Maia	Norte 2020 - Competitividade e Internacionalização - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos	451.765	384.000	85%	62.312	55.144	7.168	16%
Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes - Castelo da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	410.369	348.814	85%	15.982	0	15.982	5%
Requalificação do troço da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, contíguo ao canal de metro ligeiro - implantação de um dispositivo de retorno	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Reabilitação Urbana	71.004	60.353	85%	60.320	57.304	3.016	100%
Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quartelão afeto à Zona Desportiva do Centro da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos estratégicos de Desenvolvimento Urbano	1.646.337	1.399.386	85%	1.369.558	1.329.417	40.140	98%
Grande Remodelação da Escola EB, 2,3 da Maia	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.000.000	1.700.000	85%	77.890	0	77.890	5%
Ampliação/Requalificação da Escola EB,2,3 de Guifões	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.500.000	2.125.000	85%	78.203	0	78.203	4%
Ampliação/Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.500.000	2.125.000	85%	77.367	0	77.367	4%
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos (INEDIT)	Norte 2020 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	832.734	707.348	85%	0	0	0	0%
Prolongamento do Ecocaminho da Maia	Norte 2020 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	887.950	754.758	85%	451.512	451.512	0	60%
Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis.	Norte 2020 - Reabilitação do Espaço Público	1.848.622	1.571.329	85%	0	0	0	0%
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo o Parque Urbano do Sobreiro - Fase 1 e Fase 2 e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos - 1.ª fase	Norte 2020 - Regeneração Socioeconómica e Física de Comunidades e Zonas Desfavorecidas	2.200.000	1.870.000	85%	0	0	0	0%
Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	POSEUR - Promover a adaptação às alterações Climáticas e a prevenção e gestão de riscos	186.689	140.017	75%	2.260	0	2.260	2%
Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. D. Manuel II, Freguesia Cidade da Maia, desde a R. José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento Triunfo Gentes da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	426.590	362.602	85%	77.074	77.074	0	21%
Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro, correspondente às obras de urbanização do loteamento de iniciativa municipal Ul-1/Praça do Oxigénio - 1.ª fase	NORTE 2020 - Reabilitação Urbana	845.138	718.367	85%	0	0	0	0%
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua Altino Coelho na cidade da Maia, entre a Rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	211.744	179.983	85%	0	0	0	0%
Melhoria das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	447.481	380.359	85%	0	0	0	0%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano do Castelo da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.183.893	1.006.309	85%	0	0	0	0%
Plano de Comunicação e Participação ARU do Centro da Maia	NORTE 2020 - Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana	321.645	273.398	85%	0	0	0	0%
Promoção de Segurança e Inclusão nos Circuitos pedestres no acesso aos principais equipamentos escolares	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	116.238	98.802	85%	0	0	0	0%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz, entre a Rua do Barão de S. Januário e a Rua Eng. ^o Duarte Pacheco	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.978	133.432	85%	0	0	0	0%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, entre a Rua Eng. ^o duarte Pacheco e a Rua do Barão de São Januário	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.654	133.156	85%	0	0	0	0%
Maia Smart Lab	NORTE 2020 - Reabilitação integral de edifícios	296.316	251.869	85%	0	0	0	0%
		19.922.644	16.915.103		2.316.600	2.014.573	302.027	14%

Un.Euros

PASSIVOS FINANCEIROS

Uma vez que a temática do endividamento municipal é analisada em capítulo próprio, neste item apenas se refere que no exercício de 2018 o município assumiu a cessão da posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, no valor de 7.976.880,48 €, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, cujas condições ditaram a assunção de um capital em dívida na gerência de 2018 de apenas 3.988.440 €, considerando que na data de produção dos seus efeitos financeiros o município amortizou com recursos próprios metade do financiamento em causa.

No domínio da autonomia financeira, questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, reporta-se de igual modo para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações, que vão desde a educação, o desporto, a cultura, a ação social, o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma avaliação da despesa numa perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes e de capital, e por outro, a sua natureza, *despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências*. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa – corrente e de capital, quer em termos de pagamento, quer em termos de despesa faturada (transitada e nova).

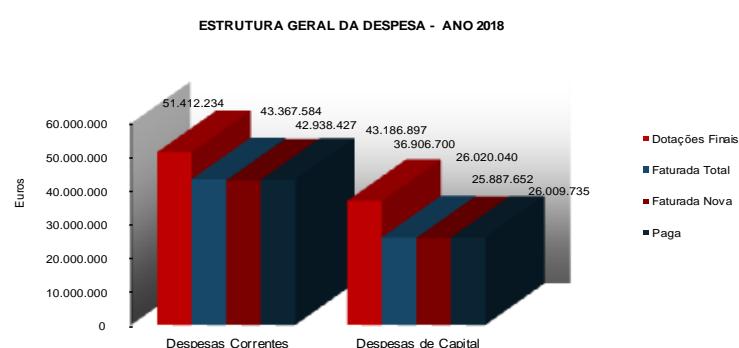
Quadro 27

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA												
	2017				2018				Despesa Paga		Taxa de Execução	
	Despesa Faturada	Despesa Faturada	Despesa Faturada	Despesa Paga	Total	Peso Faturada Nova	Variação 2017/2018 Fact Nova	Total	Peso	Desp Faturada	(e)/(b)	(f)/(e)
Despesas Correntes	43.223.562	51.412.234	429.157	42.938.427	43.367.584	62,4%	-0,7%	43.186.897	62,4%	84,4%	99,6%	
Pessoal	18.589.705	20.295.940	0	19.154.529	19.154.529	27,8%	3,0%	19.154.529	27,7%	94,4%	100,0%	
Aquisição de Bens e Serviços	16.169.921	21.278.966	428.965	15.319.825	15.748.790	22,3%	-5,3%	15.571.594	22,5%	74,0%	98,9%	
Juros e Outros Encargos	158.957	252.357	0	147.447	147.447	0,2%	-7,2%	147.447	0,2%	58,4%	100,0%	
Transferências Correntes	3.181.198	4.216.565	0	3.759.000	3.759.000	5,5%	18,2%	3.755.701	5,4%	89,1%	99,9%	
Subsídios	4.400.456	3.689.006	0	3.428.660	3.428.660	5,0%	-22,1%	3.428.660	5,0%	92,9%	100,0%	
Outras Despesas Correntes	723.325	1.679.400	192	1.128.966	1.129.158	1,6%	56,1%	1.128.966	1,6%	67,2%	100,0%	
Despesas de Capital	24.782.631	36.906.700	132.388	25.887.652	26.020.040	37,6%	4,5%	26.009.735	37,6%	70,5%	100,0%	
Aquisição de Bens de Capital	16.339.395	27.798.235	132.388	18.079.340	18.211.728	26,3%	10,6%	18.201.423	26,3%	65,5%	99,9%	
Transferências de Capital	2.398.690	3.056.305	0	1.895.863	1.895.863	2,8%	-21,0%	1.895.863	2,7%	62,0%	100,0%	
Activos Financeiros	487.186	482.431	0	345.390	345.390	0,5%	-29,1%	345.390	0,5%	71,6%	100,0%	
Passivos Financeiros	5.557.360	5.569.730	0	5.567.059	5.567.059	8,1%	0,2%	5.567.059	8,0%	100,0%	100,0%	
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0,0%		0	0,0%			
Total Geral Despesas	68.006.193	88.318.934	561.544	68.826.079	69.387.623	100,0%	1,2%	69.196.632	100,0%	78,6%	99,7%	

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2018, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 15



A despesa total faturada no exercício de 2018 ascendeu a 69.387.623 €, sendo de referir que 561.544 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior e 68.826.079 € à nova faturação de 2018.

Ao nível da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 78,6%, sendo mais expressivo no caso das despesas correntes em contraposição com as despesas de capital, destacando-se também nesta análise, o predomínio da faturação das despesas correntes, que representam 62,4% do montante global da nova despesa faturada.

Estabelecendo uma avaliação comparativa entre o ano de 2017 e 2018, alude-se ao acréscimo de (+) 819.886 €, (+) 1,2%, na nova despesa faturada, justificado na íntegra pelo acréscimo das despesas de capital, (+) 4,5%, uma vez que as despesas de natureza corrente apresentam um decréscimo de (-) 0,7%.

Em matéria de despesas correntes, a redução evidenciada de (-) 285.135 €, encontra-se justificada pela variação negativa ocorrida na rubrica dos *Subsídios*, que apresenta uma diminuição de (-) 971.796 €, explicada pela diminuição da faturação do subsídio atribuído à empresa Espaço Municipal Renovação Urbana e Gestão Património, em razão da aprovação tardia do contrato programa celebrado para a reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do município, seguindo-se a diminuição da componente de *Aquisição de bens e serviços*, de (-) 850.096 €, cuja análise será realizada posteriormente de forma detalhada e a variação menos significativa da rubrica dos *Juros e Outros Encargos* de (-) 11.509 €, associada a um menor serviço da dívida.

Com comportamento inverso e a refletir um acréscimo no agrupamento das despesas correntes, surgem as rubricas de *Transferências correntes*, que apresentam um aumento de (+) 577.802 €, *Pessoal* com um acréscimo de (+) 564.823 € e as *Outras despesas correntes* com uma variação positiva de (+) 405.641 €.

O acréscimo registado na rubrica de *Transferências correntes* decorre de um aumento das transferências para Instituições sem Fins Lucrativos, consubstanciando-se em apoios concedidos pela autarquia no âmbito das atividades desportivas, sociais, culturais, humanitárias e educacionais, sendo também explicado por divergências no *timing* de faturação dos subsídios concedidos para a época desportiva 2017/2018 e de outros subsídios concedidos no âmbito de protocolos de acordo celebrados com associações desportivas.

No âmbito das despesas com *Pessoal*, a variação assinalada é explicada essencialmente por alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, resultantes de disposições legais, nomeadamente o descongelamento de carreiras, previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2018, Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, e o aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida, previsto no Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 de dezembro. A contribuir também para o aumento das despesas com *Pessoal* em 2018 temos novas mobilidades intercarreiras e o recrutamento de novos colaboradores.

O incremento verificado na rubrica de *Outras despesas correntes*, a qual agrupa um conjunto diversificado de despesas, decorre de um maior volume de Encargos com sentenças de tribunais.

Relativamente às despesas de capital, o acréscimo constatado de (+) 1.105.021 €, encontra-se justificado pela variação positiva ocorrida na componente de *Aquisição de bens de capital* que ascendeu a (+) 1.739.945 €, que deriva da aquisição dos terrenos que integravam o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe em consequência da concretização do seu processo de dissolução e liquidação, no montante de 8.876.880,48 €, seguindo-se a rubrica dos *Passivos financeiros*, com um acréscimo meramente residual de (+) 9.700 €.

Em contracílico, verifica-se do lado das despesas de capital, no grupo das *Transferências de capital*, uma diminuição de (-) 502.827 €, que decorre de um menor volume de transferências para as Freguesias e para as Instituições Sem Fins Lucrativos e um decréscimo da rubrica dos *Ativos Financeiros* de (-) 141.797 €, justificado principalmente pela menor realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal no exercício de 2018 face a 2017, legalmente imposta.

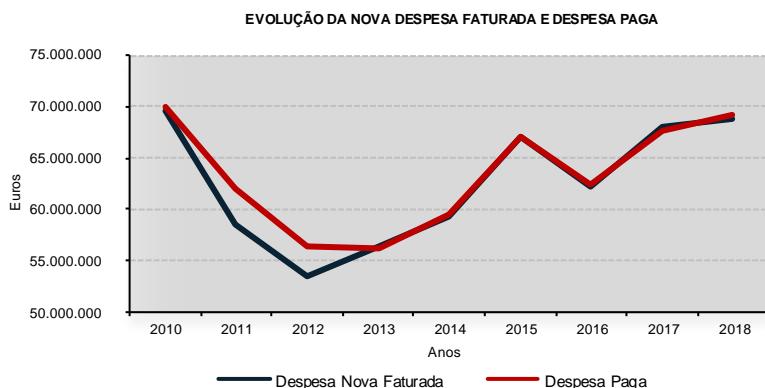
Ao nível de despesa paga, o ano económico de 2018 exibe o montante de 69.196.632 €, traduzindo em termos de taxas de execução uma excelente taxa obtida nos pagamentos em relação à faturação, ao atingir neste período 99%, apurando-se que apenas 190.991 € do total faturado se encontra por pagar.

Assinala-se que o total que se encontra por pagar se reporta a fatura emitida em datas próximas do final do mês de dezembro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior volume de pagamentos foi orientado para as despesas de carácter corrente (62,4% do total geral da despesa paga), onde se relevam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com *Pessoal* e *Aquisição de bens e serviços*, enquanto o pagamento das despesas de capital teve menor materialidade (37,6%).

Para uma melhor observação da evolução da nova despesa faturada e despesa paga desta edilidade, insere-se o Gráfico 16.

Gráfico 16



Considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da despesa, afigura-se necessário proceder a uma análise mais detalhada às seguintes componentes, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

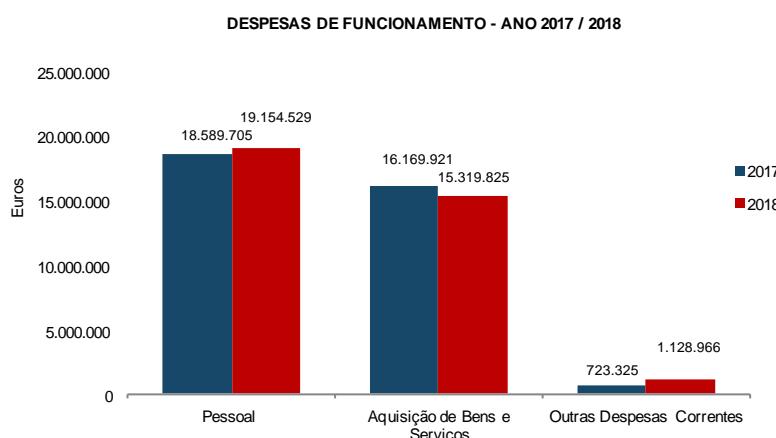
As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, coincidindo em grande parte com a despesa corrente, agrupando no seu conjunto as despesas com Pessoal, com Aquisição de bens e serviços e com Outras despesas correntes, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro subsequente.

Quadro 28

	ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO													
	2017			2018			2017			2018			Despesa Faturada Nova	
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada				
	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total		
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)=(d)+(e)							Tx Variação	
Pessoal	63.462	18.589.705	18.653.167	52,4%	43,0%	27,3%	0	19.154.529	19.154.529	53,8%	44,6%	27,8%	3,0%	
Aquisição de Bens e Serviços	166.655	16.169.921	16.336.577	45,6%	37,4%	23,8%	428.965	15.319.825	15.748.790	43,0%	35,7%	22,3%	-5,3%	
Outras Despesas Correntes	75.712	723.325	799.037	2,0%	1,7%	1,1%	192	1.128.966	1.129.158	3,2%	2,6%	1,6%	56,1%	
Total Desp Funcionamento	305.829	35.482.952	35.788.781	100,0%	82,1%	52,2%	429.157	35.603.319	36.032.476	100,0%	82,9%	51,7%	0,3%	
Total Despesas Correntes	305.829	43.223.562	43.529.391		100,0%	63,6%	429.157	42.938.427	43.367.584		100,0%	62,4%	-0,7%	
Total Geral Despesas	332.930	68.006.193	68.339.123			100,0%	561.544	68.826.079	69.387.623			100,0%	1,2%	

Un:Euros
(a) e (d)Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2017 e 2018, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 17



As despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram no exercício em análise o valor de 35.603.319 €, verificando-se um acréscimo pouco significativo de (+) 0,3% em relação ao ano anterior, não obstante a redução significativa registada na rubrica de Aquisição de bens e serviços

de (-) 850.096 €, concorrendo para tal variação, o aumento das rubricas de despesas com *Pessoal*, (+) 564.823 € e as *Outras despesas correntes*, (+) 405.641 €.

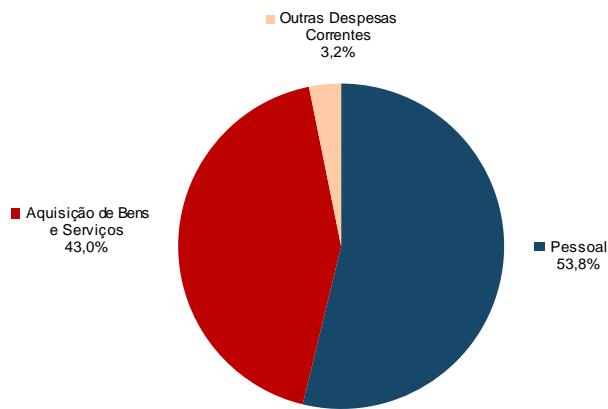
Como é dado a observar pela análise do quadro, conclui-se que no exercício económico em apreço a rubrica de despesas com *Pessoal* (como já era expectável) constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando 53,8% do total, esta proporção é superior à apurada em 2017 (52,4%), constatando-se também neste exercício económico, um acréscimo do peso da rubrica de *Outras despesas correntes*, cuja proporção aumentou para 3,2%. O contrário verificou-se com a rubrica de *Aquisição de bens e serviços*, cuja proporção diminui em 2018 para 43%, em resultado da diminuição dos seus níveis de despesa nova faturada.

Saliente-se que as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, motivos que justificam o seu peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 82,9% e 51,7% respetivamente.

A título meramente informativo insere-se o Gráfico 18, ilustrativo do peso destes encargos de funcionamento no exercício de 2018.

Gráfico 18

PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2018



Dada a importância que as despesas de funcionamento têm, na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, procede-se a uma avaliação individual e mais detalhada da área das despesas com *Pessoal* e da *Aquisição de bens e serviços*.

DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com *Pessoal* englobam todas as espécies de remunerações principais, com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Engloba também os abonos acessórios e compensações, como sejam despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente: deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Incluem-se ainda, no âmbito deste agrupamento, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente: subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo às mesmas, nos termos em que este foi superiormente instituído, a este montante acrescem ainda as *despesas com Aquisição de serviços a particulares*, informação que o Município tem o dever de reportar trimestralmente à Direção Geral das Autarquias Locais, contudo, perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com *Pessoal*.

Anote-se também, ainda neste âmbito, que os Municípios têm a obrigatoriedade de prestar informação à Direção Geral das Autarquias, relativa a *Pessoal ao serviço* e a despesas com *Pessoal*.

No Quadro 29 apresenta-se a estrutura de encargos detalhada das despesas com *Pessoal* da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 29

DESPESAS COM PESSOAL							
	2017		2018				
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Nova Despesa Faturada		
	Nova	Transitada	Nova	Total	Peso	Variação	Tx Cresc
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)			
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	222.163		213.115	213.115	1,1%	-9.048	-4,1%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	8.874.248		9.032.634	9.032.634	47,2%	158.386	1,8%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.773.389		8.747.076	8.747.076	45,7%	-26.313	-0,3%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório			113.144	113.144	0,6%	113.144	
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	100.859		172.414	172.414	0,9%	71.555	70,9%
Pessoal para além dos quadros	0		0	0	0,0%	0	
Pessoal contratado a termo	709.121		706.582	706.582	3,7%	-2.539	-0,4%
PCT - Pessoal em funções	450.257		448.536	448.536	2,3%	-1.721	-0,4%
PCT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório			0	0	0,0%	0	
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	258.864		258.046	258.046	1,3%	-818	-0,3%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	886.638		908.975	908.975	4,7%	22.337	2,5%
Pessoal aguardando aposentação	2.538		10.088	10.088	0,1%	7.550	297,5%
Pessoal em qualquer outra situação	14.133,5		143.285	143.285	0,7%	1950	14%
Representação	100.724		93.701	93.701	0,6%	-7.024	-7,0%
Subsídio de refeição	866.534		893.165	893.165	4,7%	26.631	3,1%
Subsídios de férias e de Natal	1.720.362		1.715.795	1.715.795	9,0%	-4.567	-0,3%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade (pessoal quadro CGA)	400.115		443.215	443.215	2,3%	43.099	10,8%
Subtotal	13.923.779	0	14.160.555	14.160.555	73,9%	236.776	1,7%
Abonos Variáveis ou Eventuais							
Horas extraordinárias	53.463		72.987	72.987	0,4%	19.524	36,5%
Ajudas de custo	4.066		1.899	1.899	0,0%	-2.167	-53,3%
Abono para faltas	2.760		3.201	3.201	0,0%	442	16,0%
Formação	0		0	0	0,0%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	1.188		1.188	1.188	0,0%	0	0,0%
Subsídio de turno	306.937		327.399	327.399	1,7%	20.462	6,7%
Indemizações por cessação de funções	40.219		38.806	38.806	0,2%	-1.414	-3,5%
Outros suplementos e prémios	51.545		88.453	88.453	0,5%	36.908	71,6%
Subtotal	460.178	0	533.933	533.933	2,8%	73.755	16,0%
Segurança Social							
Encargos com a saúde	772.859		779.357	779.357	4,1%	6.498	0,8%
Outros encargos com a saúde	158.454		174.071	174.071	0,9%	15.617	9,9%
Subsídio familiar a crianças e jovens	82.535		94.442	94.442	0,5%	11.907	14,4%
Outras prestações familiares	10.854		8.673	8.673	0,0%	-2.181	-20,1%
Contribuições para a segurança social	2.939.342		3.123.633	3.123.633	16,3%	184.292	6,3%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	2.199.862		2.215.628	2.215.628	11,6%	15.766	0,7%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	729.434		896.431	896.431	4,7%	166.997	22,9%
Outros	10.046		11.574	11.574	0,1%	1.528	15,2%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,0%	0	
Seguros	221.316		245.896	245.896	1,3%	24.580	11,1%
Outras despesas de segurança social	20.388		33.968	33.968	0,2%	13.579	66,6%
Subtotal	4.205.748	0	4.460.041	4.460.041	23,3%	254.293	6,0%
TOTAL	18.589.705	0	19.154.529	19.154.529	100,0%	564.823	3,0%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2018 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Da observação do quadro infra conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2018 totalizaram 19.154.529 €, assinalando um acréscimo de (+) 564.823 €, (+) 3% face ao ano anterior, tendo contribuído para este cenário o aumento das despesas com *Remunerações Certas e Permanentes*, das despesas com *Abonos Variáveis ou Eventuais* e das despesas com a *Segurança Social*.

Este acréscimo das despesas com pessoal é explicado sobretudo pelas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, resultantes de disposições legais, nomeadamente o descongelamento de carreiras, previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2018, Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, e pelo aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida, previsto no Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 de dezembro. A contribuir também para esta variação, temos novas mobilidades intercarreiras e o

recrutamento de novos colaboradores. Tais alterações ditam um aumento das remunerações e consequentemente um aumento das contribuições para a *Segurança Social*.

Neste exercício económico, a rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes* representa 73,9% do total das despesas com pessoal, perfazendo 14.160.555 €, e evidencia um acréscimo de (+) 236.776 € em relação ao ano anterior, (+) 1,7%, em consequência do aumento de algumas das rubricas que a compõem, destacando-se:

- O aumento das despesas com *Pessoal dos Quadros em regime de contrato individual de trabalho* em (+) 158.386 €, muito influenciado pelas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, no montante de (+) 113.144 €, a que acrescem (+) 71.555 € da rubrica de *Pessoal dos Quadros – novos postos de trabalho*, resultantes da concretização de novas mobilidades intercarreiras e do recrutamento de novos colaboradores, designadamente no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP);
- O acréscimo da rubrica de *Remunerações por doença*, de (+) 43.099 €, determinado pelo aumento dos custos suportados com as ausências ao serviço de pessoal do quadro vinculado à CGA de (+) 10,8%;
- O aumento da rubrica de *Subsídio de refeição* a registar uma variação positiva de (+) 26.631 €;
- O incremento das despesas com *Pessoal em regime de tarefa e avença*, em (+) 22.337 €, cuja variação está indexada à contratação de nadadores salvadores para suprir necessidades das instalações desportivas do Município;
- A variação das despesas com *Pessoal em qualquer outra situação* em (+) 1.950 €.

Em sentido inverso, e não obstante o incremento global deste agregado económico, surgem decréscimos em algumas das suas componentes, a saber:

- *Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos* com uma diminuição de (-) 9.048 €;
- *Despesas de Representação* com um decréscimo de (-) 7.024 €, determinado pela saída de dirigentes que estavam a exercer funções no Município;
- *Subsídio de Férias e de Natal* a assinalar uma redução de (-) 4.567 €;
- *Pessoal contratado a termo* com um decrescimento de (-) 2.539 €, justificado pela redução da carga horária dos professores afetos às Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares.

Em matéria de *Abonos variáveis ou eventuais*, estes absorvem 2,8% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 533.933 €, apresentando um acréscimo de (+) 73.755 € face ao ano transato, (+) 16%, justificado pelo aumento verificado nas seguintes rubricas:

- *Outros suplementos e prémios*, com uma variação de (+) 36.908 €, reportando-se sobretudo ao valor pago em senhas de presença aos membros dos órgãos autárquicos e membros da Assembleia, devido a um maior número de reuniões e sessões realizadas;

- *Subsídio de turno*, com um aumento de (+) 20.462 €, que teve origem na integração de pessoal em regime de turnos e alteração de escalas de trabalho;
- *Horas extraordinárias*, com um incremento de (+) 19.524 €, justificado pelo incremento do valor pago por hora extraordinária, descongelamento de carreiras e aumento do salário mínimo;
- *Abono para faltas* com um acréscimo mais residual de (+) 442 €.

A Segurança Social consome 23,3% do total das despesas com pessoal, alcançando a importância de 4.460.041 € e evidenciando um acréscimo de (+) 254.293 € em relação ao ano anterior, (+) 6%. Para tal contribuiu principalmente o aumento das contribuições para a Segurança Social em (+) 184.292 €, quase todo imputável à componente do regime geral, que se justifica pela abertura de novos postos de trabalho no exercício de 2018.

Seguem-se os acréscimos das rubricas dos Seguros em (+) 24.580 €, dos Outros encargos com a saúde em (+) 15.617 €, das Outras despesas de Segurança Social em (+) 13.579 €, do Subsídio familiar a crianças e jovens em (+) 11.907 €, dos Outros Encargos com a saúde em (+) 6.498 € e das Outras Contribuições para a Segurança Social em (+) 1.528 €.

Relativamente aos Outros encargos com a saúde o acréscimo respeita a comparticipações diretas aos trabalhadores, isto é, encargos com a saúde pagos pela entidade e a variação dos Encargos com a saúde, deve-se ao aumento das despesas com a faturação da ADSE.

O acréscimo do Subsídio familiar a crianças e jovens é explicado pelo aumento dos valores de abono de família atribuído a crianças e jovens.

Por último, convém salientar o facto da rubrica de despesas com Pessoal assumir um grande peso na globalidade das despesas municipais, representando na gerência em apreciação 53% das despesas de funcionamento, 44% das despesas correntes e 27% das despesas totais.

O gráfico seguinte ilustra a variação das rubricas despesas com Pessoal do Município, no último quinquénio.

Gráfico 19



LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Relativamente a esta matéria, impõe-se avaliar o cumprimento dos requisitos legalmente aplicáveis neste âmbito por parte do município, designadamente quanto ao preceituado no artigo n.º 53 da Lei do Orçamento de Estado de 2018 e aferir o posicionamento do município a 31 de dezembro de 2018, como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro 30

ENQUADRAMENTO NO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LOE 2018		Ano 2018
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 1 DO ART.º 58 DA RFALEI		
	31-12-2017	31-12-2018
Alinea a)		
Dívida total orçamental do Grupo Municipal (1)	78.962.499	65.136.518
Limite da dívida total (2)	110.985.950	117.508.883
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)	-32.023.450	-52.372.365
 Margem utilizável (alínea b) n.º 3 art.º 52 RFALEI		
Margem disponível para utilizar	4.605.872	7.709.277
 Alinea b)		
Dívida total excluindo empréstimos* (4)=(1)-(5)	25.616.718	23.809.584
Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	53.345.781	41.326.934
Município (6)	33.836.827	31.081.105
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)	5.602.334	4.686.710
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)		
Cooperativas e Fundações (9)	103.731	101.390
Entidades de outra natureza (10)	13.802.890	5.457.729
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)	55.492.975	58.754.441
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)	-29.876.257	-34.944.858
 DERROGADA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 53º DA LOE 2018		

Un: Euros

(*) Exclui Operações não orçamentais

Da análise dos resultados obtidos sistematizados no quadro supra, demonstra-se que no final da gerência de 2018, o Município da Maia não se encontrava em situação de saneamento financeiro, isto é, em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual à data dos factos.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Conclui-se a apreciação do agrupamento despesas com Pessoal, com a inserção do Quadro 5, demonstrativo da execução e do seu peso por capítulo orgânico no período em referência.

Quadro 31

DESPESAS COM PESSOAL									
2018									
	Dotações Finais	Transitada	Despesa Faturada	Total	Despesa Faturada Nova	Despesa Paga	Taxa de Execução	Desp Faturada	Desp Paga
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	%	(e)	(d)/(a)	(e)/(d)	
Classes Inativas	25.000	0	10.088	10.088	0,1%	10.088	40,4%	100,0%	
Órgãos de Autarquia	2.869.747	0	2.702.454	2.702.454	14,1%	2.702.454	94,2%	100,0%	
Assembleia Municipal	114.400	0	103.928	103.928	0,5%	103.928	90,8%	100,0%	
Deptº Administração Geral e Suporte à Atividade	2.262.344	0	2.192.036	2.192.036	11,4%	2.192.036	96,9%	100,0%	
Deptº de Construção e Manutenção	2.672.296	0	2.491.009	2.491.009	13,0%	2.491.009	93,2%	100,0%	
Deptº Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	2.707.676	0	2.579.262	2.579.262	13,5%	2.579.262	95,3%	100,0%	
Deptº Educação, Ação Social, Desporto e Cultura	8.744.478	0	8.296.395	8.296.395	43,3%	8.296.395	94,9%	100,0%	
Sub Total (1)	19.395.940	0	18.375.171	18.375.171	95,9%	18.375.171	94,7%	100,0%	
Encargos com a saúde (2)	900.000	0	779.357	779.357	4,1%	779.357	86,6%	100,0%	
TOTAL (1) + (2)	20.295.940	0	19.154.529	19.154.529	100,0%	19.154.529	94,4%	100,0%	

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2018 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Importa neste ponto sinalizar que, pelo facto da alteração à macroestrutura se ter operado a meio da gerência de 2018, delimitações ao nível do software Sigma ditaram a impossibilidade de se acomodar o orçamento a esta nova realidade, pelo que do ponto de vista orçamental manteve-se a estrutura orgânica anterior, pois alterações desta natureza não têm impacto no valor global do orçamento.

Assim, apresenta-se o quadro supra com base na estrutura orgânica que esteve subjacente à aprovação dos documentos previsionais do período em apreciação, prescindindo-se por isso de uma análise de pormenor.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS

Por força da abrangência do conceito de *despesas com Pessoal*, anteriormente analisado, a esta informação acresce ainda as despesas com a aquisição de serviços a particulares, sendo que, por conta desta rubrica, são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas pelos contribuintes em nome individual - nomeadamente serviços de vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes e portagens.

Por imperativo legal, esta informação é enviada trimestralmente pelo Município para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 32

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS					
	2015	2016	2017	2018	TAXA VARIAÇÃO 2017/2018
Despesa Paga					
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	91.358	67.194	86.705	109.254	26,0%

Un: Euros

Da observação do Quadro 32, conclui-se que as despesas com a *aquisição de serviços a particulares* no ano de 2018, assumiram o montante de 109.254 €, apresentando um acréscimo relativamente ao ano transato, justificado essencialmente pela aquisição de serviços de consultoria para definição do modelo de gestão da Quinta dos Cónegos e aquisição de serviços de aconselhamento técnico e científico para a área da educação.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Este agrupamento compreende as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, assim como as despesas com a aquisição de bens de consumo. Face à estrutura apresentada por este grupo de despesa, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro 33

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS													
	2017			2018			Taxa de Execução	Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova		
	Despesa Faturada			Despesa Faturada				Desp Paga			Desp Faturada		
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Tx Variação	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)					
Aquisição de Bens	2.529.877	3.241.116	5.195	2.508.350	2.513.545	2.490.156	99,1%	77,6%	7,0%	5,8%	3,6%	-0,9%	
Aquisição de Serviços	13.640.044	18.037.850	423.770	12.811.475	13.235.245	13.081.438	98,8%	73,4%	36,0%	29,8%	18,6%	-6,1%	
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	16.169.921	21.278.966	428.965	15.319.825	15.748.790	15.571.594	98,9%	74,0%	43,0%	35,7%	22,3%	-5,3%	
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	35.482.952	43.254.306	429.157	35.603.319	36.032.476	35.855.089	99,5%	83,3%	100,0%	82,9%	51,7%	0,3%	
TOTAL DESPESAS CORRENTES	43.223.562	51.412.234	429.157	42.938.427	43.367.584	43.186.897	99,6%	84,4%		100,0%	62,4%	-0,7%	
TOTAL GERAL DESPESAS	68.006.193	88.318.934	561.544	68.826.079	69.387.623	69.196.632	99,7%	78,6%			100,0%	1,2%	

Un-Euros
(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2018, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No exercício de 2018, a nova despesa faturada em matéria de *Aquisição de bens e serviços* totalizou o montante de 15.319.825 €, assumindo um decréscimo de (-) 850.096 € em relação ao exercício anterior, ao qual equivaleu uma taxa de execução da despesa realizada de 74% e de pagamentos de 98,9%.

O decréscimo constatado neste agrupamento de despesa resulta fundamentalmente da diminuição verificada na componente da *Aquisição de serviços*, no montante de (-) 828.569 €, (-) 6,1%, acompanhada pela redução de (-) 21.527 € aferida na rubrica de *Aquisição de bens*, (-) 0,9%.

Em termos de rácios, a *Aquisição de bens e serviços* representa 43% das despesas de funcionamento e 35,7% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos *Serviços* com a maior preponderância no total das despesas de funcionamento ao exibir um peso de 36%, em contraposição com o peso da rubrica de *Bens* que apenas se situou em 7%.

No agregado das despesas correntes, a materialidade assumida pela *Aquisição de Bens e Serviços*, no cômputo global da nova despesa faturada, justifica uma análise autónoma das suas duas componentes, *Bens e Serviços*.

AQUISIÇÃO DE BENS

Este agrupamento comprehende as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as *matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.*

Quadro 34

AQUISIÇÃO DE BENS														
	2017		2018		Despesa Paga	Variação	Tx de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execução					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada											
	Nova	Transitada	Nova	Total										
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)					
Aquisição de Bens														
Materias primas e subsidiárias	173.586	1981	125.231	127.212	126.723	-48.355	-27,9%	5,0%	99,6%					
Combustíveis e lubrificantes	234.971	254	292.337	292.592	290.201	57.366	24,4%	11,7%	99,2%					
Munições, explosivos e artifícios	1052	0	0	0	0	-1052	-100,0%	0,0%						
Limpeza e higiene	42.309	0	57.937	57.937	57.937	15.628	36,9%	2,3%	100,0%					
Alimentação - refeições confeccionadas	1375.423	0	1438.807	1438.807	1438.807	63.384	4,6%	57,4%	100,0%					
Alimentação - géneros para confeccionar	3.951	0	5.661	5.661	5.661	1710	43,3%	0,2%	100,0%					
Vestuário e artigos pessoais	43.184	0	19.308	19.308	19.308	-23.876	-55,3%	0,8%	100,0%					
Material de escritório	57.111	0	45.978	45.978	45.65	-11.132	-19,5%	1,8%	99,2%					
Produtos químicos e farmacêuticos	43.417	2.371	16.238	18.608	18.608	-27.179	-62,6%	0,8%	100,0%					
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0,0%							
Material de consumo clínico	365	0	6.751	6.751	6.751	6.386	1748,8%	0,3%	100,0%					
Material de transporte	19.981	0	14.191	14.191	14.191	-5.790	-29,0%	0,6%	100,0%					
Material de consumo hoteleiro	3.896	0	7.982	7.982	7.982	4.085	104,9%	0,3%	100,0%					
Outro material peças	5.699	0	1996	1996	1996	-3.704	-65,0%	0,1%	100,0%					
Prémios condecorações e ofertas	163.963	372	180.796	181.168	181.102	16.832	10,3%	7,2%	100,0%					
Mercadorias para venda	0	0	0	0	0	0	0,0%							
Ferramentas e utensílios	15.546	0	5.301	5.301	5.301	-10.245	-65,9%	0,2%	100,0%					
Livros e documentação técnica	1663	0	605	605	605	-1058	-63,6%	0,0%	100,0%					
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0,0%							
Material de educação cultura e recreio	91777	0	41756	41756	38.139	-50.021	-54,5%	17%	91,3%					
Outros bens	251983	217	247.476	247.693	231229	-4.507	-1,8%	9,9%	93,4%					
Total Aquisição de Bens	2.529.877	5.195	2.508.350	2.513.545	2.490.156	-21.527	-0,9%	100,0%	99,1%					

UnEuros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2018 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No ano de 2018, o valor da nova despesa faturada com a *aquisição de Bens* importou em 2.508.350 € e a despesa paga totalizou 2.490.156 €, apresentando um decréscimo da nova despesa faturada de (-) 21.527 €, (-) 0,9%, sendo de assinalar o excelente nível de execução de pagamentos de 99,1%.

A contribuir para o cenário de decréscimo deste agrupamento de despesa, no montante de (-) 21.527 €, apresentam-se diversas rubricas a saber: *Material de educação cultura e recreio*, (-) 50.021 €, *Matérias-primas e subsidiárias* (-) 48.355 €, *Produtos químicos e farmacêuticos*, (-) 27.179 €, *Vestuário e artigos pessoais*, (-) 23.876 €, *Material de escritório*, (-) 11.132 €, *Ferramentas e utensílios*, (-) 10.245 €. Com menor expressividade, seguem-se as rubricas *de Material de transporte*, *Outros bens*, *Outro material peças*, *Livros e documentação técnica*, *Munições, explosivos e artifícios*, que conjuntamente contribuíram com (-) 16.110 €, originando que o acréscimo patenteado nos demais grupos de despesa tenha sido inteiramente absorvido por estas variações.

Não comprometendo a tendência decrescente deste agregado económico, destaca-se o acréscimo das rubricas de *Alimentação – refeições confeccionadas*, com uma variação de (+) 63.384 €, cuja variação está

indexada ao aumento do preço da refeição em 2018 e dos *Combustíveis e lubrificantes*, com uma variação de (+) 57.366 €.

Com menor materialidade, sinaliza-se o aumento das rubricas de *Prémios, condecorações e ofertas, Limpeza e higiene, Material de consumo clínico, Material de consumo hoteleiro e Alimentação – géneros para confeccionar*, que globalmente perfazem o montante de (+) 44.641 €.

Em termos de preponderância destas rubricas, a componente da *Alimentação - refeições confeccionadas* é aquela que assume maior expressividade ao totalizar 1.438.807 €, representando 57,4% do valor total da aquisição de bens, onde se inclui o fornecimento de refeições nas escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho da Maia, destacando-se seguidamente, os *Combustíveis e lubrificantes* com o valor de 292.337 € e um peso de 11,7% e os *Outros bens* com o montante de 247.476 €, responsáveis por 9,9%.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, admitindo, nomeadamente, as despesas relativas aos *encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, comunicações, locação de bens, publicidade, estudos pareceres e projetos, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas*.

Quadro 35

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA										
	2017		2018		Despesa Paga	Variação	Taxa de Cresc.	%Total Aq Serviços	Tx Execução	
	Despesa Faturada Nova	Transitada	Despesa Faturada Nova	Total						
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)	
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	2.701.635	151.889	2.543.490	2.695.378	2.678.563	-158.146	-5,9%	19,9%	99,4%	
Limpeza e higiene	202.948	0	203.362	203.362	200.786	414	0,2%	16%	98,7%	
Conservação de bens	268.602	860	311.964	312.823	304.056	43.361	16,1%	2,4%	97,2%	
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
Locação de outros bens	605.573	22.122	620.816	642.938	634.945	15.243	2,5%	4,8%	98,8%	
Comunicações	244.776	4.688	250.796	255.484	253.360	6.020	2,5%	2,0%	99,2%	
Transportes	342.195	4.313	310.405	314.719	311.262	-3.1790	-9,3%	2,4%	98,9%	
Representação dos serviços	20.348	284	23.316	23.599	23.599	2.967	14,6%	0,2%	100,0%	
Seguros	166.253	0	206.773	206.773	206.773	40.520	24,4%	16%	100,0%	
Deslocações e estadas	27.127	373	32.660	33.033	31.779	5.533	20,4%	0,3%	96,2%	
Estudos, pareceres, projectos	378.266	0	379.941	379.941	378.047	1675	0,4%	3,0%	99,5%	
Formação	7.326	0	16.687	16.687	16.687	9.361	127,8%	0,1%	100,0%	
Seminários, exposições e similares	23.887	0	87.259	87.259	87.259	63.372	265,3%	0,7%	100,0%	
Publicidade	139.479	2.838	165.875	168.713	164.573	26.396	18,9%	13%	97,5%	
Vigilância e segurança	735.309	0	830.210	830.210	825.770	94.901	12,9%	6,5%	99,5%	
Assistência técnica	473.772	0	533.334	533.334	493.717	59.563	12,6%	4,2%	92,6%	
Outros trabalhos especializados	3.077.361	7.228	2.200.055	2.207.283	2.188.129	-877.306	-28,5%	17,2%	99,1%	
Serviços de saúde	22.164	0	26.194	26.194	26.194	4.030	18,2%	0,2%	100,0%	
Encargos de cobrança de receitas	805.458	0	889.977	889.977	889.977	84.519	10,5%	6,9%	100,0%	
Iluminação pública	2.930.785	228.957	2.710.445	2.939.403	2.904.508	-220.340	-7,5%	212%	98,8%	
Outros serviços	466.778	220	467.915	468.135	461.456	1.137	0,2%	3,7%	98,6%	
Total Aquisição Serviços	13.640.044	423.770	12.811.475	13.235.245	13.081.438	-828.569	-6,1%	100,0%	98,8%	

UnEuros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2018 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Com a mesma tendência, a nova despesa faturada com *aquisição de Serviços* ao totalizar 12.811.475 €, apresenta no exercício de 2018 um decréscimo de (-) 828.569 €, (-) 6,1%, tendo sido acompanhado por

um volume de despesa paga de 13.081.438 €, o que traduz um elevado nível de execução de pagamentos de 98,8%.

Subacente à variação ocorrida neste agrupamento de despesa, destaca-se a diminuição da faturação dos *Outros trabalhos especializados*, (-) 877.306 €, da *Illuminação pública*, (-) 220.340 €, dos *Encargos de instalações*, (-) 158.146 € e com menor impacto dos *Transportes*, (-) 31.790 €, que conjuntamente contribuíram com uma diminuição bastante significativa, nos níveis de despesa de (-) 1.287.581 €.

Quanto ao decréscimo assinalado na rubrica dos *Outros trabalhos especializados*, está relacionado com a passagem das despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela LIPOR, para a empresa municipal Maiambiente.

Relativamente à rubrica da *Illuminação Pública*, a diminuição evidenciada do seu volume de faturação é explicada pela redução anual da tarifa decorrente da passagem dos contratos existentes para o mercado liberalizado, espelhando também o esforço realizado pelos serviços municipais, no sentido da redução dos consumos desta natureza.

Com tendência inversa, destacam-se os acréscimos nas rubricas de *Vigilância e segurança*, (+) 94.901 €, dos *Encargos de cobrança de receitas*, (+) 84.519 €, dos *Seminários, exposições e similares*, (+) 63.372 €, e da *Assistência técnica* (+) 59.563 €.

O incremento apurado na faturação da rubrica de *Vigilância e segurança* decorre da aquisição de serviços de vigilância para a Quinta dos Cónegos e para a Fundação Gramaxo na sequência da aprovação de um protocolo.

Para a variação ocorrida nos *Encargos de cobrança de receitas*, contribui de forma decisiva o aumento da cobrança dos impostos diretos, uma vez que tais encargos sendo uma percentagem fixa sobre o valor cobrado, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º da Lei das Finanças Locais, crescem proporcionalmente ao valor cobrado.

O acréscimo assinalado na componente da *Assistência técnica* foi determinado pela atualização e manutenção do *software*.

Com menor variação, apresentam-se os aumentos nas rubricas de *Conservação de bens*, (+) 43.361 €, de *Seguros*, (+) 40.520 €, de *Publicidade*, (+) 26.396 €, e de *Locação de outros bens*, (+) 15.243 €. Acrescem ainda com menor relevo o incremento das rubricas de *Formação, Comunicações, Deslocações e estadas, Serviços de saúde, Representação dos serviços, Estudos, pareceres, projetos, Outros serviços e Limpeza e Higiene*, que no seu conjunto perfazem o montante de (+) 31.138 €.

Importa sinalizar que a contratação de serviços em 2018 observa o disposto no artigo 61.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro).

A nível da sua representatividade na despesa, mantém-se a tendência de anos anteriores, sendo as rubricas com os valores faturados entre os 2,2M€ e 2,7M€ que assumem o maior peso no total da *aquisição de Serviços*, designadamente a *Illuminação pública*, com 21,2%, os *Encargos de instalações*, com 19,9% e os *Outros trabalhos especializados*, com 17,2%, respetivamente.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA

Quadro 36

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA									
	2018					Taxa de Execução			
	Despesa Faturada				%	Desp Paga		Desp Faturada	Desp Paga
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total		(e)	(e)/Total(e)		
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)	(d)/(a)	(e)/(d)
Orgãos de Autarquia	8.048.636	293.625	5.952.713	6.246.338	46,5%	6.165.012	47,1%	77,6%	98,7%
Assembleia Municipal	61.759	0	43.156	43.156	0,3%	43.156	0,3%	69,9%	100,0%
Deptº Administração Geral e Suporte à Atividade	277.080	1.076	183.635	184.711	1,4%	184.711	1,4%	66,7%	100,0%
Deptº Construção e Manutenção	1.733.610	14.312	1.122.884	1.137.197	8,8%	1.110.550	8,5%	65,6%	97,7%
Deptº Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	3.087.211	10.133	1.862.693	1.872.826	14,5%	1.858.207	14,2%	60,7%	99,2%
Deptº Educação, Ação Social, Desporto e Cultura	4.829.554	104.625	3.646.392	3.751.017	28,5%	3.719.802	28,4%	77,7%	99,2%
TOTAL	18.037.850	423.770	12.811.475	13.235.245	100,0%	13.081.438	100,0%	73,4%	98,8%

Un/Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2018 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Neste âmbito reiteram-se os considerandos inseridos na análise das despesas com pessoal por orgânica, designadamente que, pelo facto da alteração à macroestrutura se ter operado a meio da gerência de 2018, delimitações ao nível do software Sigma ditaram a impossibilidade de se acomodar o orçamento a esta nova realidade, pelo que do ponto de vista orçamental teve de permanecer a estrutura orgânica anterior.

Deste modo, apresenta-se o quadro supra com base na estrutura orgânica que esteve subjacente à aprovação dos documentos previsionais do período em apreciação, prescindindo-se por isso de uma análise de pormenor.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município atribui ao longo deste exercício económico, determinados subsídios a organismos e entidades, com vista ao financiamento das suas despesas correntes. Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2018 por 10,4% do total da nova despesa realizada, revelando um claro intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de proporcionar condições de desenvolvimento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objetividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base, no sentido de dar mais justiça, equidade e rigor aos subsídios e transferências que são atribuídos.

O classificador económico desagrega as transferências efetuadas pelos Municípios em três agrupamentos: *Transferências correntes*, *Transferências de capital* e *Subsídios*.

Ilustra-se no Quadro 37, a distribuição das Transferências correntes e Subsídios atribuídos pela Autarquia.

Quadro 37

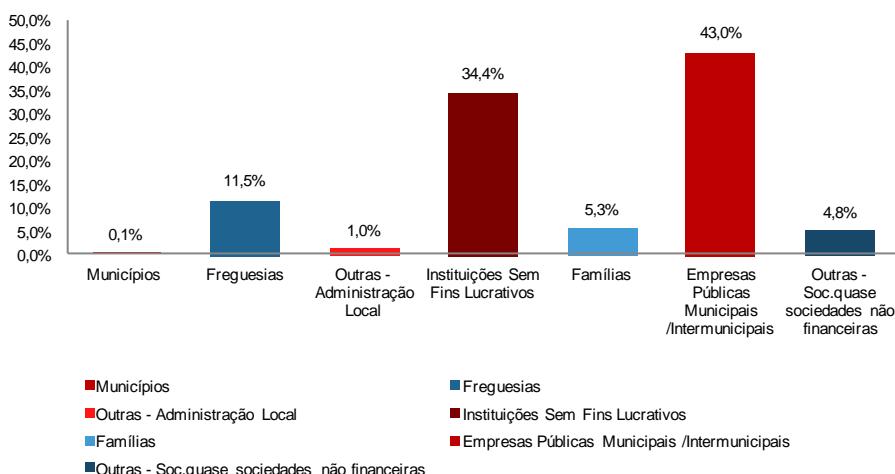
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS																
	2017				2018				Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Taxa de Execução				
	Despesa Faturada				Despesa Faturada											
	Transitada	Nova	Total	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	(f)								
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)	(f)/Total(f)	[(f)-(b)]/(b)	(h)/(g)	(g)/(d)				
Transferências Correntes																
Administração Local																
Municípios	0	0	0	10.300	0	10.279	10.279	10.279	0,1%			99,8%				
Freguesias	0	730.653	730.653	932.500	0	823.798	823.798	823.798	11,5%	12,7%	100,0%	88,3%				
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	500	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Associações de Municípios	0	0	0	500	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Assembleias Distritais	0	0	0	7.000	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Outras	0	61.493	61.493	72.000	0	71.493	71.493	71.493	1,0%	16,3%	100,0%	99,3%				
Instituições sem Fins Lucrativos	0	1.967.976	1.967.976	2.545.465	0	2.470.959	2.470.959	2.467.660	34,4%	25,6%	99,9%	97,1%				
Famílias	0	419.804	419.804	646.800	0	382.471	382.471	382.471	5,3%	-8,9%	100,0%	59,1%				
Resto do Mundo - Países	0	1.273	1.273	1.500	0	0	0	0	0,0%	-100,0%		0,0%				
Subtotal	0	3.181.198	3.181.198	4.216.565	0	3.759.000	3.759.000	3.755.701	52,3%	18,2%	99,9%	89,1%				
Subsídios																
Soc. e quase sociedades não financeiras																
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	0	4.288.716	4.288.716	3.201.990	0	3.087.238	3.087.238	3.087.238	43,0%	-28,0%	100,0%	96,4%				
Outras	0	111.739	111.739	387.016	0	341.421	341.421	341.421	4,8%	205,6%	100,0%	88,2%				
Famílias- Outras	0	0	0	100.000	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Subtotal	0	4.400.456	4.400.456	3.689.006	0	3.428.660	3.428.660	3.428.660	47,7%	-22,1%	100,0%	92,9%				
TOTAL	0	7.581.654	7.581.654	7.905.571	0	7.187.660	7.187.660	7.184.361	100,0%	-5,2%	100,0%	90,9%				

Un.Euros

(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2017 e 2018 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 20

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2018



Durante a gerência de 2018, o montante dos apoios atribuídos pela autarquia ascendeu a 7.187.660 €, representando uma diminuição de (-) 5,2% face ao ano anterior, que teve como destino o financiamento de *Transferências correntes* no valor de 3.759.000 €, e dos *Subsídios* no montante de 3.428.660 €.

No cômputo geral deste agregado económico, os *subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais*, no montante de 3.087.238 €, assumem o maior peso, seguindo-se os apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos* no valor de 2.470.959 € e as verbas transferidas para as *Juntas de Freguesia* na quantia de 823.798 €.

Sucedem-se os apoios para as *Famílias* no valor de 382.471 €, e os subsídios concedidos a *Outras entidades* no montante de 341.421 €.

Por último, apresentam-se as rubricas de *Outras transferências* a totalizar 71.493 €, a par das transferências para os *Municípios*, no valor de 10.279 €.

A diminuição globalmente registada nesta área, na quantia de (-) 393.994 €, distribuiu-se de forma diferenciada pelas rubricas que compõe este agrupamento, consubstanciando-se num acréscimo das *Transferências correntes* de (+) 577.802 €, (+) 18,2%, e numa diminuição dos *Subsídios* quantificada em (-) 971.796 €, (-) 22,1%.

Quanto ao incremento de (+) 577.802 € na componente de *Transferências correntes*, é principalmente imputável ao acréscimo constatado na rubrica das *Instituições sem fins lucrativos*, de (+) 502.983 €, que se prende com os apoios concedidos pela autarquia no âmbito das atividades desportivas, sociais, humanitárias, culturais e educacionais, seguindo-se o aumento registado na rubrica das transferências correntes para as *Freguesias*, de (+) 93.146 €. Com menor significado segue-se o aumento apurado na componente das transferências para os *Municípios* e *Outras instituições*, que no seu conjunto totaliza um acréscimo de (+) 20.279 €.

Em sentido inverso, registou-se neste agrupamento de despesa um decréscimo de (-) 37.332 € na rubrica das *Famílias*, que se prende com apoios financeiros concedidos, excepcionais e temporários, a agregados familiares carenciados residentes na área do respetivo concelho e com a inserção de pessoal requisitado ao centro de emprego para exercer funções na Câmara Municipal e nas escolas de Concelho e uma diminuição residual de (-) 1.273 € na rubrica do *resto do mundo – países*.

O agregado dos subsídios apresenta uma diminuição de (-) 971.796 €, explicada pela redução da faturação do subsídio atribuído à Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M em razão da aprovação tardia do contrato programa celebrado para a reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do município, no montante de 4.264.230 €, cujo visto prévio do Tribunal de Contas, condição essencial para a produção de efeitos financeiros, só ocorreu em 30 de novembro de 2018.

Sem alterar esta tendência decrescente, assinala-se a transferência financeira que sustentou o pagamento à Autoridade Tributária (AT) das quantias em dívida relacionadas com as execuções fiscais instauradas contra o Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M, entretanto revertidas para os administradores que exerciam o cargo, na empresa, em representação do Município, no valor de 1.472.429,07 €, liquidadas a título de IVA respeitantes aos anos de 2013 a 2015, no montante de € 1.336.239,12 € e a título de IRC respeitante ao ano de 2015 na quantia de € 136.189,95 €. Note-se porém, que estas dívidas haviam sido reclamadas graciosamente, e que neste processo foi recentemente proferida decisão final de que resultou a anulação parcial de imposto, conforme notificação da AT datada de 28 de fevereiro de 2019. Em resultado da anulação do imposto tem o município o direito a receber a quantia de 814.857,20 €.

Sem o mesmo impacto, apresenta-se ainda o acréscimo da faturação do subsídio atribuído à Empresa Municipal Maiambiente, (+) 699.840 €, no âmbito do contrato de gestão delegada celebrado em 2017, relacionado com a passagem das despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos, para a sua

alçada de atuação, que até então eram cobradas pela Lipor, em consequência da divergência de faturação dos anos em análise. Isto é, o contrato ao iniciar os seus efeitos em meados de 2017, originou em 2018 uma despesa superior ao estar indexada a 12 meses.

Acresce também o subsídio atribuído aos STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto respeitante à compensação financeira devida pelo cumprimento da obrigação de serviço público operada pela STCP, de acordo com o contrato interadministrativo de constituição da UTS e de delegação de competências, que aumenta (+) 229.682 €, de igual modo explicado pela divergência de faturação dos anos em análise.

No domínio da execução é de realçar as elevadas taxas de execução ao nível da despesa paga, que atingem os 99,9% na componente das *transferências correntes* e os 100% na dos *subsídios*.

Tendo em vista uma análise mais detalhada desta matéria, apresenta-se o Quadro 38, que ilustra a distribuição das *Transferências correntes* e *Subsídios* atribuídos.

Quadro 38

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS		
		Ano 2018
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.755.701
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - MUNICÍPIOS		
Valorização dos caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa Adenda ao Protocolo de Parceria		10.279
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS		
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento		823.798
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS		
Comparticipação do Município com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto - quota de 2018 e Pagamento da quota do ano 2018 à Litoral Rural- Associação de Desenvolvimento Regional.		71493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos		1556.874
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música e Ranchos / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial		376.371
Associações Humanitárias dos Bombeiros		227.275
Educação - Agrupamentos de Escolas		172.024
Associações de Carácter Social		60.116
Atribuição de um apoio financeiro para a valencia alimentar desenvolvido pelo Recriar Serviço à Comunidade - no âmbito do Programa Municipal de Emergência Social 2018.		75.000
FAMÍLIAS		
Programa Municipal de Emergência Social- Protocolo para apoiar os agregados familiares carenciados , residentes na área do respetivo concelho.		174.964
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções na Câmara da Maia, no Forum da Maia, nas Escolas do Concelho e nas Oficinas gerais.		184.022
Atribuição de um Subsídio à Associação das Obras Sociais S.Vicente de Paulo, tendo em vista uma comparticipação financeira no apoio às famílias economicamente vulneráveis.		19.650
Subsídio concedido para a época desportiva 2018/2019		3.835
SUBSÍDIOS		3.428.660
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. -Transferência no âmbito do Contrato-Programa com a Espaço Municipal, com vista à realização de obras de reabilitação e conservação dos empreendimentos municipais.		215.129
Maiambiente, E.M.- Empresa Municipal do Ambiente E.M. - Contrato de Gestão delegada a celebrar entre o Município da Maia e a Empresa Municipal Maiambiente.		1399.680
STCP- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto - Compensação financeira devida pelo cumprimento, obrigação de serviço público operada pela STCP, de acordo com o contrato interadministrativo de constituição da UTS e de delegação de competências.		341421
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - Pagamento das quantias em dívida relacionadas com as execuções fiscais instauradas contra a Tecmaia- Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.		1472.429
TOTAL		7.184.361

Un:Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

No âmbito da despesa global, o investimento municipal constitui um dos elementos com maior relevância para o município, incorporando a construção ou modernização de infraestruturas coletivas, de que são exemplo as escolas, a promoção do património cultural e natural, a aposta na eficiência energética, a promoção das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços públicos, bem como da reabilitação e mobilidade urbana.

Acresce ainda que, para além do investimento em novas infraestruturas, há necessidade de uma constante manutenção das já existentes, o que também absorve uma parte importante do valor a alocar ao investimento, como por exemplo, nas estradas, pontes, viadutos etc.

Neste conceito de Investimento Global do Município estão incluídos o Investimento Direto, as Transferências de Capital (Investimento Indireto) e os Ativos Financeiros. A sua análise incidirá sobre o seu comportamento, peso e evolução, e posteriormente será efetuada uma apreciação mais detalhada sobre cada um dos seus componentes.

Quadro 39

	INVESTIMENTO GLOBAL											
	2015		2016		2017		2018		% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	Taxa de variação %
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova				
Aquisição de bens de capital	51.682	19.434.928	10.927	11.520.244	27.101	16.339.395	132.388	18.079.340	89,0%	69,8%	26,3%	10,6%
Transferências de capital	0	1.687.720	0	1.333.720	0	2.398.690		1.895.863	9,3%	7,3%	2,8%	-21,0%
Ativos financeiros	0	526.946	0	427.186	0	487.186		345.390	1,7%	1,3%	0,5%	-29,1%
Total	51.682	21.649.594	10.927	13.281.150	27.101	19.225.271	132.388	20.320.593	100,0%	78,5%	29,5%	5,7%
Faturada Total	21.701.275			13.292.077		19.252.372		20.452.980				
Un.:Euros												
Despesas de Capital (fat. nova)												
Despesas Totais (fat. nova)												
25.887.652												
68.826.079												
100,0%												
37,6%												
100,0%												

Note: Faturada Transitada actualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2015, 2016, 2017 e 2018, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Pela análise do Quadro 39 verifica-se que em 2018, a nova faturação do investimento global totalizou 20.320.593 €, registando um aumento de (+) 5,7 % face a 2017.

Mantendo a tendência de anteriores gerências, a componente de *Aquisição de bens de capital* assume particular relevância ao avocar 89% do investimento global, contribuindo simultaneamente com um aumento de (+) 1.739.945 €, ou seja (+) 10,6%. Com impacto contrário surgem as *Transferências de Capital* a totalizar 1.895.863 € e os *Ativos Financeiros* 345.390 €, com decréscimos de (-) 21% e (-) 29,1% respetivamente.

Se em 2017 os montantes do investimento foram influenciados pela “Aquisição do conjunto arquitetónico constituído pela Quinta dos Cónegos” no valor de 3.300.000 €, em 2018 assume particular destaque o processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, cujo valor ascendeu a 8.876.880,48 €, e que resultou na reintegração das 47 parcelas de terreno, a que acresce 1 prédio urbano, situadas na freguesia de Nogueira-Silva Escura, que integravam o Fundo.

Conclui-se ainda que o investimento representa cerca 29,5% da despesa realizada e que as despesas de capital representam 37,6%.

O Gráfico 21 retrata a evolução da despesa total nos últimos 4 anos bem como a repartição entre o investimento e a restante despesa, permitindo concluir que a variação observada na despesa total é explicada pela oscilação do investimento, dada maior estabilidade da nova faturação da “restante despesa”.

Gráfico 21



INVESTIMENTO DIRETO

O *Investimento Direto* carateriza-se pelos montantes despendidos na aquisição ou construção de bens duradouros, tais como, edifícios, terrenos, infraestruturas, viaturas e equipamentos, mas também, pelas modificações relevantes que alteram o valor desses bens.

Para se aferir o destino das verbas alocadas ao investimento direto, apresenta-se o Quadro 40 que permite identificar a natureza do investimento realizado nas diversas rubricas, efetuar uma comparação entre faturada nova dos dois últimos anos, visualizar o montante pago e comprovar as taxas de execução atingidas em matéria de pagamentos e de execução face ao valor orçado.

Quadro 40

	INVESTIMENTO DIRETO								Taxa de variação % (d)/(a)
	2017		2018		% no Total PPI	Pago (e)	Taxa de Execução [(c)+(d)]/(b) (e)/[(c)+(d)]		
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat Transitada (c)	Fat. Nova (d)					
Terrenos e Recursos Naturais	2.180.000	10.578.130	0	9.776.880	54,1%	9.776.880	92,4%	100,0%	348,5%
Habitação	0	0	0	0	0,0%	0			
Construção	0	0	0	0	0,0%	0			
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0			
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0			
Edifícios	4.363.996	4.613.361	0	2.867.568	15,9%	2.864.594	62,2%	99,9%	-34,3%
Instalações de serviços	20.130	287.050	0	160.443	0,9%	160.443	55,9%	100,0%	697,1%
Instalações desport. e recreat.	680.084	1.870.495	0	1.303.331	7,2%	1.303.331	69,7%	100,0%	91,6%
Escolas	556.971	2.334.916	0	1.362.263	7,5%	1.359.289	58,3%	99,8%	144,6%
Outros	3.106.811	110.900	0	41.530	0,2%	41.530	37,4%	100,0%	-98,7%
Construções Diversas	7.326.535	8.538.875	132.388	3.425.325	18,9%	3.557.713	41,7%	100,0%	-53,2%
Dominio Privado	2.997.564	2.717.726	132.388	1.481.654	8,2%	1.614.042	59,4%	100,0%	-50,6%
Dominio. Público	4.328.972	5.821.149	0	1.943.671	10,8%	1.943.671	33,4%	100,0%	-55,1%
Material de Transporte	0	7.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
Maq. e Equipamento	1.159.519	1.521.653	0	866.632	4,8%	866.632	57,0%	100,0%	-25,3%
Equipamento Informático	190.436	571.900	0	371.421	2,1%	371.421	64,9%	100,0%	95,0%
Software Informático	219.201	335.600	0	183.318	1,0%	183.318	54,6%	100,0%	-16,4%
Equipamento Administrativo	86.918	96.995	0	31.492	0,2%	31.492	32,5%	100,0%	-63,8%
Equipamento Básico	625.756	496.658	0	268.991	1,5%	268.991	54,2%	100,0%	-57,0%
Ferramentas e Utensílios	37.208	20.500	0	11.409	0,1%	11.409	55,7%	100,0%	-69,3%
Investimentos Incorpóreos	559.600	191.513	0	6.138	0,0%	6.138	3,2%	100,0%	-98,9%
Outros Investimentos	399.098	1.473.247	0	402.356	2,2%	395.026	27,3%	98,2%	0,8%
Outros	350.647	864.456	0	734.441	4,1%	734.441	85,0%	100,0%	109,5%
Artigos e Objectos Valor	350.647	28.458	0	18.571	0,1%	18.571	65,3%	100,0%	-94,7%
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0			
Bens Patrimonio Histórico-Cultural	0	25.000	0	0	0,0%	0			
Outros Bens Dominio Público	0	810.998	0	715.870	4,0%	715.870	88,3%	100,0%	
Total	16.339.395	27.788.235	132.388	18.079.340	100,0%	18.201.423	65,5%	99,9%	10,6%

Un. Euros

a)

Notas:
(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efectuaram em 2017 e 2018, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

No exercício de 2018, o *Investimento Direto* totalizou 18.079.340 €, o que representou um aumento de (+) 1.739.945 € face ao ano transato, justificado sobretudo pelo acréscimo das rubricas *Terrenos e Recursos Naturais* e *Outros* que no seu conjunto suportam (+) 7.983.933 €, valor muito atenuado pelo impacto da diminuição de (-) 6.243.988 € registada nos agregados *Edifícios*, *Construções Diversas*, *Maquinaria e Equipamento* e *Investimentos Incorpóreos*.

Com maior contributo positivo é de relevar a sinalizada aquisição das 47 parcelas de terreno, a que acresce 1 prédio urbano, situadas na freguesia de Nogueira-Silva Escura, que integravam o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, no valor de 8.876.880,48 €, em resultado do seu processo de dissolução e liquidação.

Já quanto à redução, verifica-se que a quebra no investimento em *Edifícios*, (-) 1.496.428 €, ficou a dever-se essencialmente ao impacto da subrubrica de Outros *Edifícios*, por conta da qual, em 2017, se adquiriu o conjunto arquitetónico da Quinta dos Cónegos. Apesar de não alterar a tendência de redução assinalada regista-se que as remanescentes subrubricas exibiram aumentos significativos,

designadamente, as *Escolas* (+) 805.292 €, as *Instalações desportivas e Recreativas* (+) 623.247 € e as *Instalações de serviços* (+) 140.314 €.

As *Construções Diversas*, que evidenciaram igualmente uma diminuição de (-) 3.901.210 €, foram responsáveis por 18,9% do investimento direto ao totalizar 3.425.325 €, sendo que se verificou uma redução relativa quase idêntica entre as *Construções do Domínio Privado e Domínio Público*, (-) 50,6% e (-) 55,1 % respetivamente.

No mesmo sentido, a rubrica *Material e Equipamento* decresceu (-) 292.887 €. Apesar do aumento do *Equipamento Informático*, (+) 180.985 €, o comportamento negativo das restantes subrubricas, (-) 473.873 €, não permitiu inverter a sua propensão.

Os *Investimentos Incorpóreos* foram quase inexistentes em 2018 contribuindo com um valor residual, de 6.138 €.

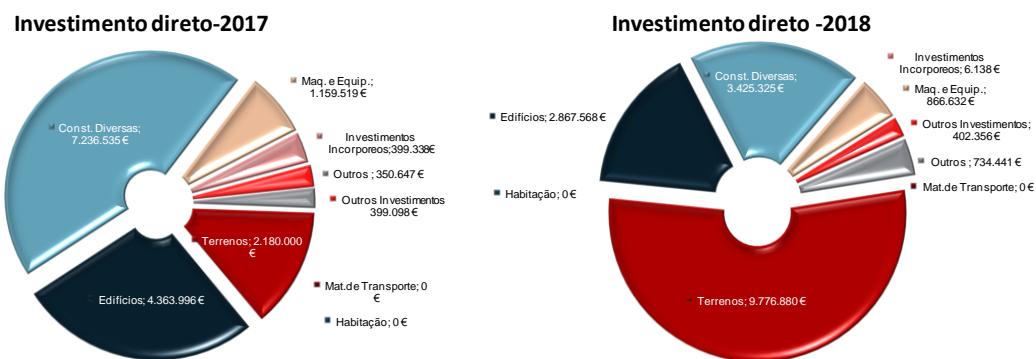
Em sentido contrário e com variações positivas os *Outros investimentos* obtiveram um volume de nova faturada de 402.356 €, o que representou uma variação de (+) 0.6%.

Na rubrica residual *Outros* registou-se uma duplicação do seu valor face ao ano transato, totalizando em 2018 a importância de 734.441 €, pertencendo 97% deste investimento a *Outros Bens do Domínio Público*.

Sem qualquer contributo para o Investimento Global estiveram as rubricas *Habitação* e *Material de Transporte*.

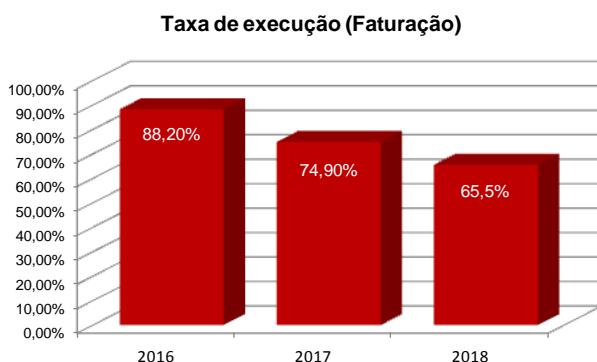
Da análise do Gráfico 22 que efetua a comparação da estrutura do *Investimento Direto*, conclui-se que houve uma transferência dos montantes investidos das rubricas *Construções Diversas* e *Edifícios* para a rubrica *Terrenos*.

Gráfico 22



Apesar de se continuar a registrar uma excelente taxa de execução em matéria de pagamentos que atinge quase os 100% em 2018, verifica-se que em matéria de taxa de execução de faturação uma degradação nos últimos 3 anos, conforme demonstra o Gráfico 23.

Gráfico 23



Para uma melhor compreensão e percepção de onde se focaram os investimentos realizados, efetua-se de seguida uma análise onde descriminar-se-á os projetos que contribuíram para cada uma das rubricas que compõem o *Investimento Direto*.

Terrenos e Recursos Naturais

Ao comportar 54,1 % do Investimento Direto a rubrica *Terrenos e Recursos Naturais* foi a que mais contribuiu para o investimento realizado.

O total de nova faturação atingiu um valor de 9.776.880 €, justificado pela:

- Aquisição de 47 parcelas de terreno, a que acresce 1 prédio urbano, situadas na freguesia de Nogueira-Silva Escura, que integravam o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, em resultado do seu processo de dissolução e liquidação - 8.876.880,48 €;
- Aquisição de propriedades para fins urbanísticos e para outros fins diversos – 775.000 €;
- Aquisição da “Casa Moinho da Veia” sita no lugar de Rebordãos, freguesia de Águas Santas, conforme deliberação de Câmara de 07/05/2018.
- Aquisição da totalidade do prédio (com área de 2280m²), que nos autos são identificados pelos lotes 15, 16, 17 E 18, conforme expressivamente previsto no plano de pormenor elaborado pelos serviços técnicos do município e que faz parte integrante da escritura nº 156/91.
- Compra de uma parcela de terreno, sita no lugar de Cidadelha, na freguesia do Castêlo da Maia.
- Aquisição de um terreno pertença do designado Património dos Pobres da Paróquia de Gueifães, sito à Travessa dos Maninhos, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia. – 125.000 €;

Habitação

Em 2018, não se registou qualquer novo investimento nesta área.

Edifícios

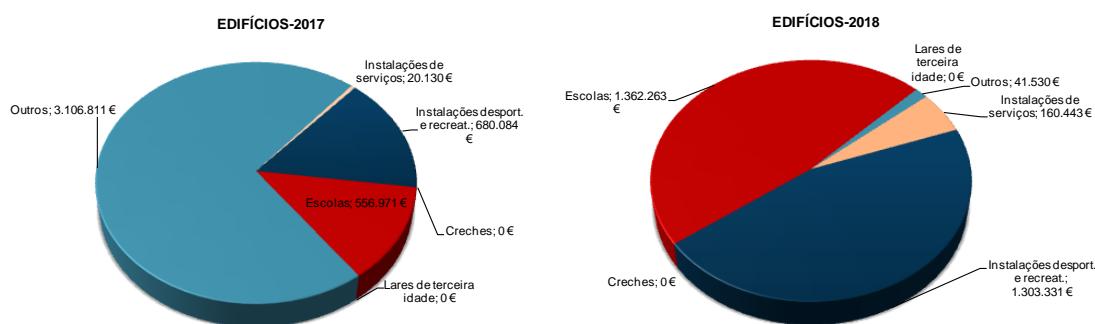
Em 2017 os investimentos realizados e que se enquadram nesta rubrica foram em muito influenciados pela aquisição do conjunto arquitetónico constituído pela Quinta dos Cónegos, pelo que se reflete na

descida de (-) 34,3 % do investimento, que ainda assim, totalizou 2.867.568 €. Esta rubrica subdivide-se em 4 tipologias:

- *Instalações de Serviços* que engloba os investimentos em edifícios não adstrito a uma só atividade específica (ex.: edifício Paços do concelho);
- Edifícios Escolares;
- Instalações Desportivas;
- Outros.

Para uma melhor percepção do peso de cada uma destas tipologias apresenta-se o Gráfico 24.

Gráfico 24



O investimento efetuado em edifícios escolares foi o que teve maior preponderância em 2018, ao somar 1.362.263 €, o que representou um aumento de (+) 805.292 €, face ao ano transato.

Os projetos que contribuíram para o resultado obtido foram os seguintes:

- Requalificação e modernização da EB2,3 de Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia, Acordo de Colaboração com o Poder Central – 504.611 €;
- Requalificação e modernização da EB2,3 de Gonçalo Mendes da Maia, na freguesia da Cidade da Maia, Acordo de Colaboração com o Poder Central – 381.946 €;
- Beneficiação da Escola do EB1/JI de Ferreiró, em Santa Maria de Avioso, na freguesia do Castêlo da Maia – 109.308 €;
- Beneficiação e requalificação de espaços escolares exteriores – 97.289 €;
- Instalação de sistemas de aquecimento central, a gás natural, em edifícios municipais, com especial incidência nos escolares e desportivos – 57.318 €;
- Beneficiação da Escola do EB1 de Moutidos, na freguesia de Águas Santas - 54.156 €;
- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes – 29.785 €;
- Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na freguesia de Moreira Acordo de Colaboração com o Poder Central – 24.416 €.

O investimento realizado com a Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Pedrouços, incluindo a elaboração dos projetos, ascendeu a 1.250.967 €, abarcando a maioria do investimento nas *Instalações Desportivas e Recreativas*, cujo total atingiu em 1.303.331 €. O valor remanescente do investimento destinou-se a:

- Construção da "Casa da Música de Moreira" tendo em vista acolher, em particular, a "Associação Banda de Música de Moreira da Maia", na Freguesia de Moreira – 40.064 €;
- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Ginástica – 12.300 €.

Em novo investimento realizado em *Instalações de Serviços*, com um total de 160.443 €, em efetuaram-se, essencialmente:

- Intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidor – 55.353 €;
- Conservação de edifícios municipais - 52.876 €;
- Obras de ampliação do espaço administrativo atualmente afeto à Assembleia Municipal – 27.613 €;
- *Living Lab Maia* - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental" – 24.600 €.

O investimento em *Outros Edifícios* foi destinado apenas a um único projeto ou seja “Beneficiação da Casa do Corim, na freguesia de Águas Santas” que totalizou 41.530 €.

Construções Diversas

As *Construções Diversas* em 2018 totalizam 3.425.325 €, ou seja, 18,9% do total do investimento direto, e são responsáveis por uma diminuição de (-) 3.901.210 €, sendo por esta rubrica que são realizados os investimentos em infraestruturas necessários à satisfação das necessidades básicas das populações, tais como: viadutos, arruamentos, estradas e pontes, instalações de saneamento e água, bem como parques e jardins, parques de estacionamento, parques desportivos entre outros. Do total de nova faturaçāo, 1.943.671 € reporta-se a *Construções Diversas do Domínio Público* e 1.481.654 € a *Construções Diversas do Domínio Privado*,

Esta diminuição do investimento foi verificada quer nas *Construções Diversas para integrar em bens do domínio público* quer para as *Construções diversas para integrar em bens domínio privado da autarquia*, que com variações de (-) 55,1 % e (-) 50,6%, atingiram os 1.943.671 € e 1.481.654 € de investimento novo realizado.

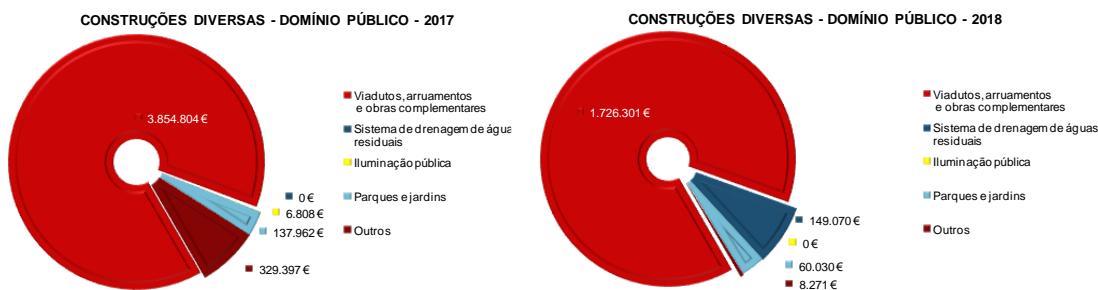
Gráfico 25



Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público

Com um volume de novo investimento realizado de 1.943.671 verifica-se que nas *Construções Diversas - domínio público*, a subrubrica *Viadutos Arruamentos e Obras Complementares* mantem a sua predominância representando certa de 88 % como é visível no Gráfico 26.

Gráfico 26



Por conta de *Viadutos Arruamentos e Obras Complementares* realizaram-se os seguintes projetos:

- Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 483.072 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento – 303.698 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 225.662 €;
- Beneficiação e drenagem de águas pluviais da Rua da Igreja, da Rua de António Sá Leite e da Rua Central de Cidadelha, na Freguesia do Castêlo da Maia – 163.523 €;
- Colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários – 154.579 €;
- Plano Diretor de Águas Pluviais, Resolução de pontos críticos – 99.007 €;
- Beneficiação de pavimentos betuminosos em vias diversas – 75.307 €;
- Beneficiação ou construção de passeios – 67.496 €;
- Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios – 64.926 €;
- Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Avenida de D. Manuel II, na Freguesia da Cidade da Maia, desde a Rua de José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia – 22.472;
- Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo Parque Urbano do Sobreiro e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos – 18.266 €;
- Reabilitação estrutural da Passagem Superior à linha do Metro na Via do Eng.^º Belmiro Mendes de Azevedo, na freguesia do Castêlo da Maia - 18.266 €;
- Beneficiação de pavimentos em cubos em vias diversas – 18.165 €

A rubrica *Sistema de drenagem de águas pluviais* cujo investimento foi nulo em 2017 registou um volume de novo investimento de 149.070 € respeitante ao projeto de Intervenção no coletor de águas pluviais da avenida Altino Coelho, na freguesia da Cidade da Maia.

Ao nível de investimentos em *Parques e Jardins* o montante de 60.030 € foi direcionado para:

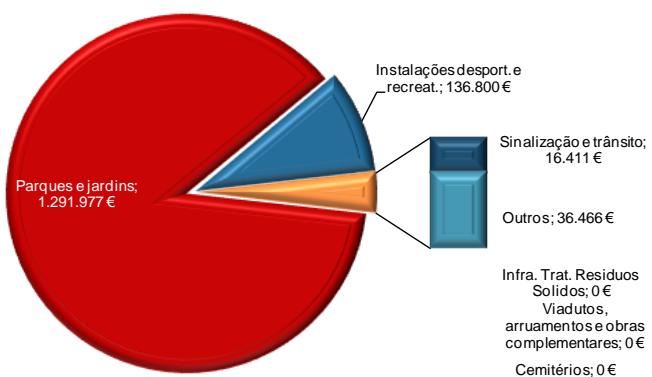
- Ajardinamento de espaços municipais – 57.720 €;
- Instalação de sistemas de rega em jardins e espaços verdes municipais – 2.309 €.

A subrubrica *Iluminação Pública* mantém a sua pouca expressividade com um investimento de 8.271 € que se destinou à Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia

Gráfico 27

Construções Diversas- Domínio Privado 2018



Com uma diminuição de (-) 50% no investimento realizado nesta rubrica, o volume de nova faturada de 1.481.654 € representou apenas 10,6 % do Investimento Direto, esta descida é justificada pela redução significativa no investimento realizado em instalações desportivas e recreativas que foram alvo de vários projetos de conservação e manutenção em 2017. Deste modo a rubrica *Parques e Jardins* passou a ser a rubrica com maior relevo totalizando 1.291.977 €, sendo que grande parte desse valor é absorvido pelo projeto, denominado *"Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à zona desportiva do centro da cidade Construção do Parque da Maia"* que alocou 1.261.597 €. O restante valor de aproximadamente 30.000 €, destinou-se a:

- Ajardinamento de espaços municipais – 17.704 €;
- Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre" – 10.540 €;
- Beneficiação de percursos pedonais e de pavimentos em jardins e parques – 2.137 €.
-

Apesar da significativa redução, a rubrica *Instalações Desportivas e Recreativas* alocou 136.800 € de novo investimento, que teve como destino, sobretudo, a conservação das instalações desportivas com 132.369 € e, residualmente, 4.431 € para a “Beneficiação do Campo Municipal de Jogos de Águas Santas”.

A económica *Outros das Construções Diversas - Domínio Privado* acompanhou a evolução das restantes rubricas com uma diminuição acentuada passando a totalizar 36.466 € de novo investimento, por conta do qual se realizaram dois projetos:

- Requalificação de Lagos e Fontes Municipais – 23.273 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 13.193 €;

A *Sinalização e Trânsito* foi alvo de um montante de investimento de 23.678 €, destinado a medidas de eficiência energética em instalações semafóricas de vias.

Material de Transporte

Em 2018 mantém-se a inexistência de qualquer novo investimento nesta área.

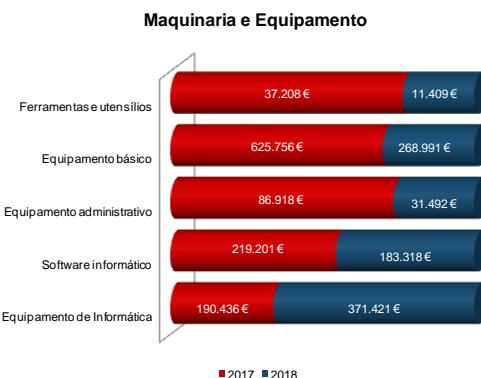
Maquinaria e Equipamento

A *Maquinaria e Equipamento* engloba todo o investimento em máquinas e equipamentos para os diversos serviços municipais e que não se enquadram nas restantes rubricas. Este grupo de despesa é desagregado por tipologia de equipamento, nomeadamente *Hardware*, *Software*, *Equipamento Básico*, *Equipamento Administrativo* e *Ferramentas e Utensílios*.

Ao totalizar 866.632 €, registou uma diminuição de (-) 292.887. que só não foi mais acentuada porque a subrubrica *Hardware (Equipamento Informático)* aumentou (+) 180.985 €, ao contrário das restantes subrubricas que registaram diminuições. O *Software Informático* ficou pelos 183.318 € com um decréscimo de (-) 35.883 €, o *Equipamento Básico* totalizou 268.991 € com uma diminuição de (-) 356.765 €, o *Equipamento Administrativo* ao somar 31.492 € diminuiu (-) 55.426 e por último, as *Ferramentas e Utensílios* com 31.492 € baixam (-) 25.798 €.

A ilustração representada pelo Gráfico 28 efetua uma comparação entre o investimento realizado em 2017 e 2018.

Gráfico 28



Equipamento informático

O equipamento informático desagrega-se em duas rubricas *Software* e *Hardware* que totalizaram no seu conjunto 554.739 €. Ao *Hardware*, que consiste no material físico, correspondeu 371.421 €, assumindo ao contrário de 2017 uma maior predominância dentro do investimento em equipamento informático. Este investimento foi direcionado para três projetos:

- Aquisição de Equipamento Informático – 219.959 €;
- Projeto INEDIT.MAIA Inclusão pela educação "Investimos em Ti" – 124.082 €;
- Aquisição de equipamento tendo em vista a desmaterialização documental das reuniões da Assembleia Municipal – 27.380 €.

Destaca-se no primeiro projeto o valor 92.238 € de investimento na renovação do *datacenter* – armazenamento (*storage*). No que respeita ao projeto INEDIT trata-se de um projeto financiado pelo Norte 2020, que tem como objetivo conhecer a realidade socioeducativa local, assente num "modelo de recolha e análise" integrando os múltiplos interlocutores educativos, servindo de suporte à definição de políticas locais no domínio da educação, numa perspetiva de combate ao insucesso escolar.

Relativamente ao investimento em *Software* este foi contemplado com um valor de 183.313 €, ligeiramente inferior a 2017, e teve como destino dois projetos:

- Projeto de desenvolvimento e consolidação do SIG Municipal – 92.232 €;
- Aquisição de Programas Informáticos – 91.086 €;
 - Aquisição de plataforma de intranet para responder de forma eficiente e segura às necessidades da organização do município;
 - Plataforma de atendimento urbanístico *online*, complementar à solução informática *Epaper*;
 - Aquisição de software para a divisão de ação social;
 - Aquisição de pacote de software de apoio á implementação do RGPD ao site institucional;
 - Aquisição de software para o centro de alto rendimento (CAR);
 - Software de gestão in Arte Premium.

Equipamento básico

Com uma queda de mais de 50%, o investimento em *Equipamento Básico* totalizou 268.991 €, não se tendo evidenciado um projeto em especial. A finalidade deste investimento teve como destino a aquisição de novos equipamentos para várias instalações municipais designadamente:

- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 87.382 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 39.111 €;
- Aquisição de equipamento básico com destino aos edifícios escolares do EB1 – 31.399 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para equipamento das cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-escolar e do EB1 – 26.667 €;
- Modernização dos equipamentos do Pavilhão Municipal de Ginástica 24.571 €;
- Aquisição de equipamentos de telecomunicações – 23.875 €;
- Beneficiação da Escola do EB1/JI de Ferreiró, em Santa Maria de Avioso, na freguesia do Castêlo da Maia – 19.684 €;
- Aquisição de equipamento com destino aos edifícios escolares do Ensino Pré-escolar – 6.599 €;
- Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre" – 5.587 €;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais – 4.118 €.

Equipamento administrativo

Também com uma descida acentuada, o investimento com a aquisição de equipamento administrativo, quedou-se pelos 31.492 €, representando apenas 0,17% do investimento direto. Os dois únicos projetos que integram esta subrubrica foram os seguintes;

- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 24.337 €;
- Aquisição de equipamento para os GIP-Gabinetes de Inserção Profissional – 7.155 €;

Ferramentas e utensílios

O investimento em *Ferramentas e Utensílios* manteve-se com pouca expressividade como habitualmente fixando-se o seu valor em apenas 11.409 €.

Investimentos incorpóreos

Com um investimento de cerca de 560.000 € no ano transato, em 2018 este foi quase inexistente registando apenas um valor de 6.138 € relativo ao projeto de Contratualização de PIP - Projetos de Integração Paisagística.

Outros investimentos

A rubrica denominada de *Outros Investimentos* sofreu um ligeiro aumento de (+) 0,8%, a que corresponde um total de nova faturada de 402.356 €, cuja tipologia de investimentos tem várias finalidades, onde se destacam:

- Plano de Racionalização de consumo de energia elétrica em edifícios municipais – 88.447 €;
- Rede estruturada de infraestruturas de parqueamento para bicicletas – 45.029 €;
- Plano de comunicação acerca dos riscos associados às alterações climáticas – 30.750 €;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais – 28.210 €;
- Conservação de edifícios escolares – 26.198 €;
- Aquisição de placas topográficas – 25.938 €;
- Quinta dos Cónegos - Intervenções de adaptação e de requalificação do edificado e dos espaços exteriores – 21.780 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos – 20.837 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 19.356 €;
- Conservação do Edifício Municipal atualmente ao serviço dos Ranchos Folclóricos de Moreira, na Freguesia de Moreira - 17.894 €;
- Programa de beneficiação energética de estabelecimentos escolares, com especial incidência nas questões de insolação – 13.518 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de o informar - 11.670 €;
- Aquisição e instalação de equipamentos de sinalização de presença de passadeiras de peões – 9.471 €;
- Equipamento para o Aeródromo de Vilar de Luz – 8.597 €.

Outros

Outros bens do domínio público

Por conta de *Outros Bens de Domínio Público* foi efetuada a construção do Ecocaminho que totalizou 715.870 € (projeto financiado no âmbito do PEDU).

Artigos e Objetos de valor

O montante de investimento realizado de 18.571 € reporta-se quase na sua totalidade à aquisição de peças e objetos ainda no âmbito da aquisição da Quinta dos Cónegos (17.958 €).

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O município com vista a apoiar certas entidades, cuja atividade tem como objeto a prestação de serviços considerados de interesse para o bem-estar dos municípios, transfere verbas para apoiar e/ou cofinanciar os investimentos realizados por essas entidades. Estes montantes concedidos denominam-se *Transferências de Capital* e são realizados para as freguesias, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos. Estas transferências não são reembolsáveis e são concedidas mediante o cumprimento de certas condições.

O Quadro 41, efetua uma comparação dos montantes transferidos em relação ao ano transato destrinçando os mesmos de acordo com a tipologia ou características das entidades beneficiárias. O quadro permite também demonstrar as taxas de execução em matérias de pagamentos e execução em relação ao orçado.

Quadro 41

	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2017		2018							
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total Transf (f)	Pago [(d)+(e)]/(c)	Tx Execução [(f)/(d)+(e)]	Tx de Variação %	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras										
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	0	721.633	771.600	0	745.835	39,3%	745.835	96,7%	100,0%	3,4%
Privadas	0	0	20.000	0	0	0,0%	0			
Administração Local										
Freguesias	0	487.719	813.800	0	189.130	10,0%	189.130	23,2%	100,0%	-61,2%
Instituições sem fins Lucrativos	0	1.189.338	1.445.905	0	960.897	50,7%	960.897	66,5%	100,0%	-19,2%
Famílias	0	0	5.000	0	0	0,0%	0			
Total	0	2.398.690	3.056.305	0	1.895.863	100,0%	1.895.863	62,0%	100,0%	-21,0%
Faturada Total										
Un.: Euros										

Nota: Faturada Transitada atulizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2017 e 2018, que na sua gênese respeitam a faturação de anos anteriores

As *Transferências de Capital*, no exercício de 2018, ascenderam a 1.895.863 € e espelharam uma diminuição de (-) 502.827 €, consequência do comportamento das rubricas de transferências para as *Freguesias*, que ao totalizar 189.130 €, decresceram (-) 298.589 € e das transferências para as *Instituições Sem Fins Lucrativos*, que ao perfazerem 960.897 € contribuíram para a diminuição de (-) 228.440 €.

Em contracírculo observa-se um ligeiro acréscimo de (+) 24.202 nas transferências para as *Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais* ao concorrerem com 745.835 €, montante que se destinou exclusivamente à participação, para investimento do município, à LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, não sendo, contudo, suficiente para atenuar a queda no valor global do agrupamento em análise.

Das entidades que foram alvo de apoio e que se enquadram na rubrica *Instituições sem fins lucrativos*, destacam-se os seguintes apoios:

- Apoio à construção de uma "Unidade de Cuidados Continuados" a ser levada a efeito por IPSS ou outras entidades similares que detenham essa vocação – 250.000 €;
- Apoio às obras de beneficiação do edifício da antiga Escola Primária de Pedras Rubras, a serem levadas a efeito pela Associação dos Antigos Alunos da Escola Primária de Pedras Rubras, na freguesia de Moreira – 175.580 €;
- Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas Apoio às obras de beneficiação do Salão Paroquial de Silva Escura, na freguesia de Nogueira e Silva Escura, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica.167855 €;
- Apoio a obras de transformação do Lar Residencial da APPACDM, na freguesia de Vila Nova da Telha – 75.000 €;
- Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas – 63.884 €;
- Apoio à requalificação da ex-Escola do EB1 da Azenha Nova a ser levada a efeito pela "ASMAN Associação de Solidariedade Social da Mouta Azenha Nova" – 53.743 €;
- Comparticipação na aquisição de Órgão de Tubos para a Igreja de Nossa Senhora da Maia, a ser levado a cabo pela respetiva Comissão de Fábrica – 50.000 €;
- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 37.457 €;
- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações. (Comparticipação de obras que serão levadas a cabo pelas respetivas Associações) – 25.035 €;
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades - 18.111 €;
- Apoio às obras de beneficiação das instalações da Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil", na freguesia de Águas Santas -16.479 €;
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de juntas de freguesia, com vista a atividades de apoio social - 11.190 €;
- Construção das novas instalações da Associação Humanitária de Pedrouços (comparticipação da obra que será levada a cabo na direta dependência da referida Associação) – 7.589 €;
- Apoio à construção de um "Centro escutista" a ser levado a efeito pelo Corpo Nacional de Escutas - 6.200 €;

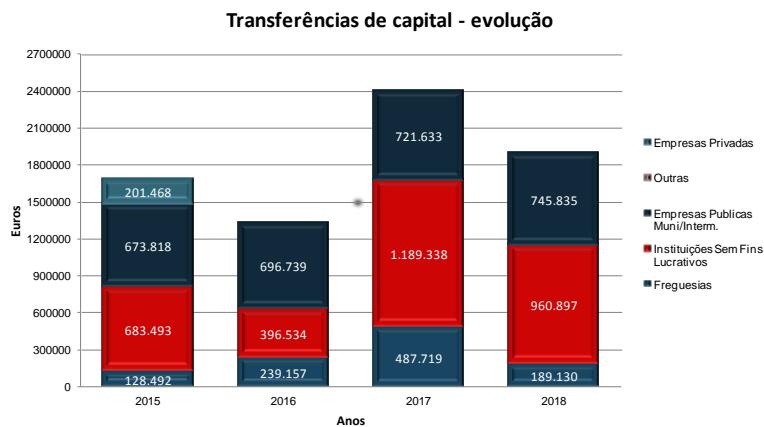
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outro equipamento com vista ao apetrechamento do Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa – 2.775€.

Apesar das freguesias possuírem autonomia financeira, o município concede-lhes apoio para investimento em instalações e ou equipamento que permitam melhorar as condições de prestação de serviços aos seus municíipes, cujo valor em 2018 totalizou 189.130 € que se destinou:

- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Santa Maria de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) – 104.097 €;
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva junta de freguesia – 50.000 €;
- Apoio às obras de beneficiação do edifício sede da junta de freguesia de V.N. da Telha, que serão levadas a efeito pela respetiva junta de freguesia – 20.753 €;
- Apoios financeiros a conceder às juntas de freguesia do concelho, com vista à aquisição de equipamento ou reequipamento das suas instalações – 10.479 €;
- Construção, remodelação ou adaptação de outros edifícios propriedade de Juntas de Freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com as juntas de freguesia em consideração – 3.800 €;

Através do Gráfico 29 é possível avaliar a evolução das *Transferência de Capital* dos últimos 4 anos, e respetivo peso de cada tipologia no seu total.

Gráfico 29



ATIVOS FINANCEIROS

A comparticipação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) constitui a maior parte do valor realizado em Ativos Financeiros absorvendo 320.390 € do total dos 345.390 € da rubrica. O restante valor de 25.000 € reporta-se à adesão à Fundação de Serralves.

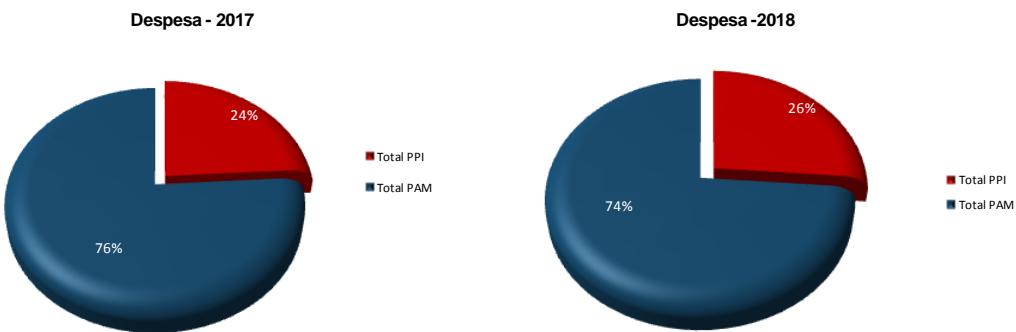
GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) englobam toda a despesa realizada pelo município numa ótica funcional permitindo a sua análise aferir quais as áreas que absorvem os recursos do município mas também quais as áreas onde o município mais intervém seguindo as orientações estratégicas estabelecidas em cada legislatura.

Nas GOP estão contidos o *Plano Plurianual de Investimento* (PPI) e o *Plano das Atividades Mais Relevantes* (PAM) por área funcional. Os primeiros e, conforme o nome indica, reportam-se ao investimento efetuado com a aquisição de bens de capital. Os segundos englobam todas as restantes despesas sejam correntes ou capital e que não estão inseridas no PPI.

Com o Gráfico 30 pretende-se demonstrar o peso dos PPI e PAM no total da despesa e sua evolução. Conclui-se que a repartição mantém-se quase inalterável com apenas uma variação de 2% positiva, no PPI em detrimento do PAM.

Gráfico 30



Para desagregar esta informação apresenta-se o Quadro 42, onde se destrinça as 4 principais funções e subfunções que compõem as GOP permitindo aferir do peso de cada uma e sua evolução em relação ao ano anterior.

Quadro 42

Classificação Funcional	GOPS									
	2017		2018		% Total GOPs	Pago (f)	Tx Execução		Tx de Variação %	
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	[(d)+(e)]/[(c)]	(f)/[(d)+(e)]			
Funções Gerais:	366.188	24.685.396	30.573.140	195.491	25.374.790	36,9%	25.448.539	83,6%	99,5%	2,8%
Serviços Gerais de Administração Pública	366.188	24.386.960	30.157.815	195.491	25.100.941	36,5%	25.174.690	83,9%	99,5%	2,9%
Segurança e Ordens Públicas	0	298.436	415.325	0	273.849	0,4%	273.849	65,9%	100,0%	-8,2%
Funções Sociais:	49.702	25.595.966	28.191.874	137.096	20.105.004	29,2%	20.210.206	71,8%	99,8%	-21,5%
Educação	172	5.652.790	8.934.274	3.766	6.703.237	9,7%	6.700.573	75,1%	99,9%	18,6%
Saúde	0	3.716	270.814	0	256.888	0,4%	256.888	94,9%	100,0%	6813,2%
Segurança e Ação Sociais	912	1.893.834	1.953.273	942	1.537.052	2,2%	1.537.995	78,7%	100,0%	-18,8%
Habitação e Serviços Colectivos	7.244	10.607.766	10.151.673	132.388	6.536.084	9,5%	6.654.356	65,7%	99,8%	-38,4%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	41.375	7.437.860	6.881.840	0	5.071.743	7,4%	5.060.395	73,7%	99,8%	-31,8%
Funções Económicas:	3.128	7.941.052	22.806.684	228.957	16.809.001	24,4%	17.000.603	74,7%	99,8%	111,7%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	46.125	0	0	0,0%	0			
Indústria e energia	394	3.048.140	4.119.927	228.957	2.919.751	4,2%	3.113.813	76,4%	98,9%	-4,2%
Transportes e Comunicações	2.392	4.049.532	6.624.411	0	2.684.752	3,9%	2.684.752	40,5%	100,0%	-33,7%
Comércio e Turismo	342	227.422	735.865	0	383.794	0,6%	381.334	52,2%	99,4%	68,8%
Outras Funções Económicas	0	615.958	11.280.355	0	10.820.704	15,7%	10.820.704	95,9%	100,0%	1656,7%
Outras Funções:	0	9.697.691	6.747.237	0	6.537.284	9,5%	6.537.284	96,9%	100,0%	-32,6%
Operações da Dívida Autárquica	0	5.667.038	5.769.737	0	5.713.486	8,3%	5.713.486	99,0%	100,0%	0,8%
Transferências entre Administrações	0	730.653	932.500	0	823.798	1,2%	823.798	88,3%	100,0%	12,7%
Outras não especificadas	0	3.300.000	45.000	0	0	0,0%	0	0,0%		-100,0%
TOTAL	419.018	67.920.105	88.318.934	561.544	68.826.079	100,0%	69.196.632	78,6%	99,7%	1,3%
Facturada Total	68.339.123		69.387.623							1,5%

Un Euros

Nota: Faturada Transitada utilizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2017 e 2018, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

A nova despesa realizada nas Grandes Opções do Plano em 2018 totalizou 68.826.079 €, traduzindo um acréscimo de (+) 905.974 € face a 2017, (+) 1,3%. Este aumento deveu-se sobremaneira ao impacto das *Funções Económicas* que ao totalizar 16.809.001 €, tiveram um incremento de (+) 8.867.949 €, logo seguido pelas *Funções Gerais*, que ao somarem 25.374.790 € crescem (+) 689.394 €. Com comportamento oposto, apresentam-se as *Funções Sociais* e as *Outras Funções* que ao alocaram 20.105.004 € e 6.537.284 € de nova despesa, respetivamente, evidenciam retrações de (-) 5.490.962 € e (-) 3.160.407 €.

Independentemente desta descida, as *Funções Sociais* permanecem com uma significativa representatividade nas GOP, ao terem um peso de 29,2% posicionando-se logo a seguir às *Funções Gerais* que têm um peso de 36,9%. Já as *Outras Funções* apenas representaram 9,5%.

No que concerne á taxa de execução em matéria de pagamentos, registou-se uma ligeira melhoria conforme se afere no Quadro 42, com os pagamentos a totalizarem 69.196.632 €, valor superior ao montante da nova faturada que atingiu 68.826.079 €, o que indica recuperação da faturação transitada.

Quadro 43

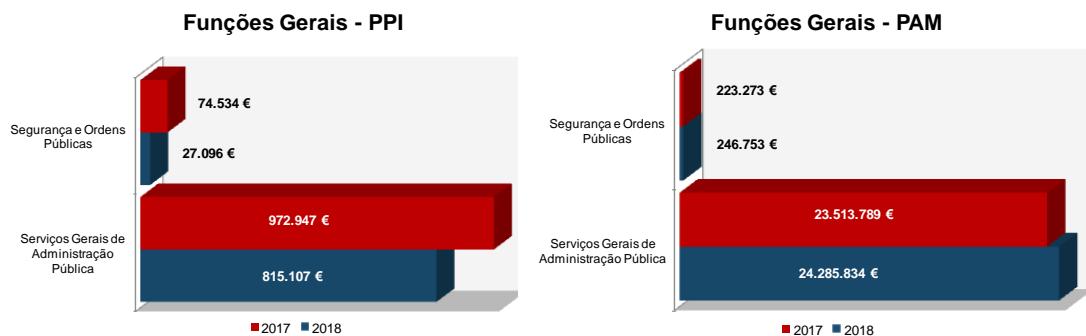
GRANDES OPÇÕES DO PLANO														
Classificação Funcional	PPI				PAM				GOPS				% Total GOPs	% Pago/Fat
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO		
1. Funções Gerais:	0	842.203	842.203	842.203	195.491	24.532.587	24.728.079	24.606.336	195.491	25.374.790	25.570.281	25.448.539	36,0%	99,5%
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	0	815.107	815.107	815.107	195.491	24.285.834	24.481.326	24.359.583	195.491	25.100.941	25.296.433	25.174.690	36,5%	99,5%
1.1.1. Administração Geral	0	815.107	815.107	815.107	195.491	24.285.834	24.481.326	24.359.583	195.491	25.100.941	25.296.433	25.174.690	36,5%	99,5%
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	27.096	27.096	27.096	0	246.753	246.753	246.753	0	273.849	273.849	273.849	0,4%	100,0%
1.2.1. Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	0	25.134	25.134	25.134	0	244.600	244.600	244.600	0	269.734	269.734	269.734	0,4%	100,0%
1.2.2. Polícia Municipal	0	1.962	1.962	1.962	0	2.153	2.153	2.153	0	4.114	4.114	4.114	0,0%	100,0%
2. Funções Sociais	132.388	5.806.120	6.028.507	6.018.203	4.709	14.208.884	14.213.593	14.192.004	137.096	20.105.004	20.242.100	20.210.206	29,2%	99,8%
2.1. Educação	0	1.556.252	1.556.252	1.553.278	3.766	5.146.985	5.150.751	5.147.294	3.766	6.703.237	6.700.003	6.700.573	9,7%	99,9%
2.1.1. Ensino não Superior	0	1.527.895	1.527.895	1.524.920	3.766	3.702.640	3.706.406	3.702.949	3.766	5.230.535	5.234.301	5.227.870	7,6%	99,9%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0	28.358	28.358	28.358	0	1.444.345	1.444.345	1.444.345	0	1.472.703	1.472.703	1.472.703	2,1%	100,0%
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	256.888	256.888	256.888	0	256.888	256.888	256.888	0,4%	100,0%
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	256.888	256.888	256.888	0	256.888	256.888	256.888	0,4%	100,0%
2.3. Segurança e Ação Sociais	0	7.375	7.375	7.375	942	1.529.677	1.530.620	1.530.620	942	1.537.052	1.537.995	1.537.995	2,2%	100,0%
2.3.2. Ação Social	0	7.375	7.375	7.375	942	1.529.677	1.530.620	1.530.620	942	1.537.052	1.537.995	1.537.995	2,2%	100,0%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	132.388	2.809.910	2.942.297	2.942.297	0	3.726.174	3.726.174	3.726.174	132.388	6.536.084	6.668.471	6.654.356	9,5%	99,8%
2.4.1. Habitação	0	0	0	0	0	215.129	215.129	215.129	0	215.129	215.129	215.129	0,3%	100,0%
2.4.2. Ordenamento do Território	0	1.297.929	1.297.929	1.297.929	0	163.315	163.315	163.259	0	1.461.243	1.461.243	1.461.187	2,1%	100,0%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	1.399.680	1.399.680	1.399.680	0	1.399.680	1.399.680	1.399.680	2,0%	100,0%
2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	132.388	1.511.981	1.644.369	1.644.369	0	1.948.050	1.948.050	1.933.991	132.388	3.460.031	3.592.419	3.578.359	5,0%	99,6%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	0	1.522.583	1.522.583	1.515.252	0	3.549.160	3.549.160	3.545.143	0	5.071.743	5.071.743	5.060.395	7,4%	99,8%
2.5.1. Cultura	0	44.664	44.664	44.664	0	599.338	599.338	598.620	0	644.002	644.002	643.284	0,9%	99,9%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	0	1.477.919	1.477.919	1.470.588	0	2.833.343	2.833.343	2.830.044	0	4.311.262	4.311.262	4.300.632	6,3%	99,8%
2.5.3. Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0	0	0	0	0	50.000	50.000	50.000	0	50.000	50.000	50.000	0,1%	100,0%
2.5.4. Juventude	0	0	0	0	0	65.913	65.913	65.913	0	65.913	65.913	65.913	0,1%	100,0%
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	565	565	565	0	565	565	565	0,0%	100,0%
3. Funções Económicas:	0	11.341.018	11.341.018	11.341.018	228.957	5.467.983	5.696.940	5.659.585	228.957	16.809.001	17.037.958	17.000.603	24,4%	99,8%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
3.2. Indústria e energia	0	182.747	182.747	182.747	228.957	2.737.004	2.965.961	2.931.066	228.957	2.919.751	3.148.708	3.113.813	4,2%	98,9%
3.2.1. Iluminação	0	0	0	0	228.957	2.710.445	2.939.403	2.904.508	228.957	2.710.445	2.939.403	2.904.508	3,9%	98,8%
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	0	8.271	8.271	8.271	0	0	0	0	0	8.271	8.271	8.271	0,0%	100,0%
3.2.3. Rationalização Energética	0	174.476	174.476	174.476	0	26.559	26.559	26.559	0	201.035	201.035	201.035	0,3%	100,0%
3.3. Transportes e Comunicações	0	2.281.391	2.281.391	2.281.391	0	403.361	403.361	403.361	0	2.684.752	2.684.752	2.684.752	3,9%	100,0%
3.3.1. Transportes rodoviários	0	1.489.422	1.489.422	1.489.422	0	353.119	353.119	353.119	0	1.842.541	1.842.541	1.842.541	2,7%	100,0%
3.3.2. Transportes aéreos	0	8.598	8.598	8.598	0	0	0	0	0	8.598	8.598	8.598	0,0%	100,0%
3.3.4. Mobilidade Sustentável	0	783.371	783.371	783.371	0	50.242	50.242	50.242	0	833.614	833.614	833.614	0,0%	100,0%
3.4. Comércio e Turismo	0	0	0	0	0	383.794	383.794	381.334	0	383.794	383.794	381.334	0,6%	99,4%
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
3.4.2. Turismo	0	0	0	0	0	383.794	383.794	381.334	0	383.794	383.794	381.334	0,6%	99,4%
3.5. Outras Funções Económicas	0	8.876.880	8.876.880	8.876.880	0	1.943.824	1.943.824	1.943.824	0	10.820.704	10.820.704	10.820.704	15,7%	100,0%
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	9.555	9.555	9.555	0	9.555	9.555	9.555	0,0%	100,0%
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
3.5.4. Ativos Financeiros	0	8.876.880	8.876.880	8.876.880	0	1.934.269	1.934.269	1.934.269	0	10.811.150	10.811.150	10.811.150	15,7%	100,0%
3.5.5. Atividades Económicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
4 Outras Funções:	0	0	0	0	0	6.537.284	6.537.284	6.537.284	0	6.537.284	6.537.284	6.537.284	9,5%	100,0%
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	0	0	0	0	5.713.486	5.713.486	5.713.486	0	5.713.486	5.713.486	5.713.486	8,3%	100,0%
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	823.798	823.798	823.798	0	823.798	823.798	823.798	1,2%	100,0%
4.3 Diversas não especificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
4.3.2. Propriedades diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
	132.388	18.079.340	18.211.728	18.201.423	429.157	50.746.739	51.175.895	50.995.209	561.544	68.826.079	69.387.623	69.196.632	100,0%	99,7%

(a)

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2018, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 31



As *Funções Gerais* representam mais de um terço do total da nova despesa, com um total de 25.374.790 €. Este valor evidencia um aumento de (+) 2,8% devido à despesa realizada no âmbito das atividades mais relevantes que subiram (+) 3,35%, uma vez que em matéria de investimento (PPI) reduziram (-) 19,60%.

Verifica-se pelo Gráfico 31 que a grande parte da faturação advém das atividades mais revelantes com um total de 24.532.567 € contra os apenas 842.203 € realizados em investimento.

Dentro desta função e no âmbito das atividades mais relevantes, a subfunção *Serviços Gerais Administração Pública* tem a predominância da despesa realizada com 24.285.834 €, muito por força de incluir uma grande parte das despesas de funcionamento do município. Em 2018 absorvem cerca de 35,2% do orçamento do município, pelo facto de incluírem despesas com pessoal (cerca de 60%), energia elétrica, água, gás, entre outros. Já a subfunção *Segurança e Ordens Públicas* concentra-se essencialmente na despesa realizada com o Serviço Municipal de Policia, Serviço Municipal de Proteção Civil e apoios a entidades com os mesmos fins.

O investimento nesta função totalizou 842.203 € e foi direcionado essencialmente para a aquisição de equipamento para os diversos serviços municipais incluindo os investimentos de manutenção e beneficiação de instalações, aquisição de mobiliário e equipamento diverso e aquisição de software informático. A análise do investimento encontra-se mais detalhada no capítulo do *Investimento Global*.

Para uma melhor comparação dos projetos que integram esta função, dado que incluem um conjunto de despesas de carácter constante e permanente, apresenta-se um quadro com os oito principais projetos que contribuíram para o valor de despesa nova obtida por comparação a 2017. Realça-se aqui o projeto *Outras Despesas Correntes* que teve um grande incremento, uma vez que estão aqui inseridas indemnizações resultantes de sentenças de tribunal.

Quadro 44

Funções Gerais - Os 8 Principais projetos/despesa por volume de faturação nova (PAM) 2018			
	2017	2018	Variação
1- Despesas com Pessoal das Funções Gerais (a) (b) (c)	14.370.208 €	14.676.244 €	306.036 € 
2 - Consumo de Energia Elétrica.	1.713.154 €	1.550.519 €	-162.635 € 
3 -Reembolsos e restituições, encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	1.291.541 €	1.216.332 €	-75.210 € 
4 - Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	772.281 €	851.612 €	79.331 € 
5 - Outras despesas correntes.	220.349 €	771.328 €	550.979 € 
6 - Aquisição de bens de carácter corrente.	559.897 €	548.051 €	-11.846 € 
7 - Aquisição de serviços de carácter corrente.	523.433 €	536.835 €	13.401 € 
8 - Consumo de Água.	515.082 €	505.680 €	-9.402 € 

(a) engloba as despesas com Orgãos da Autarquia, Departamentos e classes inativas, incluindo despesas de representação, transportes e outras, bem como as despesas com o Gabinete Técnico Florestal.

(b) não engloba as despesas com pessoal que estejam enquadradas em projeto específico (PAM), e que estão refletidas noutras funções.,

c) embora enquadradas nas funções gerais não inclui, encargos com seguros e Assembleia municipal

Para além dos projetos mencionados no quadro supra acrescem ainda:

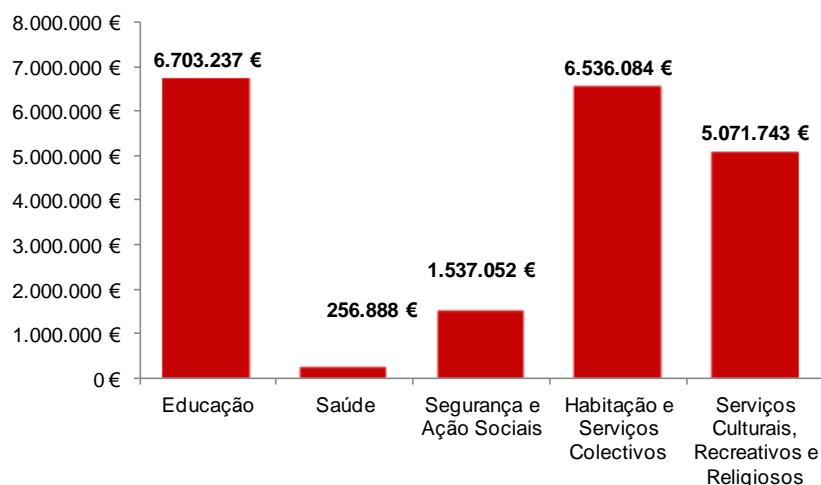
- Consumo de Gás Natural e GPL – 497.307 €;
- Contratualização de Seguros – 455.285 €;
- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos – 353.261 €;
- Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas – 280.392 €;
- Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica – 272.384 €;
- Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção – 241.764 €;
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 232.566 €;
- Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 227.275 €;
- Contratualização de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações – 201.156 €;
- Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão – 153.690 €;
- Aquisição de serviços na área de telecomunicações – 146.176 €;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais – 117.263 €;
- Despesas com Pessoal da Assembleia Municipal – 103.928 €;

- Encargos com condomínios, arrendamentos ou retribuições de utilização de edifícios e outros equipamentos – 87.380 €;
- Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet – 83.663 €;
- Comunicações postais – 82.356 €;
- Projeto de desenvolvimento e consolidação do SIG Municipal – 62.098 €;
- Encargos judiciais e emolumentares – 41.326 €.

FUNÇÕES SOCIAIS

Gráfico 32

Funções Sociais



Com um volume de nova faturada de 20.105.004 €, as *Funções Sociais* consomem cerca de 29,2% das GOP, sendo apenas ultrapassadas pelas *Funções Gerais*. Esta função compreende as mais importantes atividades do município como por exemplo a educação, o ordenamento do território que inclui o saneamento básico e habitação entre outras, mas também o apoio e realização de atividades culturais e desportivas. Esta conclusão é facilmente perceptível através da visualização do Gráfico 32 onde se verifica que as subfunções *Educação*, *Habitação e Serviços Coletivos* e *Serviços Culturais Recreativos e Religiosos* abarcam a grande parte da despesa.

Refira-se que a função *Educação* representa 9,7% das GOP, acompanhada de perto pela *Função Habitação e Serviços Coletivos* com 9,5%. Já a função *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* contribui com 7,4%. Em termos de repartição entre PPI e PAM o investimento alocou cerca de 5.896.120 €, com maior relevância na subfunção *Habitação e Serviços Coletivos*, e as atividades mais relevantes contribuíram com 14.208.884 €, com a subfunção *Educação* a ter mais relevo.

Através dos Gráfico 33 e Gráfico 34 consegue-se visualizar as variações das diversas subfunções quer em matéria de PPI quer em matéria de PAM.

Gráfico 33

Funções Sociais -PPI

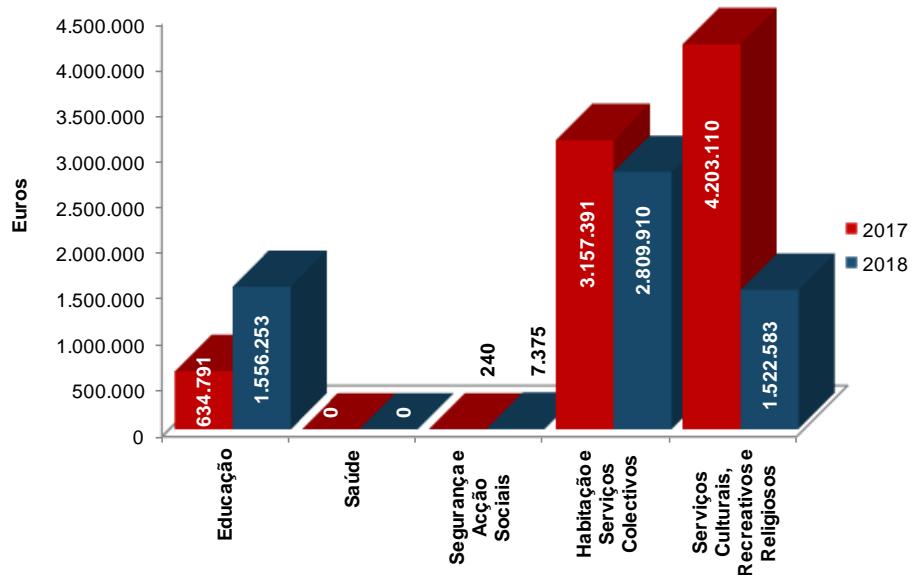
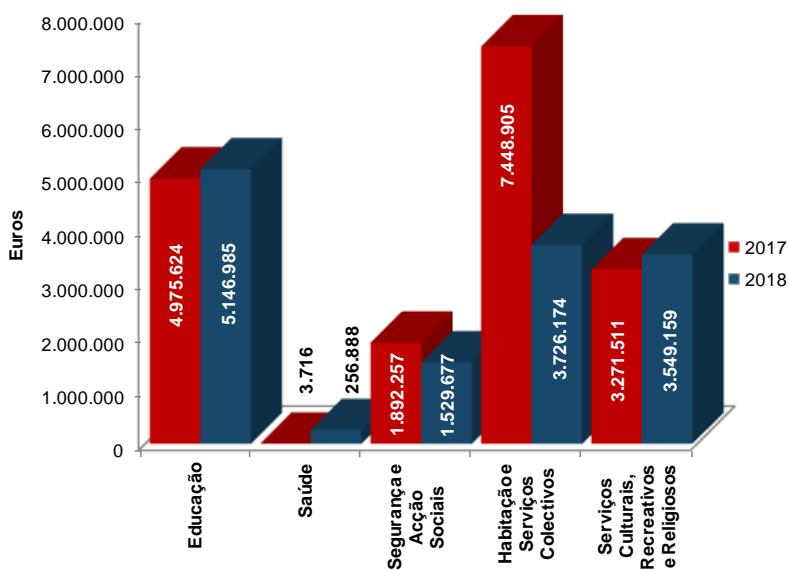


Gráfico 34

Funções Sociais -PAM



Conforme mencionado anteriormente a subfunção *Educação* é a que tem maior relevância, aliás foi a única onde se registou uma subida nos valores de investimento como também nas atividades mais

relevante. O investimento quase duplicou totalizando 1.556.252 €. Este investimento foi direcionado em grande parte para a requalificação, modernização e beneficiação de edifícios escolares existentes, o qual pode ser aferido no capítulo do *Investimento Global* na rubrica *Edifícios*.

Ao nível das Atividades mais Relevantes na *Educação* verificou-se um pequeno acréscimo na ordem dos (+) 171.000 €, implicando um total de nova faturada de 5.146.985 €. De referir que esta subfunção integra um conjunto de despesas essenciais ao funcionamento do ensino pré-escolar e básico (EB1) tais como: os transportes escolares, refeições escolares, serviços auxiliares de ensino entre outros.

Os projetos que estão inseridos nas *Atividades Mais Relevantes* estão descritos no Quadro 45.

Quadro 45

Subfunção Educação- Actividades Mais relevantes (PAM) 2017-2018			
	2017	2018	variação
• Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	1.926.524 €	1.983.978 €	57.454 € 
• Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar	1.374.579 €	1.444.345 €	69.766 € 
• Programa de Enriquecimento Curricular e Serviço de Apoio à Família	1.327.886 €	1.310.513 €	-17.373 € 
• Serviço de Transportes Escolares	186.380 €	160.832 €	-25.548 € 
• Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EB1	49.010 €	83.265 €	34.255 € 
• Programa de Ação Social Escolar no EB1	52.897 €	64.645 €	11.749 € 
• Caderno Digital	28.378 €		-28.378 € 
• Projeto "Maia Crescer com a Ciência": Protocolo de cooperação entre o Município, o "IPATIMUP" e a "BIAL Portela & Cª., S.A.".		25.000 €	25.000 € 
• Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audio-visual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do Pré-Escolar.	14.725 €	23.764 €	9.039 € 
• Projeto INEDIT.MAIA Inclusão pela educação Investimos em Ti.		21.593 €	21.593 € 
• Programa "Maia: a força da educação está no nosso coração"	10.980 €	18.476 €	7.496 € 
• Programa de Educação Financeira "No Poupar Está o Ganho", a levar a efecto em escolas do EB1 e em parceria com a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.		4.800 €	4.800 € 
• Contratualização de serviços de manutenção de edifícios escolares.		4.533 €	4.533 € 
• Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar.	4.268 €	946 €	-3.321 € 
• Realização da QUALIFICA Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego.		295 €	295 € 
Total	4.975.625 €	5.146.985 €	171.360 €

A subfunção, *Habitação e Serviços Coletivos*, apesar de representar cerca de 9,5 % das GOP, apresenta uma diminuição de (-) 4.070.212 €, (-) 38,4%, muito por força da redução dos valores faturados em termos de *Atividades Mais Relevantes*. O investimento que se encontra essencialmente nas subfunções *Ordenamento do Território e Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza* ficou-se pelos 2.809.810 €, um valor ligeiramente inferior ao do ano transato. Já as *Atividades Mais Relevantes* viram o seu valor reduzir para quase metade fixando-se nos 3.726.174 €. Esta retração acentuada é explicada pela redução da faturação do subsídio atribuído à Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de

Património, E.M em razão da aprovação tardia do contrato programa celebrado para a reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do município, no montante de 4.264.230 €, cujo visto prévio do Tribunal de Contas, condição essencial para a produção de efeitos financeiros, só ocorreu em 30 de novembro de 2018.

Os projetos que mais contribuíram para a subfunção *Habitação e Serviços Coletivos* foram:

- Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." – 1.399.680 €;
- Comparticipação para investimentos na LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida – 745.835 €;
- Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho – 665.387 €;
- Comparticipação a "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos Programa celebrados com a Câmara Municipal – 215.219 €;
- Contratos com empresas da especialidade para a realização de limpeza e desmatação de terrenos públicos ou privados – 195.462 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Santa Maria de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) – 104.097 €;
- Realização do "Hortíssima, Sorrir é na Maia" – 70.644 €;
- Ações a levar a efeito no âmbito da "EMAAC - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas" – 59.163 €;
- Contratos a celebrar com empresas da especialidade para a manutenção de árvores em caldeira – 51.071 €;
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de Freguesia - 50.000 €;
- Plano de comunicação acerca dos riscos associados às alterações climáticas – 46.682 €.

Quanto aos *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, no valor total de 5.071.743 €, reduzem (-) 2.402.879 €, especialmente devido à diminuição dos valores de investimento que por si só justificam mais de metade desta redução. Com efeito, o investimento retraiu para 1.522.583 €, tendo sido direcionado na sua maioria para a área de *Desporto Recreio e Lazer*. O valor realizado nas Atividades Mais Relevantes que totalizou 3.549.159 € foi destinado a duas rubricas *Desporto Recreio e Lazer* (2.833.343 €) e Cultura (599.338 €).

No que concerne à rubrica *Desporto, Recreio e Lazer* relevam-se os seguintes contributos:

- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades. – 1.345.193 €;
- Maia Desporto para Todos - 1.212.165 €;
- Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia Protocolo com as Associações Distritais 104.702 €;
- Comparticipações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras – 102.692 €;
- Atividades no Complexo Desportivo Municipal da Quinta da Gruta – 43.556 €.

Os projetos que contribuíram para a área da Cultura foram os seguintes:

- Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia – 184.623 €;
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 130.000 €;
- Realização do evento Maia *Techno Symphonic* - 43.665 €;
- Contratos e parcerias com entidades produtoras de eventos culturais – 37.940 €;
- Mês da Arquitetura – 24.231 €;
- Edição, produção gráfica e distribuição de materiais de divulgação - 23.737 €;
- *World Press Photo* – 19.771 €;
- Aquisição de fundos bibliográficos com destino à Biblioteca Municipal – 18.165 €;
- Apoio às obras de beneficiação das instalações da Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil", na Freguesia de Águas Santas – 16478 €;
- Feira do Livro da Maia - 9.472 €.

As restantes rubricas desta subfunção, contribuíram com importâncias pouco relevantes, a área da Juventude com 65.913 €, as Outras Atividades Cívicas e Religiosas com 50.000 € e as Relações Internacionais com apenas 565 €.

Com um valor de nova faturada de 1.537.052 €, a subfunção Segurança e Ação Sociais apesar de não ter o relevo material das outras subfunções, possui uma importância de destaque, uma vez que engloba um conjunto de ações de caráter social, seja no apoio direto a famílias carenciadas, ou entidades que desenvolvam essas atividades com vista a diminuir as desigualdades sociais. O valor em questão enquadra-se essencialmente nas Atividades Mais Relevantes, uma vez que o investimento foi de apenas 7.375 €.

Do valor de 1.529.677 € imputável à área de Segurança e Ação Sociais nas Atividades Mais Relevantes destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos:

- Fundo de Solidariedade Municipal Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social – 250.314 €;
- Apoio às obras de beneficiação do edifício da antiga Escola Primária de Pedras Rubras, a serem levadas a efeito pela Associação dos Antigos Alunos da Escola Primária de Pedras Rubras, na freguesia de Moreira. – 175.580 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Salão Paroquial de Silva Escura, na freguesia de Nogueira e Silva Escura, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica – 167.855 €;
- Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – 150.000 €;
- Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – 118.365 €;
- GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local – 106.710 €;
- Apoio a obras de transformação do Lar Residencial da APPACDM, na freguesia de Vila Nova da Telha – 75.000 €;

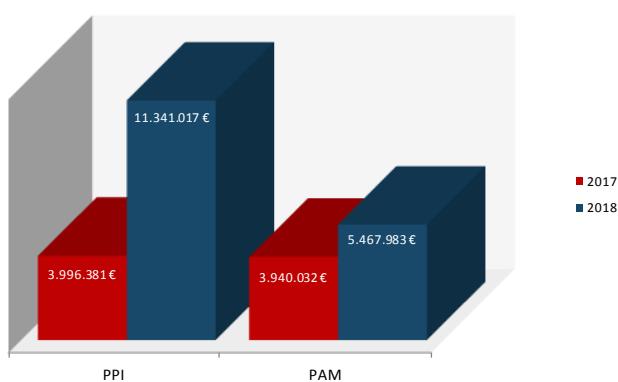
- Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas – 63.884 €;
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas – 60.213 €;
- GIP - Gabinetes de Inserção Profissional – 56.582;
- Apoio à requalificação da ex-Escola do EB1 da Azenha Nova a ser levada a efeito pela "ASMAN Associação de Solidariedade Social da Mouta Azenha Nova" – 53.743 €;
- Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar Centro de Apoio à Comunidade – 47.818 €;
- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 37.457 €;
- Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 36.873 €;
- Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades – 25.328 €;
- Apoio a projetos potenciadores de "Coesão Social" – 23.496 €;
- Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais – 22.325 €.

A área da Saúde obteve um volume de faturação de 256.888 € no âmbito circunscrito às *Atividades Mais Relevantes*, ao contrário de anos anteriores que contribuía de forma residual. O aumento sinalizado deve-se quase exclusivamente ao projeto de apoio à implementação de um "Serviço de Cuidados de Saúde Urgentes" a ser levada a efeito por IPSS ou outras entidades similares que detenham essa vocação com um valor de 250.000 €. O restante reporta-se ao projeto designado *"Programa de Saúde Escolar: ações de divulgação e de formação em boas práticas comportamentais junto da comunidade escolar: - Educação alimentar; Segurança alimentar; Prevenção solar; Saúde e cidadania; Terapia da fala; Educação postural; Gala de saúde escolar"*.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 35

Funções Económicas -Evolução do PPI e PAM

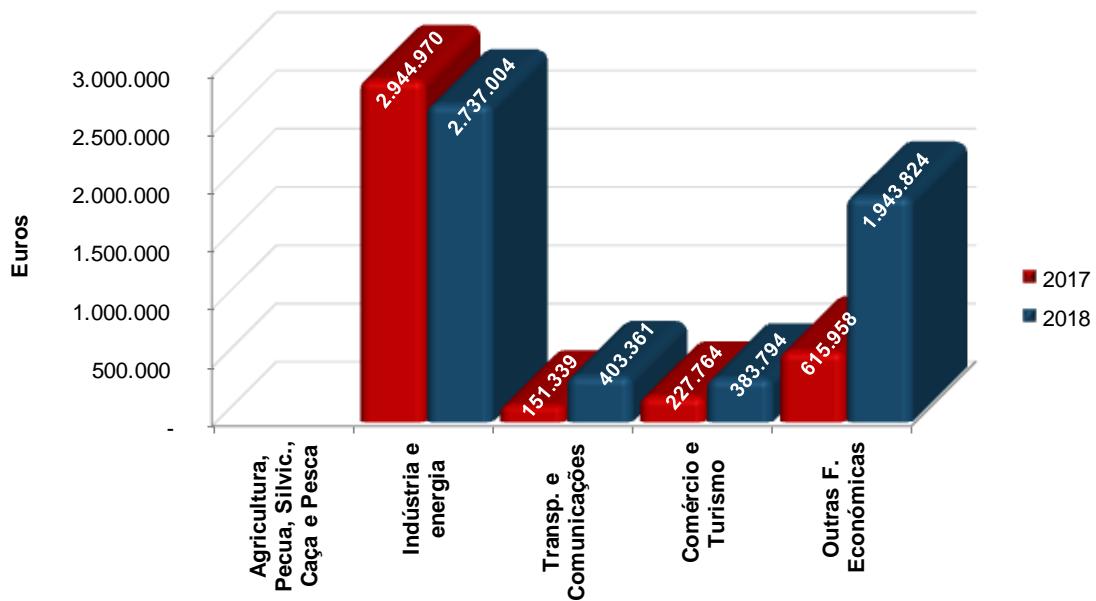


Conforme mencionado no início deste capítulo as *Funções Económicas* foram as que registaram a maior variação, (+) 8.872.587 €, resultante principalmente do impacto do investimento com (+) 7.344.636 €, ainda que as *Atividades Mais Relevantes* também tenham contribuído com (+) 1.527.951 €. A variação do investimento está claramente associada ao montante desembolsado com a aquisição de 47 parcelas de terreno, a que acresce 1 prédio urbano, situadas na freguesia de Nogueira-Silva Escura, que integravam o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, em resultado do seu processo de dissolução e liquidação, no valor de 8.876.880 € que se encontra refletido na rubrica ativos financeiros na subfunção *Outras Funções Económicas*. O restante investimento foi direcionado para a áreas de transportes rodoviários (pavimentos arruamentos, passeios, semáforos, sinalização, etc.), destacando-se aqui o projeto com a construção do Ecocaminho.

No que concerne às *Atividades Mais Relevantes*, estas totalizaram 5.467.983 €, assumindo particular relevância o aumento da subfunção *Outras Funções Económicas*. O Gráfico 36 efetua a comparação das diversas subfunções que compõem as *Funções Económicas*.

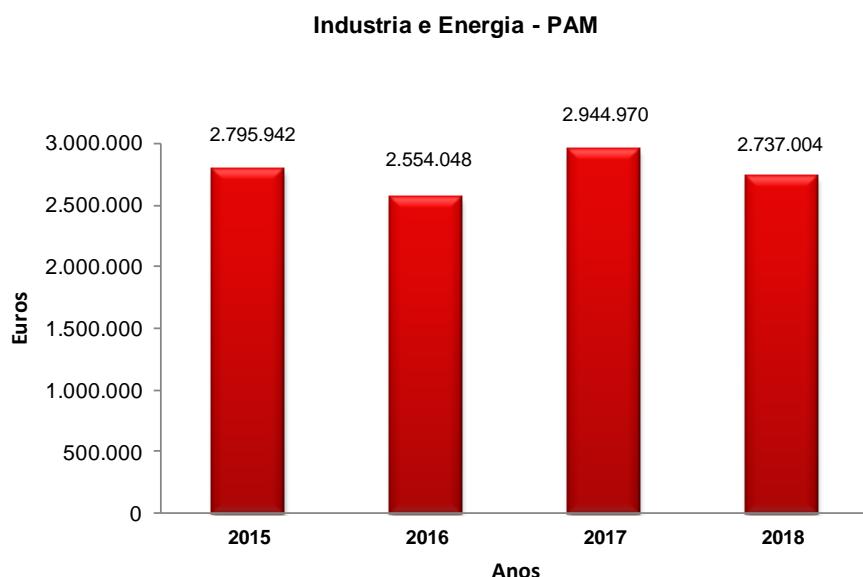
Gráfico 36

Funções Económicas - PAM



Verifica-se que a subfunção *Indústria e Energia* é que possui maior supremacia ao totalizar em 2018 2.737.004 €, imputável quase na sua totalidade à despesa com consumo de energia elétrica nas redes de Iluminação Pública (2.710.445 €). Para visualizar a evolução deste encargo com carácter permanente apresenta-se o Gráfico 37.

Gráfico 37



A subfunção que obteve maior variação foi a de *Outras Funções Económicas*, que neste caso foi largamente influenciada transferência financeira no montante de 1.472.429,07 €, que sustentou o pagamento à Autoridade Tributária (AT) das quantias em dívida relacionadas com as execuções fiscais instauradas contra a Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M, que foram objeto de reversão contra os administradores que estavam mandatados pelo município para o exercício dessas funções. O restante valor reporta-se a:

- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) – 320.390 €.
- Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município – 116.451 €;
- Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R;
- Área Metropolitana do Porto;
- Adeporto - Agência de Energia do Porto;
- Fundação do Desporto;
- Litoralrural - Associação de Desenvolvimento Regional.
- Adesão à Fundação de Serralves- 25.000 €;
- Atividades adstritas ao "Gabinete Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor" – 9.555 €.

As duas restantes subfunções *Comércio e Turismo e Transportes e Comunicações* não têm o mesmo peso das duas anteriormente mencionadas contudo ainda assim tiveram um aumento no seu volume de faturação com especial relevo da segunda que alocou 403.361 € de nova despesa. Também aqui nesta função a despesa com a municipalização dos STCP-Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, no montante de 341.241 €, contribui com grande parte da despesa verifica nesta subfunção. A restante despesa no valor de 62.120 € foi repartida pelos seguintes projetos.

- SEM-Semana Europeia da Mobilidade – 28.773 €;
- Rede estruturada de infraestruturas de parqueamento para bicicletas, Ações de sensibilização – 18.662 €;
- Aquisição de bens e serviços diversos para a manutenção e conservação da sinalização vertical e instalações semafóricas – 11.697 €;
- Atualização do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável – 2.807 €.

A última subfunção a mencionar é a de *Comércio e Turismo* que, como o nome indica, visa a realização de projetos dinamizadores com vista à promoção do comércio e turismo, neste âmbito destacam-se os projetos que contribuíram para o valor da despesa realizada no montante de 383.794 €:

- Programa "Turismo Séniior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural – 136.107 €;
- Programa de Animação de Natal – 118.967 €;
- Realização da "Feira de Artesanato da Maia" – 65.335 €;
- Valorização dos Caminhos de Santiago Caminho Português da Costa – 50.958 €.
- ANIMAIA - Festival da Criança, no Parque Central da Maia – 10.123 €.

OUTRAS FUNÇÕES

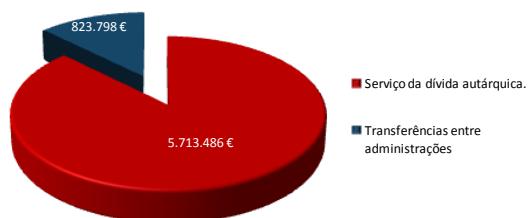
Com um total de nova faturação de 6.537.284 € as *Outras Funções* representaram 9,5 % das GOP, na sua totalidade afetas às *Atividades Mais Relevantes*. A despesa inserida nesta função é direcionada para dois destinos:

- O Serviço de Dívida Autárquica alocou 5.713.486 €;
- As Transferências entre administrações totalizaram 823.798 €.

Estes dois tipos de despesa estão mais detalhadamente analisados nos capítulos destinados ao Endividamento Municipal, Transferências Capital e Transferências Correntes.

Gráfico 38

OUTRAS FUNÇÕES 2018 - ESTRUTURA



99



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

O presente capítulo, dedicado à temática do endividamento municipal, encontra-se estruturado em duas partes complementares apesar de diferenciadas entre si, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”.

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Confina-se a uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Primeiramente é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, a que se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo.

No âmbito da evolução da dívida global, devido às implicações decorrentes da recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, no que diz respeito à operação de antecipação de rendas oportunamente concretizada pela empresa Espaço Municipal, estrutura-se a análise em duas partes distintas, centrada num primeiro momento nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente da referida operação de antecipação de créditos.

Persiste ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e as imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2017, e respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, observados que sejam determinados requisitos.

Incluem-se aqui todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Em síntese, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legalmente impostos.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

Como nota prévia, assinala-se que com o objetivo de melhorar a leitura dos dados apresentados nos quadros restringe-se a apresentação do período compreendido entre 2010 e 2015 à sua representação gráfica.

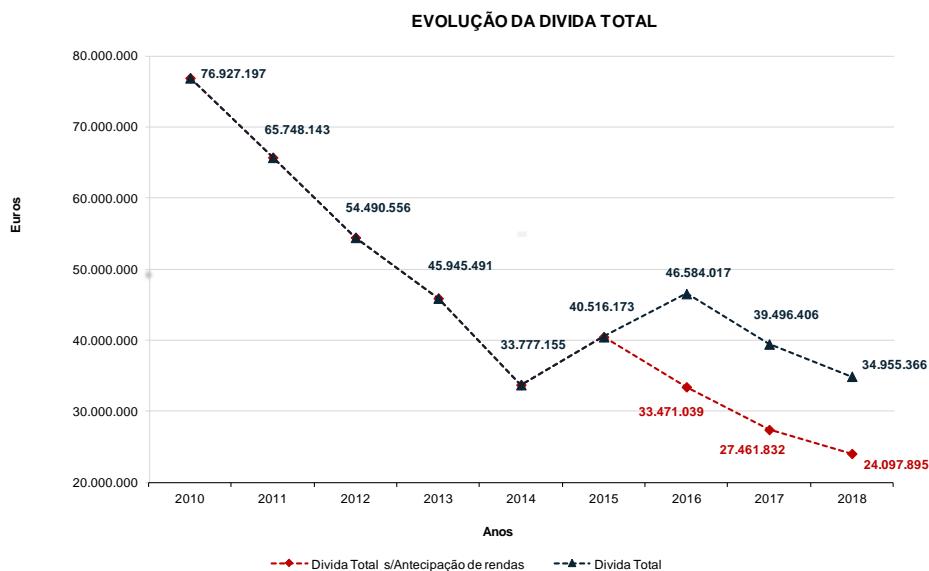
DÍVIDA TOTAL

Quadro 46

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL					Variação	
	2015	2016	2017	2018	2018/2017	2018/2010
Dívida de Natureza Orçamental	40.516.173	33.471.039	27.461.832	24.097.895	-3.363.937	-52.829.301
Dívida de Médio e Longo Prazo	36.755.669	29.548.408	23.510.996	20.544.024	-2.966.973	-39.697.473
Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	3.553.872	-396.965	-13.131.829
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	-1.177.102	10.857.471
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	-1.177.102	10.857.471
Dívida Total	40.516.173	46.584.017	39.496.406	34.955.366	-4.541.039	-41.971.830
Taxa de crescimento da dívida	20,0%	15,0%	-15,2%	-11,5%		-54,6%
Natureza Orçamental	20,0%	-17,4%	-18,0%	-12,2%		-68,7%
Médio e longo prazo	23,7%	-19,6%	-20,4%	-12,6%		-65,9%
Curto prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	-10,0%		-78,7%
Natureza Não Orçamental		-	-8,2%	-9,8%		-
Antecipação de Rendas		-	-8,2%	-9,8%		-

Un:Euros

Gráfico 39



Inicia-se a presente temática com uma referência sumária à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado nos dois últimos Relatórios de Gestão do transato ano.

Presencia-se assim a uma alteração substancial do conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município a partir do exercício de 2016, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente, justificando por isso uma análise à dívida estruturada em duas partes distintas: numa primeira fase centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.

Situando a análise na evolução da dívida do município de natureza orçamental, confirma-se que o nível de endividamento do município tem vindo a diminuir de forma consistente ao longo dos anos (apenas interrompido em 2015) alicerçado num ritmo de reduções anuais, em regra, a rondar entre oito a doze milhões de euros, somas expressivas num contexto de apertada gestão de disponibilidades, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita significativas.

Esta trajetória persiste no final do ano de 2018, com a dívida individual do município de natureza orçamental a totalizar 24.097.895 €, menos (-) 3.363.937 € que no final da gerência de 2017, evidenciando assim um decréscimo de (-) 12,2%, justificado pelo comportamento das suas duas componentes: a dívida de médio e longo prazo que reduz (-) 2.966.973 €, a par da diminuição de (-) 396.965 € na dívida de curto prazo.

Do total da dívida orçamental do município reportada a 31 de dezembro de 2018, são de natureza de médio e longo prazo 20.544.024 €, e apenas de curto prazo 3.553.872 €, quantitativos que, face aos

valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam uma redução de, respetivamente, (-) 12,6% e de (-) 10%.

Materializando na análise o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental resultante da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, a dívida total do município no final do exercício de 2018 ao somar 34.955.366 €, prossegue a tendência de decrescimento habitual reduzindo (-) 4.541.039 € em relação a 2017.

Em síntese, o desempenho alcançado pelo município em matéria de endividamento ao longo destes anos, na sua maioria num ambiente de austeridade profunda, revela que o município conseguiu conformar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, como evidenciam os níveis de redução da dívida alcançados - de 76.927.197 € em 2010 para 34.955.366 € em 2018, (-) 54,6%.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Permanecendo como prorrogativa das sucessivas Leis do Orçamento de Estado publicadas desde 2015 que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Atendendo ainda que por via das alterações preconizadas pelas Leis do Orçamento de Estado (2016 a 2018) à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza.

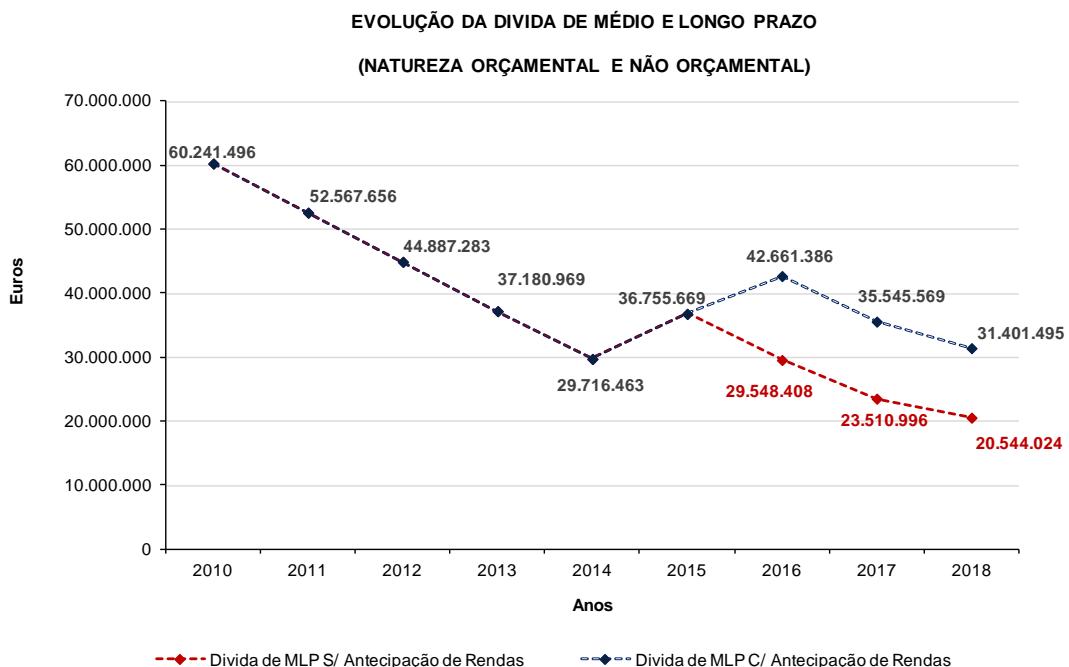
Estrutura-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, restringindo no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

Quadro 47

	ESTRUTURA DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				Variação	Variação
	2015	2016	2017	2018		
Dívida de Natureza Orçamental	36.755.669	29.548.408	23.510.996	20.544.024	-2.966.973	-39.697.473
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	33.928.222	27.359.613	21.802.253	20.223.634	-1.578.619	-38.696.204
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	19.619.182	14.268.950	9.940.941	9.601.373	-339.569	-29.103.118
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.006.138	2.670.759	1.335.379	0	-1.335.379	-16.483.623
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	2.900.295	1.933.530	966.765	0	-966.765	-11.933.530
Empréstimo Bancário de MLL. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	9.200.000	7.155.556	6.133.333	5.111.111	-1.022.222	5.111.111
Empréstimo Bancário de MLL. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	3.512.749	2.509.107	1.505.464	501.821	-1.003.643	-9.785.516
Estado	3.512.749	2.509.107	1.505.464	501.821	-1.003.643	-4.516.392
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de			0	3.988.440	3.988.440	3.988.440
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	14.309.041	13.090.663	11.861.312	10.622.262	-1.239.050	-9.593.086
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.678.024	4.359.463	4.033.301	3.699.133	-334.168	-2.480.137
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.616.318	2.339.294	2.061.342	1.782.909	-278.433	-2.191.726
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.014.698	6.391.906	5.766.669	5.140.220	-626.450	-4.921.223
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	2.827.447	2.188.795	1.708.743	320.390	-1.388.353	-1.001.268
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	264.332	52.866	0	0	0	-1.321.658
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.563.115	2.135.929	1.708.743	320.390	-1.388.353	320.390
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	-1.177.102	10.857.471
Dividas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	-1.177.102	10.857.471
Banco Santander Totta	0	6.556.489	6.017.287	5.428.736	-588.551	5.428.736
Banco BPI	0	6.556.489	6.017.287	5.428.736	-588.551	5.428.736
Total da dívida de médio e longo prazo	36.755.669	42.661.386	35.545.569	31.401.495	-4.144.075	-28.840.001
Taxa de crescimento	23,7%	16,1%	-16,7%	-11,7%		

Un: Euros

Gráfico 40



Projetando a análise na evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, conclui-se que desde 2010 até ao final de 2014 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, sendo notório que, ano após ano, aumentam os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas, comportamento que na realidade remonta a 2002, como revelam as anteriores prestações de contas.

Interrompe-se esta propensão no ano de 2015, face ao aumento de (+) 7.039.206 € da dívida de médio e longo prazo do município, devido à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMIAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

Tais operações assumem especial relevância no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de

empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Em relação à subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €.

A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021.

Todavia, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.

Conclui-se, por isso, que a parcela da participação no FAM que se encontrava por realizar passou em 2018 de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €, resultando em (-) 1.067.964 € do que o montante da subscrição inicialmente fixado na lei.

Mantendo o mesmo critério desde 2015, o Orçamento do Estado para 2018 determina que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Apontadas as razões que justificam o aumento sinalizado em 2015 na dívida de médio e longo prazo, conclui-se que surgiram de factos supervenientes à regular gestão municipal.

No ano de 2016 recuperaram-se os padrões de diminuição do endividamento de médio e longo prazo de natureza orçamental que subsistem na gerência em apreço, não obstante o município ter assumido a posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, cujas condições apontam para um capital em dívida no final da gerência de 2018 de apenas 3.988.440 €.

Deste modo, no fim do exercício de 2018, em perfeito alinhamento com a tendência decrescente assinalada, dá-se continuidade à diminuição da dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental, que ao situar-se no valor total de 20.544.024 €, vê-se reduzida em (-) 2.966.973 € face ao final do exercício transato, (-) 12,6 %.

Conclusão análoga aplica-se à evolução da dívida imputável à operação de antecipação de rendas – de natureza não orçamental – com o valor total de 10.857.471 €, que se apresenta diminuída em (-) 1.177.102 € em relação ao final do ano de 2017, (-) 9,8 %.

No cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos e concorrem para o limite da dívida, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 1.335.379 € no valor da dívida, logo seguida pela amortização de (-) 1.022.222 € referente ao empréstimo contratado com o BPI, no montante de 9.200.000 €, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA.

Segue-se o empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que determinou um corte adicional de (-) 1.003.643 € decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento da instituição de crédito Banco Santander Totta do Estado encontra-se saldada desde finais de 2013. Por último, aparece o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, a ser responsável por uma descida de (-) 966.765 €.

Em relação aos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 904.883 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, - presentemente contratados com o Banco Bilbao Vizcaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007 -, responsáveis por uma redução de (-) 334.168 €.

As outras dívidas de médio e longo referem-se apenas à contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, única parcela da dívida de médio e longo prazo que não concorre para efeitos de apuramento dos limites de endividamento, e que determinou um corte adicional na dívida de médio e longo prazo de (-) 1.388.353 €, todavia apenas circunscrito a despesa de natureza orçamental na parte correspondente a (-) 320.390 €, uma vez que o diferencial resulta do impacto decorrente da redução do capital subscrito imputável ao Município justificado pelas razões já referidas.

Atendendo ao exposto, verifica-se que na gerência de 2018 foram integralmente amortizados os dois Empréstimo Bancário de M.L. P com maior materialidade: o empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, e o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €.

Acomodado o passivo de natureza não orçamental decorrente exclusivamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, no montante total de 12.034.573 €, a dívida de médio e longo prazo do município à data de 31 de dezembro de 2018 totaliza 31.401.495 € o que evidencia um decréscimo de (-) 4.144.075 € em relação ao final do ano transato, mantendo a trajetória de redução atrás sinalizada.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica puramente orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da

despesa e receita municipais, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2015 e 2018 (Quadro 48).

Quadro 48

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	2015	2016	2017	2018
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	3.478.173	5.706.325	4.426.132	4.465.176
Amortizações	3.305.787	5.350.231	4.328.009	4.328.009
Juros	172.386	356.094	98.123	137.168
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	1.240.514	1.237.049	1.240.656	1.248.052
Amortizações	1.206.657	1.218.378	1.229.351	1.239.050
Juros	33.857	18.671	11.305	9.002
Outras Dividas de Médio e Longo Prazo (3)	639.263	638.693	480.052	320.390
Amortizações	638.651	638.651	480.052	320.390
Juros	611	42	0	0
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	5.357.949	7.582.067	6.146.840	6.033.618
Amortizações	5.151.095	7.207.261	6.037.412	5.887.449
Juros	206.854	374.806	109.428	146.169
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-32,6%	41,5%	-18,9%	-1,8%
Amortizações	-31,0%	39,9%	-16,2%	-2,5%
Juros	-57,2%	81,2%	-70,8%	33,6%
Juros / Receita Total Cobrada	0,3%	0,6%	0,2%	0,2%
Juros / Despesa Total Paga	0,3%	0,6%	0,2%	0,2%
Juros / Despesa de Capital Paga	0,8%	1,9%	0,4%	0,6%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	7,1%	11,2%	9,2%	8,1%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	8,0%	12,2%	9,1%	8,7%

Un: Euros

Como nota preliminar regista-se que os dados constantes no quadro supra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social, uma vez que a apreciação promovida neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental.

Se no período compreendido entre 2015 e 2016 é visível um aumento dos encargos com o serviço de dívida de (+) 2.224.118 €, (+) 41,5%, principalmente devido ao acréscimo das amortizações provenientes dos empréstimos destinados a finalidades diversas, já que nas demais tipologias de endividamento se verifica uma redução dos encargos da dívida pública municipal, inverte-se tal tendência de forma consistente a partir do exercício de 2016.

Esse aumento inicialmente sinalizado, pese embora a reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos que foram contratualizados até 2015, ocorre por força dos encargos, principalmente amortizações, oriundos do empréstimo bancário contratado com BPI no ano antecedente, no montante de

9.200.000 €, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, uma vez terminado o seu período de deferimento, acrescidas de forma significativa devido à realização de uma amortização extraordinária de (+) 1.022.222 €, a par de um maior volume de juros a pagar concluído que foi um ano inteiro de vigência do respetivo contrato.

No exercício de 2017 recupera-se a propensão de redução dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal ao totalizarem 6.146.840 €, (-) 18,9% do que no ano anterior, por força da influência das suas duas componentes, assumindo evidente preponderância a redução do volume das amortizações realizadas.

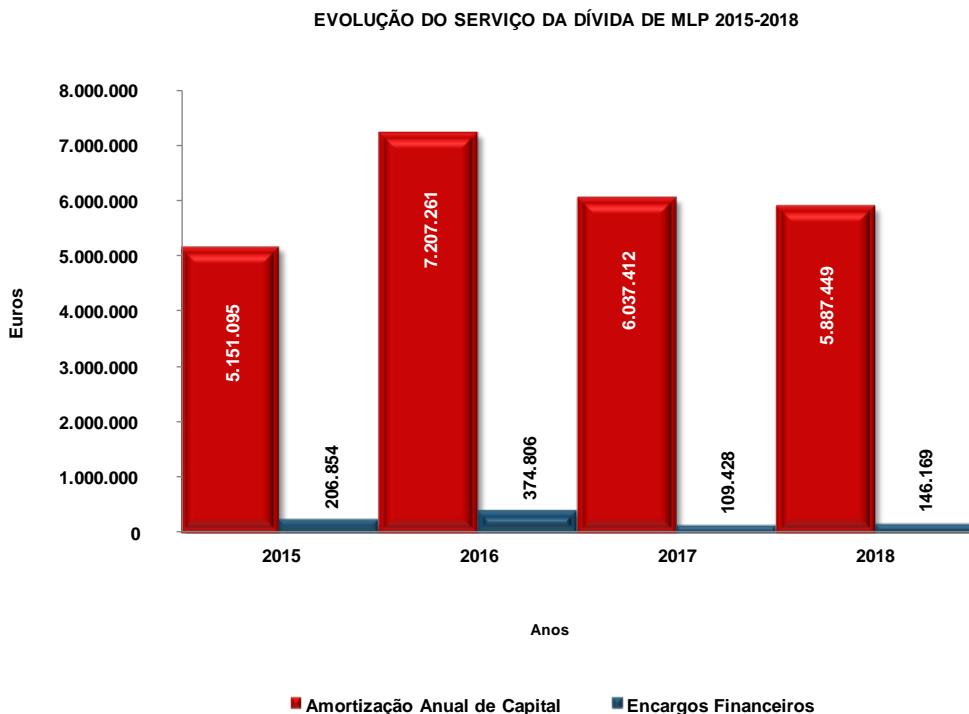
A justificar este resultado apresenta-se a quebra significativa do volume anual de amortizações oriundas do empréstimo bancário contratado com BPI, no montante de 9.200.000 €, acrescidas de forma expressiva no exercício de 2016 no seguimento da realização da amortização extraordinária de (+) 1.022.222 €, acima aludida, bem como do pagamento da última *tranche* da dívida assumida pelo Município em consequência da sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, no valor residual de (-) 52.866 €, em paralelo com o decréscimo do peso dos juros da dívida pública municipal.

Já a diminuição dos juros da dívida municipal em 2017, na ordem dos (-) 71%, resulta fundamentalmente da contínua diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas, contratados em gerências anteriores, pese embora as taxas de juro se mantenham em níveis reduzidos.

Na gerência de 2018 e não obstante a existência de um novo contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe, os encargos decorrentes do serviço de dívida municipal ao totalizarem 6.033.618 €, reduzem (-) 1,8%, corolário da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos contratos nas anteriores gerências.

Mantém-se em nível predominante o volume das amortizações que representa cerca de 98% do seu valor global do Serviço de Dívida, como se demonstra no gráfico seguinte:

Gráfico 41



Confinando a análise à contribuição do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, verificam-se dois comportamentos diferenciados ao longo do período observado. Se por um lado entre 2015 e 2016 o peso do serviço de dívida nos dois agregados orçamentais aumenta (receita e despesa), a partir de 2016 têm vindo a reduzir, posicionando-se no exercício de 2018 entre os 8% e 9% do orçamento executado, o que não é despiciente num contexto de apertada gestão orçamental, não obstante o Município ter vindo sempre a cumprir de forma pontual e rigorosa tais obrigações.

No Quadro 49 apresenta-se uma descrição pormenorizada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em análise, e, simultaneamente, a respetiva previsão para o próximo exercício de 2019.

Quadro 49

Descrição do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo						
	Realizado 2018			Previsto 2019		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.335.379	0	1.335.379	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	966.765	0	966.765	0	0	0
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT) - PREDE de 5.018.213,00 €	1.003.643	376	1.004.019	501.821	1.522	503.343
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	1.022.222	78.814	1.101.036	1.022.222	65.859	1.088.081
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	0	57.977	57.977	3.988.440	8.725	3.997.165
Sub Total	4.328.009	137.168	4.465.176	5.512.484	76.106	5.588.590
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	334.168	0	334.168	342.599	2.931	345.530
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	278.433	2.359	280.792	278.734	2.093	280.827
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 21.077.411,44 €	626.450	6.643	633.092	632.798	6.090	638.889
Sub Total	1.239.050	9.002	1.248.052	1.254.132	11.115	1.265.246
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	-	0	0	0	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	320.390	-	320.390	213.593	-	213.593
Sub Total	320.390	0	320.390	213.593	0	213.593
TOTAL	5.887.449	146.169	6.033.618	6.980.208	87.220	7.067.429

Un: Euros

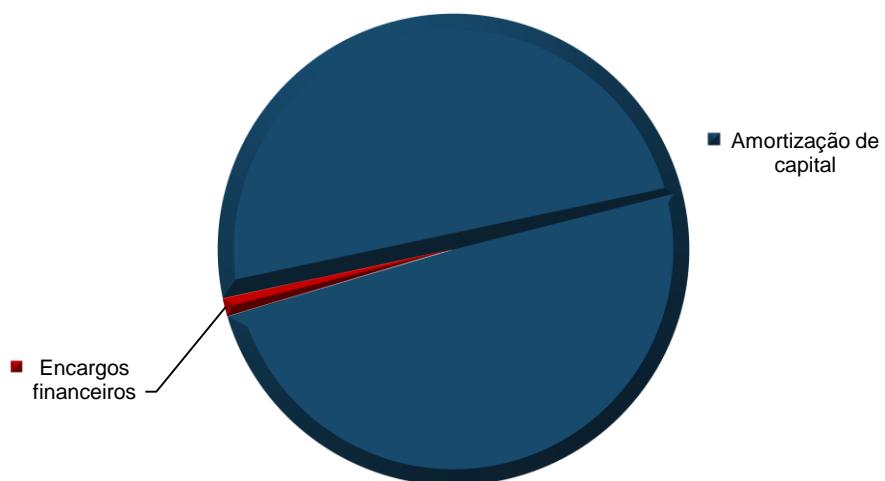
Em matéria de serviço de dívida municipal para o exercício de 2019, pese embora em 2018 tenha ocorrido a liquidação integral dos dois empréstimos bancários de M.L.P mais relevantes, o Empréstimo Bancário com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e o Empréstimo Bancário com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000 €, perspetiva-se um aumento destes encargos devido à influência do contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe, cuja amortização integral de 3.988.440 € está prevista para 2019.

Para as demais tipologias de dívida, se em relação aos empréstimos destinados à habitação social se estimam encargos com o serviço de dívida próximos do ano anterior, já quanto à contribuição obrigatória do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, está prevista uma redução de (-) 106.797 € no montante anual a pagar.

Gráfico 42

PREVISÃO DA COMPOSIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA

2018



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 50 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2018 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente da operação de cessão de créditos.

Quadro 50

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	2018		2017	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Dívida de Natureza Orçamental	23.130.054	73,66%	28.374.245	79,82%
Empréstimos Bancários de MLP	13.563.815	43,19%	17.516.773	49,28%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	13.457.019	42,85%	16.235.216	45,67%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.088.889	13,02%	5.612.932	15,79%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	4.088.889	13,02%	5.111.111	14,38%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIIF Maia Golfe	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0,00%	501.821	1,41%
Estado	0	0,00%	501.821	1,41%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	9.368.130	29,83%	10.622.284	29,88%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.356.533	10,69%	3.699.133	10,41%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	1.504.175	4,79%	1.782.913	5,02%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	4.507.422	14,35%	5.140.238	14,46%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	106.797	0,34%	1.281.557	3,61%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	106.797	0,34%	1.281.557	3,61%
Dívida de Natureza Não Orçamental	9.566.239	30,46%	10.857.472	30,55%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	9.566.239	30,46%	10.857.472	30,55%
Banco Santander Totta	4.783.119	15,23%	5.428.736	15,27%
Banco BPI	4.783.119	15,23%	5.428.736	15,27%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO				
Dívida de Natureza Não Orçamental	8.271.441	26,34%	7.171.325	20,18%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6.980.208	22,23%	5.994.223	16,86%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	6.766.615	21,55%	5.567.037	15,66%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	5.512.484	17,55%	4.328.009	12,18%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	0	0,00%	1.335.379	3,76%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	1.022.222	3,26%	1.022.222	2,88%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIIF Maia Golfe	3.988.440	12,70%	0	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	501.821	1,60%	1.003.643	2,82%
Banco Santander Totta	0	0,00%	0	0,00%
Estado	501.821	1,60%	1.003.643	2,82%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.254.132	3,99%	1.239.028	3,49%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	342.599	1,09%	334.168	0,94%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	278.734	0,89%	278.428	0,78%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	632.798	2,02%	626.432	1,76%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	213.593	0,68%	427.186	1,20%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	213.593	0,68%	427.186	1,20%
Dívida de Natureza Não Orçamental	1.291.232	4,11%	1.177.102	3,31%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	1.291.232	4,11%	1.177.102	3,31%
Banco Santander Totta	645.616	2,06%	588.551	1,66%
Banco BPI	645.616	2,06%	588.551	1,66%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	31.401.495	100,00%	35.545.570	100,00%

Un: Euros

Observada a constituição da dívida de médio e longo prazo conclui-se que cerca de 34% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Este tipo de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que no exercício de 2018 garantiu um proveito financeiro de 26.209 €.

Para finalizar, apresenta-se o Quadro 51, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2019.

Quadro 51

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2019		
	Valor	Peso
Dívida de Natureza Orçamental	13.563.815	59%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	13.457.019	58%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	4.088.889	18%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	0	
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0%
Estado	0	0%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	4.088.889	18%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	9.368.130	41%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.356.533	15%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	1.504.175	7%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	4.507.422	19%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	106.797	0%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	106.797	0%
Dívida de Natureza Não Orçamental	9.566.239	41%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	9.566.239	41%
Banco Santander Totta	4.783.119	21%
Banco BPI	4.783.119	21%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	23.130.054	100%

Un: Euros

Do exposto no quadro supra, conclui-se que na gerência de 2019 ficará integralmente amortizado o Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE, e o Contrato de Financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado da cessão da posição contratual no âmbito do processo de liquidação e dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe.

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo integra a dívida proveniente, dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 52.

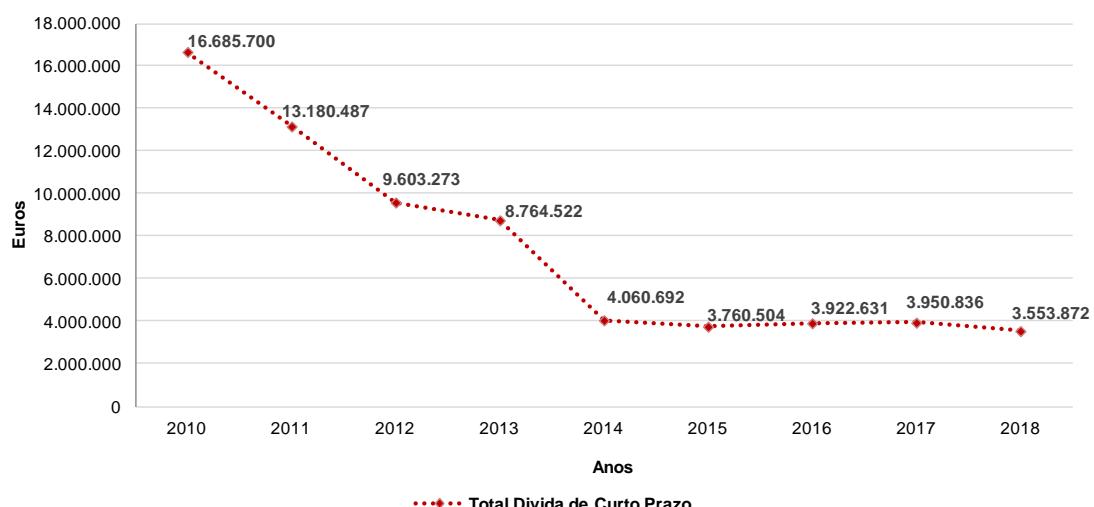
Quadro 52

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO					Variação	
	2015	2016	2017	2018	Peso	2018/2017	2018/2010
Fornecedores c/c	372.752	614.798	482.497	262.589	7,4%	-219.908	-2.237.954
Fornecedores imobilizado	16.196	27.101	134.742	18.201	0,5%	-116.541	-9.451.712
Outros credores	3.371.556	3.280.732	3.333.597	3.273.081	92,1%	-60.516	-1.442.162
Estado	0	0	3.997	14.872	0,1%	10.875	2.187
Credores de transferências das autarquias	3.171.281	3.171.281	3.171.281	3.174.580	89,3%	3.299	-1.231.621
Credores por Investimentos Financeiros	0	0	50.000	50.000	1,4%	0	34.875
Credores Diversos	200.276	109.451	108.320	33.630	0,9%	-74.690	-247.603
Total da Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	3.553.872	100,0%	-396.965	-13.131.829
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	-10,0%			-78,7%
Fornecedores c/c	-39,0%	64,9%	-21,5%	-45,6%			-89,5%
Fornecedores imobilizado	-69,7%	67,3%	397,2%	-86,5%			-99,8%
Outros credores	-0,7%	-2,7%	1,6%	-1,8%			-30,6%

Un: Euros

Gráfico 43

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO



A evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2018 apresenta uma trajetória nitidamente descendente, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 13,1 milhões de euros (de

16.685.700 € para 3.553.872 €), isto é, cerca de (-) 79%, mantendo-se idêntica propensão na gerência de 2018, que anuncia (-) 396.965 € do que no ano anterior.

O desempenho alcançado evidencia igualmente que a diminuição dos níveis da dívida de curto prazo até finais de 2014 permaneceram em patamares anuais de redução significativos, não assumindo a mesma expressividade a partir do ano de 2015, como seria previsível, uma vez estabilizado o nível da dívida inerente à atividade operacional na componente “fornecedores” e posicionado o prazo médio de pagamento muito aquém dos 30 dias.

Delimitando a análise ao desenvolvimento desta rubrica no exercício em apreço, verifica-se que a dívida de curto prazo ao totalizar 3.553.872 € diminuiu (-) 10% em relação a 2017, particularmente devido à influência da dívida a “Fornecedores c/c”, que ao somar 262.589 € reduz “per si” (-) 219.908 €, equivalendo-lhe (-) 45,6%.

Com valor manifestamente residual surge a dívida a “Fornecedores de imobilizado”, a perfazer somente 18.201 € e a traduzir um decréscimo face ao ano anterior de (-) 116.541 €.

Com significativa materialidade apresenta-se o débito a “Outros Credores” no valor 3.273.081 €, ditando uma variação de (-) 60.516 € em relação ao final do ano passado.

Individualizadas que fossem as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo no final da gerência de 2018 somaria 382.591 €, quantia cuja ordem de grandeza é muito inferior à cadência mensal de faturação do Município da Maia, o que indica pagamentos dentro de um prazo médio muito reduzido, que atualmente se fixa em 3 dias.

Impõe-se ainda referir que os atuais montantes em dívida, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, reportam-se a faturação emitida em datas próximas do final do mês de dezembro, encontrando-se uma grande parte em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo.

Sobre o débito a “Outros Credores” reiteram-se as alegações constantes em relatos anteriores quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, designadamente, que o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.281 €, de comparticipações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Quanto à redução dos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento de Estado para 2018 mantém em idênticas condições, a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIAL) à data de setembro de 2016, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

O Município posiciona-se fora das entidades com pagamentos em atraso desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

Também em relação ao prazo médio de pagamento do município, que à data de 31 de dezembro de 2018 é de apenas 3 dias, demonstra-se que continua em níveis francamente satisfatórios.

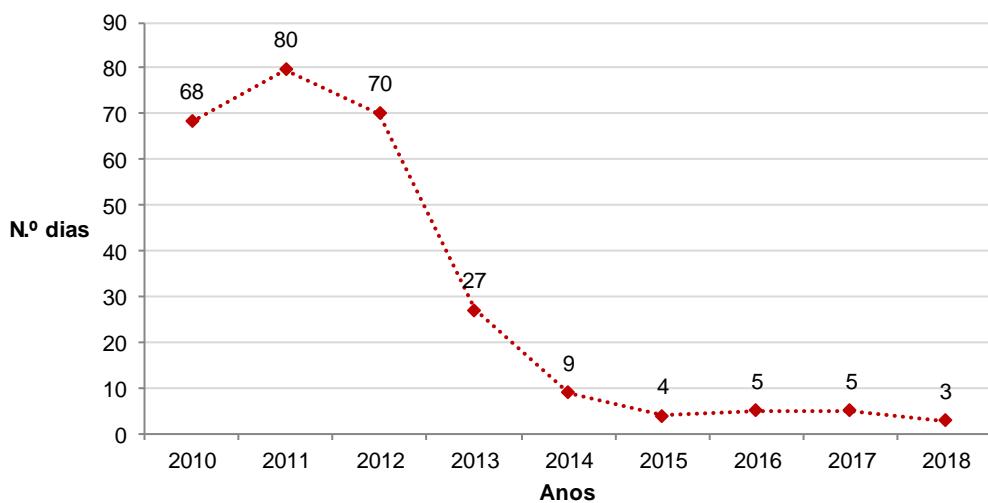
Quadro 53

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$	68	80	70	27	9	4	5	5	3

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 44

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

No capítulo que se ocupa o regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), em matéria de endividamento autárquico, releva-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam que se faça uma breve nota ao seu enquadramento.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Procede-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

As sucessivas Leis do Orçamento do Estado têm vindo a introduzir algumas alterações neste âmbito.

O diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2018, contempla para o exercício de 2018 as seguintes alterações a saber:

-
- No artigo 86.º determina que o limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pode ser excepcionalmente ultrapassado pela contração de empréstimo para pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão, nos termos previstos no articulado dos referidos artigos.
 - No artigo 93.º refere que a contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prerrogativa que se mantém desde a LOE para 2015.
 - No artigo 102.º dispõe que, sempre que, por acordo com a administração central, uma autarquia local assuma a realização de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus e certificada pela autoridade de gestão, a mesma não releva para o cumprimento das obrigações legais estabelecidas quanto ao limite da dívida total previsto no RFALEI.
 - No artigo 106.º estabelece que a percentagem a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, pode ser alargada até 60 % por efeito, exclusivamente, da aquisição de bens objeto de contrato de locação com opção de compra, desde que o encargo mensal do empréstimo seja de valor inferior ao encargo mensal resultante do contrato de locação vigente, mediante parecer conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.
 - No artigo 107.º prescreve que a percentagem a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, pode ser alargada até 30 % por efeito, exclusivamente, de empréstimos para financiamento de operações de reabilitação urbana. Para efeitos do número anterior, consideram-se operações de reabilitação urbana as previstas nas alíneas h), i) e j) do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.
 - No artigo 109.º preceitua que o valor da dívida contraída, independentemente da sua natureza, destinada exclusivamente à recuperação de áreas, equipamentos e outras infraestruturas afetadas pelos incêndios de grandes dimensões ocorridos nos dias 17 a 24 de junho e 15 e 16 de outubro de 2017, pelos municípios abrangidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.os 101 -B/2017, de 12 de julho, e 148/2017, de 2 de outubro, não é considerado para efeitos do apuramento dos limites referidos no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, no seu artigo 302.º introduz uma alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no que se refere ao apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1 do seu artigo 52.º, determinando que não é de considerar o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio ao investimento inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Acrescenta ainda que, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

De igual modo adita um n.º 6 ao artigo 51.º preconizando que aos empréstimos celebrados no âmbito dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, não são aplicáveis os números 4 e 5.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 54

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2015	2016	2017
Município (+)	58.707.375	65.424.408	64.614.800
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-481.571	-486.209	-515.227
SMAS (+)	15.618.189	16.368.313	17.250.721
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-481.515	-486.357	-515.161
Total da Receita Cobrada Líquida	73.362.477	80.820.155	80.835.133
Média dos últimos três anos	78.339.255		
Limite da Dívida Total <=	117.508.883		

Un:Euros

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Deste modo, o limite da dívida total para cada município em 2018, é apurado nos seguintes moldes:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada no ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

O limite identificado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo.
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com exceção de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis números 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.

Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

Particularmente relevante para a análise em apreço é assinalar que os Fundos de Investimento Imobiliários, 100% detidos, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição.

Importa, de igual modo, referir que na data de fecho de contas deste exercício o único Fundo de Investimento Imobiliário (FII) que permanece detido pelo Município é o FII Maia IMO, uma vez concretizada a liquidação do FII Maia GOLFE, em setembro de 2018.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao seu valor da dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No Quadro 55 sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 55

ENTIDADES PARTICIPADAS	
2018	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,54%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciéncia e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agéncia de Energia do Porto	7,67%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,393%
CD - ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,73%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100%
Tecmaia - Parque de Ciéncia e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51%
Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,64%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Águas do Norte, S.A. (1)	1,243%
Aguas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,00007%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (2)	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,42%
Fundação Serralves	0,37830%
Entidades de outras natureza	
FEII Maiaimo	100%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação

Das entidades participadas pelo Município acima referidas, e contrariamente ao fecho do exercício de 2017, em que só as entidades abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., Metro do Porto, S.A, e a Turismo Porto Norte, E.R, eram excluídas do

apuramento da dívida total, na gerência em apreço inclui-se também neste grupo a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no final da gerência de 2018.

Tal alteração resulta do entendimento proferido pela DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, comunicado ao município em setembro de 2018, segundo o qual, atenta a natureza da entidade ANMP, a mesma não releva para a dívida do Município a que se refere o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Com base neste entendimento, o montante relativo à dívida da ANMP passou, em 1 de janeiro de 2018, a ser automaticamente subtraído pela DGAL no apuramento da dívida orçamental dos relatórios do SIIAL relativos à “Aferição da Dívida Total”.

Todavia apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Utilizando a dita regra do equilíbrio anual, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 56.

Ressalva-se contudo que dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município, não foi possível avaliar o contributo atualizado das seguintes entidades: Fundação Serralves, Fundação Juventude, Fundação de Desporto, Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia e Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, utilizando-se para este efeito, os últimos dados conhecidos. A pouca materialidade de tais participações do município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

Quadro 56

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRAS DE EQUILÍBRIOS ANUAIS	
EM PRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	51%
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	0,22%

APURAMENTO DA DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

Como nota preambular uma breve menção à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado no Relatório de Gestão do transato ano.

Permanece assim uma alteração substancial ao conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município, em relação à utilizada até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Atendendo ao exposto, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do município *“strictu sensu.”*

Quadro 57

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO		2018
Identificação	Contribuição	
Município (1)	34.634.977	
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas (**)	23.777.506	
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	10.857.471	
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	17.377.363	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	17.377.363	
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	5.530.983	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	5.442.803	
Área Metropolitana Porto	58	
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	75.559	
AdePorto - Agência de Energia do Porto	8.192	
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento		
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	3.532	
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	839	
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	1.974.985	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1.974.779	
Net	205	
Cooperativas e Fundações (5)	150.669	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	3.088	
Fundação do Conservatório de Música	100.126	
Fundação do Desporto	10.432	
Fundação da Juventude	31.772	
Fundação Serralves	5.251	
Entidades de outra natureza (6)	5.467.542	
FEII Maiaimo	5.467.542	
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	65.136.518	
LIMITE LEGAL (8)	117.508.883	
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-52.372.365	
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	7.709.277	
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2017 (11)	78.962.499	
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	21.535.258	

Un: Euros

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(**) Exclui FAM, nos termos legalmente previstos

Observados os resultados identificados no Quadro 57 conclui-se que no final do exercício de 2018, a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – é de 65.136.518 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 52.372.365 € e evidencia um decréscimo do endividamento em relação ao final da gerência de 2017 na ordem dos (-) 13,8 milhões de euros, (-) 17,5%.

A diminuição da dívida total do grupo municipal em relação ao fim do ano transato é muito influenciada pelo processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe, cujas condições ditaram que o município assumisse um contrato de empréstimo no valor de 7.976.880,48 €, que foi diminuído no final de 2018 para apenas 3.988.440 €, uma vez que o município amortizou metade do seu valor com recursos próprios, a par da diminuição usual da dívida do município “*stricto sensu*”, razões que justificam que o município, “*per si*”, tenha sido o grande impulsionador da redução assinalada no total da dívida do grupo municipal.

Surgem também a contribuir positivamente para a redução do endividamento do grupo, apesar da menor materialidade, a Lipor, (-) 874.205 €, o SMAS, (-) 686.632 €, a Fundação de Conservatório de Música, (-) 30.115 €, a Fundação de Desporto, (-) 3.312 €, a Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, (-) 3.567 €, e a APCT com (-) 2.646 €.

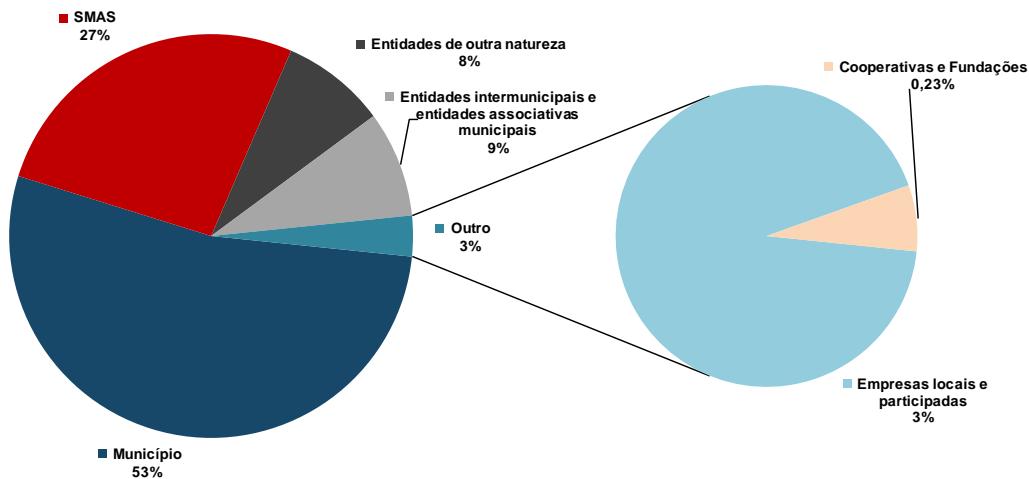
Com impacto contrário, assinala-se que a contribuição da TECMAIA para a dívida aumenta (+) 336.529 €, quando comparada com o final da gerência do ano anterior. Tal aumento reflete o impacto financeiro do pedido de reembolso ao Tecmaia- Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A referente ao pagamento de dívidas fiscais da empresa efetuado pelo Município à Autoridade Tributária, no valor de 657.571,83€, na proporção dos 51 % detidos, em consequência da reversão fiscal operada contra os seus responsáveis subsidiários que exerciam mandato em nome da autarquia.

Importa clarificar que a transferência financeira no montante de 1.472.429,07 €, que sustentou o pagamento à Autoridade Tributária (AT) das quantias em dívida relacionadas com as execuções fiscais instauradas contra o Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M, que foram objeto de reversão contra os administradores que estavam mandatados pelo município para o exercício dessas funções, foram liquidadas a título de IVA respeitantes aos anos de 2013 a 2015, no montante de € 1.336.239,12 € e a título de IRC respeitante ao ano de 2015 na quantia de € 136.189,95 €. Note-se porém, que estas dívidas haviam sido reclamadas graciosamente, e que neste processo foi recentemente proferida decisão final de que resultou a anulação parcial de imposto, conforme notificação da AT datada de 28 de fevereiro de 2019. Em resultado da anulação do imposto tem o município o direito a receber da AT a quantia de 814.857,20 €. Pelo que, o pedido de reembolso ao Tecmaia- Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A foi no exato valor da diferença, ou seja, 657.571,83 € (1.472.429,07 - 814.857,20).

As demais entidades participadas aumentam ligeiramente os seus níveis de dívida, não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.

Gráfico 45

CONTRIBUTO POR NATUREZA DE ENTIDADE
Ano de 2018



Introduz-se o Quadro 58 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais diferenciada em função do seu grau de exigibilidade, para uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal.

Quadro 58

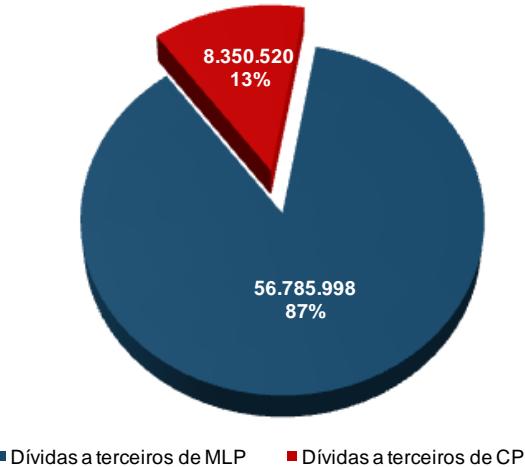
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	Ano 2018			
Identificação	% (a)	Dívidas a terceiros de MLP (b)	Dívidas a terceiros de CP (c)	Contribuição (d) = (b)+(c)
Município (1)	100%	30.867.512	3.767.465	34.634.977
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		16.744.107	633.255	17.377.363
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	16.744.107	633.255	17.377.363
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		3.679.276	1.851.708	5.530.984
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,54%	3.652.393	1.790.410	5.442.803
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	58	58
APCT - Associação Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	26.882	48.677	75.559
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,67%	0	8.192	8.192
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento		0	0	0
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,73%	0	3.532	3.532
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	0	839	839
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		0	1.974.985	1.974.985
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	5100%	0	1.974.779	1.974.779
Net	0,22%	0	205	205
Cooperativas e Fundações (5)		37.373	113.295	150.669
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	13,33%	0	3.088	3.088
Fundação do Conservatório de Música	100%	18.004	82.122	100.126
Fundação do Desporto	4,093%	0	10.432	10.432
Fundação da Juventude	14,2%	19.370	12.402	31.772
Fundação de Serralves	0,37830%	0	5.251	5.251
Entidades de outra natureza (6)		5.457.729	9.812	5.467.542
FEII Maiaimo	100%	5.457.729	9.812	5.467.542
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		56.785.998	8.350.520	65.136.518
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euros

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

Gráfico 46

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
Ano de 2018



Nos gráficos subsequentes ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 47

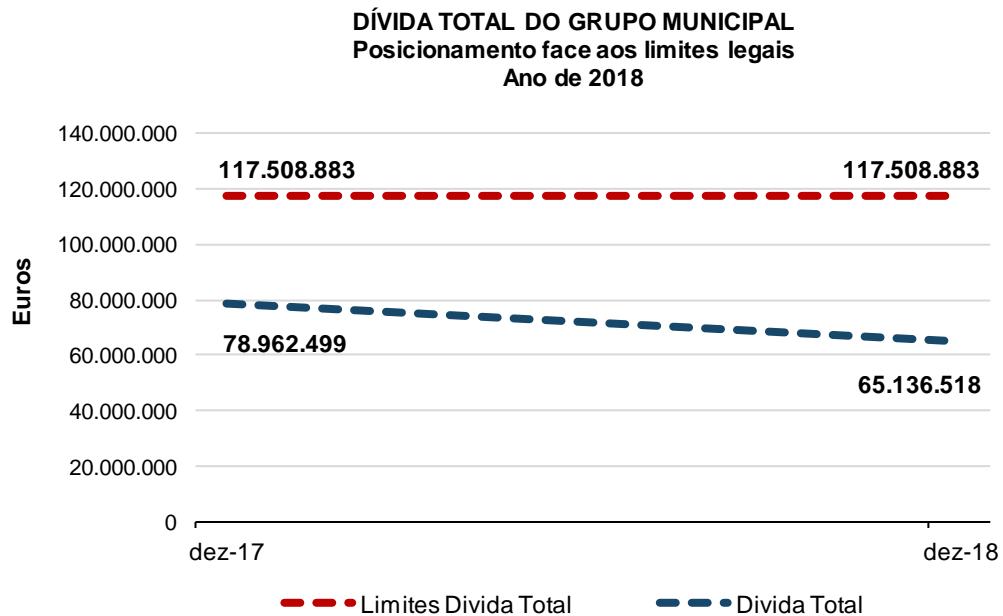
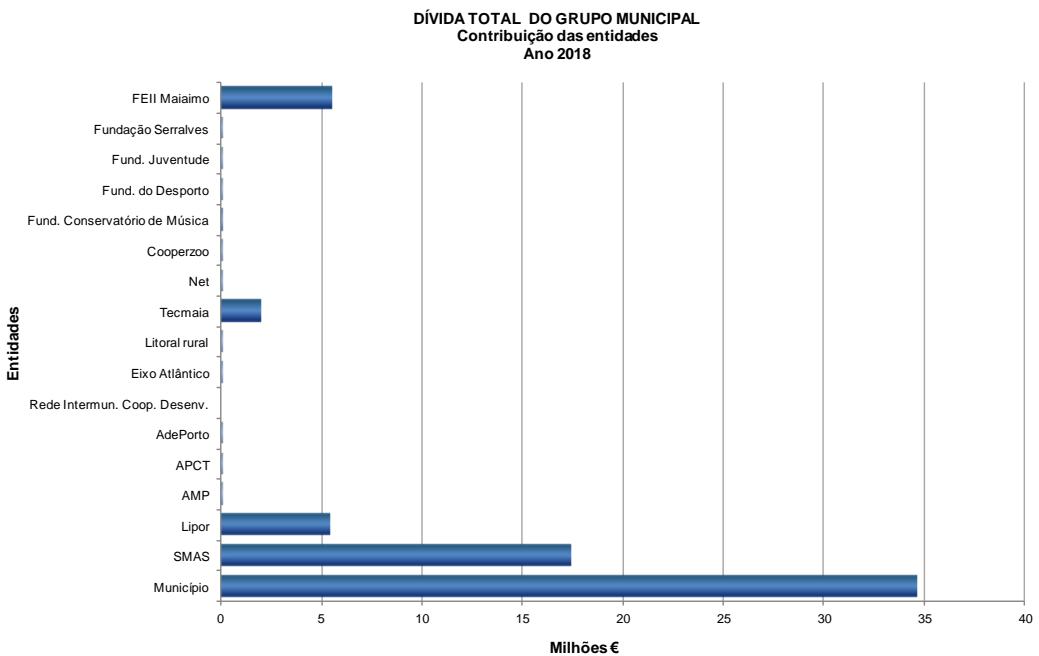
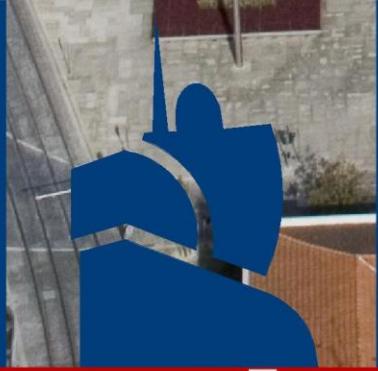


Gráfico 48





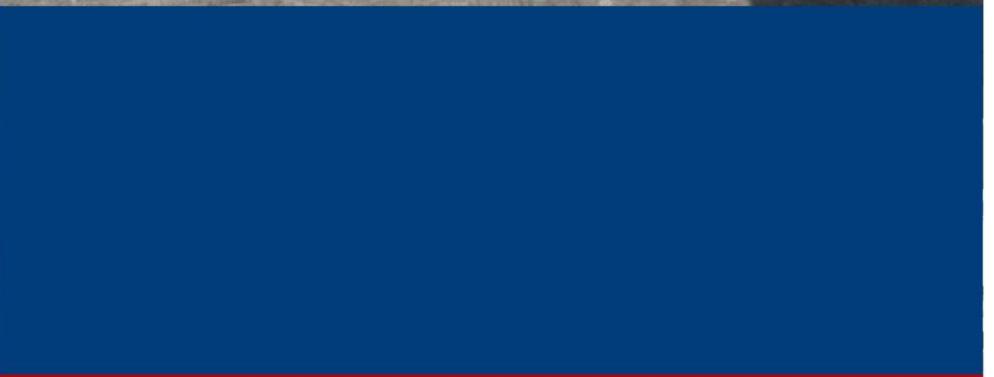
maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

Seguidamente, prossegue-se neste relatório a uma apreciação orientada da posição patrimonial do Município à data de fecho do exercício de 2018, avaliando-se individualmente a evolução de Ativos e Passivos ocorrida em consequência da dinâmica que especificamente caracterizou o ano em apreço.

Para o efeito, exibe-se primeiramente o Balanço e de seguida, evidenciando o detalhe de cálculo do resultado líquido do período indicado nos Capitais Próprios do exercício, a Demonstração de Resultados.

Em ambos os mapas, é estabelecido a todo o tempo o comparativo com o exercício imediatamente anterior e, sempre que tal seja considerado relevante, será alargada a análise e o respetivo relato a um espectro temporal mais alargado.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

Proporcionando um melhor conhecimento acerca da forma como se compõe a estrutura económica e financeira de uma entidade, o Balanço apresenta-se como o mapa que, de modo mais evidente e mais rapidamente perceptível, elucida acerca dos recursos de que dispõe o Município para fazer face às competências que lhe são próprias.

A partir deste quadro (cujo conteúdo e forma são definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), é possível obter, de forma bastante imediata, informação acerca da natureza das fontes de financiamento subjacentes ao Ativo acumulado a 31 de dezembro de 2018, evidenciando-se a partir do mesmo a dependência de capitais alheios – ou, numa perspetiva diametralmente oposta, a capacidade da instituição para resistir a impactos adversos de mudanças no ambiente económico e social em que se movimenta, valendo-se para tal (de modo porventura autossuficiente) a financiamento com recurso exclusivo a Capitais Próprios.

O Balanço proporciona ainda, de modo direto, informação global acerca dos investimentos realizados no exercício (bem assim como dos que transitaram de exercícios anteriores), dos montantes em dívida de e para com o Município, do grau de liquidez dos seus ativos e ainda da capacidade para a assunção de novos passivos por parte da entidade.

Por outro lado, a quantificação dos Capitais Próprios permite avaliar, de uma perspetiva estritamente económico financeira, a contribuição da entidade para a criação de riqueza líquida até ao momento a que reportam Balanço e Relatório e, por sua vez, perspetivar uma tendência quanto à sua capacidade para assegurar a atividade futura de modo sustentável e equilibrado, bem assim para honrar os compromissos e obrigações assumidas perante terceiros.

De notar que é amplo e heterogéneo o universo de públicos com legítimo interesse na informação veiculada neste relatório: os Municípios, desde logo, a que se juntam credores (fornecedores, funcionários, instituições financeiras), bem assim como várias entidades fiscalizadoras, todos têm diversas, porém indiscutíveis, motivações para acompanhar em detalhe a evolução da situação económica e financeira do Município da Maia.

Prossegue-se neste relatório com a introdução do balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2018, bem como o comparativo reportado ao período homólogo (2017).

Quadro 59

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	429 911 907	100,00%	415 782 629	100,00%	14 129 279	3,40%
Imobilizado	396 713 562	92,28%	391 125 850	94,07%	5 587 712	1,43%
Circulante						
Existências	619 427	0,14%	638 031	0,15%	-18 604	-2,92%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	4 091 361	0,95%	1460 532	0,35%	2 630 829	180,13%
Disponibilidades	24 938 361	5,80%	19 731 583	4,75%	5 206 778	26,39%
Acréscimos e Diferimentos	3 549 197	0,83%	2 826 633	0,68%	722 563	25,56%
Passivo	96 949 596	100,00%	103 355 436	100,00%	-6 405 840	-6,20%
Provisões para riscos e encargos	4 967 079	5,12%	6 804 066	6,58%	-1836 987	-27,00%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	23 130 054	23,86%	28 374 244	27,45%	-5 244 190	-18,48%
Curto Prazo	16 162 438	16,67%	15 395 264	14,90%	767 173	4,98%
Acréscimos e Diferimentos	52 690 025	54,35%	52 781 862	51,07%	-91837	-0,17%
Fundos Próprios	332 962 312	100,00%	312 427 192	100,00%	20 535 119	6,57%
Património	307 097 864	92,23%	306 823 657	98,21%	274 207	0,09%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-10 087 773	-3,03%	-10 768 285	-3,45%	680 511	-6,32%
Reservas	20 308 748	6,10%	20 070 885	6,42%	237 863	1,19%
Resultados Transitados	4 139 248	1,24%	-9 385 901	-3,00%	13 525 149	-144,10%
Resultado Líquido do Exercício	11504 225	3,46%	5 686 836	1,82%	5 817 389	102,30%

Un.: Euros

Numa visão geral é constatável, ao nível das grandes rubricas do Balanço, que o Ativo conheceu no exercício um aumento de valor, reforçando-se simultaneamente a proporção deste que é financiada por via de Capitais Próprios.

Em 31 de dezembro de 2018 o Ativo Líquido tinha o valor contabilístico de 429.911.907 €, exibindo uma variação líquida de (+) 14.129.279 €, a que corresponde um crescimento de (+) 3,4% relativamente ao valor avaliado a 31 de dezembro de 2017.

Fica esta variação a dever-se ao aumento da generalidade das rubricas que compõem o Ativo (de que se excecionam apenas as Existências), distinguindo-se pela sua materialidade as variações ocorridas quer nas Disponibilidades, quer no Imobilizado – que respondem conjuntamente por 76% da variação global da registada no Ativo Líquido. Subjacente aos valores apresentados para esta rubrica encontra-se o Ativo Bruto que, no fecho do exercício, ascende a 723.930.913 € (quando no final de 2017 se cifrava em 691.469.675 €).

No segundo membro do Balanço verifica-se, em continuidade com o que foi observado já entre 2016 e 2017, de novo uma redução do Passivo (desta vez em (-) 6.405.840 €), a par de um reforço dos Capitais Próprios, que reflete não só a introdução do resultado líquido do período, que no exercício alcança o montante de 11.504.225 € - mas também outras ganhos patrimoniais refletidos, advenientes quer do

incremento do Património, quer de correções a Resultados Transitados (apreciadas em detalhe adiante neste relatório).

Prossegue-se, neste relatório de gestão, com a análise detalhada de cada uma das componentes do Balanço individualmente.

ATIVO

IMOBILIZADO

Dedicando-nos agora à apreciação de pormenor do Ativo, verifica-se que a parcela do Imobilizado continua a deter o estatuto de rubrica predominante, avaliada agora em 396.713.562 €, correspondente, no exercício em apreço, a 92,8% do ativo líquido total.

A variação observada no exercício por esta rubrica, que excede todas as demais, cifra-se em (+) 5.587.712 € e responde por 40% da variação total do Ativo Líquido. Acompanhando de modo idêntico o movimento ocorrido no Imobilizado, aumentam ainda as Dívidas de Terceiros de Curto Prazo e os Acréscimos e Diferimentos Ativos, que se quantificam no final do exercício de 2018 respetivamente em 4.091.361 € e 3.549.197 €. Incontornável é também o saldo final de Disponibilidades (Caixa e Depósitos à Ordem totalizam 24.938.361 €, mais 26% do que no exercício precedente).

Compondo-se o Imobilizado de quatro partes distintas, denota-se que a única que determina o sentido da variação global é a componente que respeita às Imobilizações Corpóreas, com uma representatividade acima dos 75%, uma vez que todas as demais registam diminuição de valor no exercício: Bens de Domínio Público, Investimentos Financeiros e Imobilizações Incorpóreas.

Para uma apreciação de pormenor, detalha-se de seguida sob a forma de quadro a evolução observada no seio do Ativo Líquido Imobilizado:

Quadro 60

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2018/ 2017						
Rubricas	2018	%	2017	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	78 937 359	19,90%	85 686 054	21,91%	- 7,88%	- 6 748 695
Imobilizações Incorpóreas	1098 716	0,28%	1 106 117	0,28%	- 0,67%	- 7 400
Imobilizações Corpóreas	299 260 413	75,43%	286 280 975	73,19%	4,53%	12 979 438
Investimentos Financeiros	17 417 074	4,39%	18 052 704	4,62%	- 3,52%	- 635 630
TOTAL	396 713 562		391 125 850		1,43%	5 587 712

Un.: Euros

Conforme se referiu atrás e à semelhança do que tem sucedido em exercícios anteriores, sobressaem as Imobilizações Corpóreas, observando-se em contrapartida uma ligeira perda de importância nos Bens de Domínio Público e Investimentos Financeiros, que totalizam, no fecho do exercício, uma representatividade conjunta na ordem dos 24%.

Em valor absoluto, apresentam-se do mesmo modo com a maior porção as Imobilizações Corpóreas (299.260.413 €), seguidas pelos Bens de Domínio Público e os Investimentos Financeiros

(respetivamente com 78.937.359€ e 17.417.074 €), permanecem com o menor contributo as Imobilizações Incorpóreas - cuja valoração ascendia, em 31 de dezembro de 2018, a 1.098.716 €.

De modo a melhor elucidar acerca do que se escreveu, apresentam-se de seguida ilustradas em gráfico, por um lado, a estrutura final do Ativo Líquido Imobilizado à data do reporte e, por outro, a evolução observada no decurso do ano:

Gráfico 49

Estrutura do Activo Líquido Imobilizado - Variação 2018/ 2017

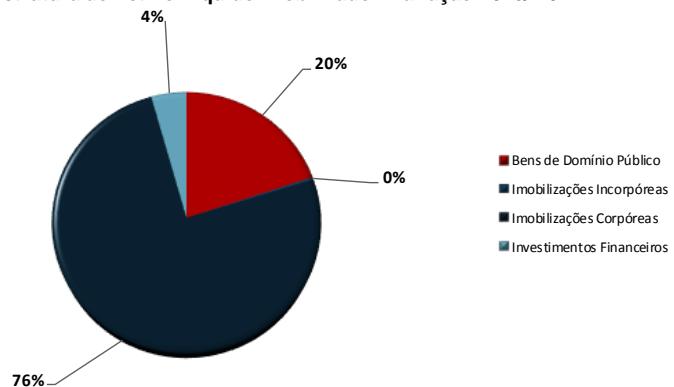
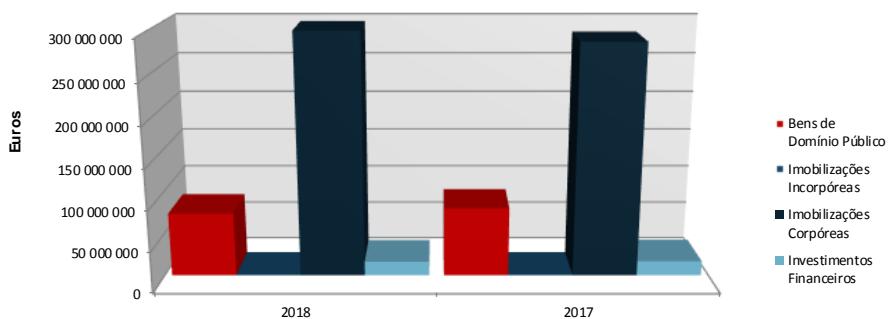


Gráfico 50

Ativo Líquido Imobilizado - Variação 2018/ 2017



Prosseguindo a nossa análise do Ativo, e em particular do Ativo Líquido Imobilizado, dedica-se presentemente atenção à única rubrica que determina inexoravelmente o sentido da variação global: o Imobilizado Corpóreo. O aumento observado neste subgrupo de ativos consolida a variação ocorrida, em termos brutos, nas Imobilizações Corpóreas, (+) 19.230.749 € em imobilizado firme (particularmente ao nível dos Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções, cujos aumentos registados no exercício se cifram respetivamente em (+) 8.765.030 € e (+) 7.910.194 €), com o aumento de (+) 3.455.957 € ocorrido em imobilizado corpóreo em curso. Destes aumentos, 8.229.229 € relacionam-se

com os valores brutos do edificado Municipal efetuado pela participada Espaço Municipal – Renovação e Gestão de Património, E.M. a título de conservação e benfeitorias ao abrigo dos diferentes Contratos-Programa, tal como apresentado nos pontos 8.2.2 e 8.2.28 das notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Esbatendo parcialmente este efeito, são deduzidas (para a obtenção da variação do valor líquido) as amortizações do exercício que, em 2018, excedem em (+) 8.957.268 € os valores de idêntica natureza apurados no exercício precedente.

A variação observada em Terrenos e Recursos Naturais fica a dever-se na sua maior parte (8.013.342 €) à reentrada contabilística do valor dos terrenos geridos pelo Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, ocorrida com a conclusão da sua liquidação (em setembro de 2018). A este impacto junta-se, com menor materialidade, o desfecho de um processo judicial (que se encontrava aprovisionado em exercícios anteriores) que conhece sentença e por via da qual o Município se torna proprietário de um terreno, avaliado em 600.000 €.

Relativamente à evolução de Imobilizado em curso – Imobilizações Corpóreas, apraz dizer que a mesma fica a dever-se à variação ocorrida em Construção de edifícios, particularmente nas componentes relativas a Habitação e a Instalações Desportivas e Recreativas municipais.

Em termos líquidos e com variações em valor absoluto de menor expressão, ao aumento observado na rubrica de Terrenos e recursos naturais junta-se variação de idêntico sentido no Equipamento Básico, com mais (+) 995.032 € do que no final de 2017, e em Outras Imobilizações Corpóreas, (+) 505.161 €.

Sucedem-se, em termos de ponderação no Ativo Líquido Imobilizado, os Bens de Domínio Público – que se cifram no exercício em 78.937.359 €, menos 6.748.695 € do que no final de 2017 a que corresponde uma variação, em termos relativos, de apenas (-) 8%. De novo e em linha com o que sucedeu nos exercícios precedentes, as entradas conjuntas em firme e em curso (perfazem 3.131.354 €) são inferiores aos montantes amortizados aos bens já existentes (9.880.049 €). Contribui para este efeito particularmente a rubrica de Outras Construções e Infraestruturas, onde se registam os custos suportados com recuperação e beneficiação de arruamentos e viadutos do Município.

Apresentam-se seguidamente os Investimentos Financeiros, que no exercício conhecem uma redução de valor, em termos brutos, entre os dois períodos em análise de (-) 645.765 €, totalizando no final do exercício objeto do presente relato o montante de 17.417.074 € líquidos de provisões.

Esta evolução é marcadamente determinada pela variação ocorrida na contabilização do Fundo de Apoio Municipal que, conforme se deu já nota no último relatório de gestão semestral, bem assim como no relatório de gestão do exercício anterior, conheceu uma significativa redução dos montantes anuais a realizar pelo Município da Maia com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2018. O efeito da variação observada neste item, que no final do exercício se quantificava em 1.922.337 €, (-) 1.067.964 € do que no ano anterior. Compensando parte deste efeito, aumenta o valor das participações em empresas municipais e intermunicipais face ao período homólogo, (+) 747.462 €, vindos sobretudo do aumento de valor da participação na Espaço Municipal: (+) 684.131 €.

A variação, em sentido negativo, ocorrida em Outras Aplicações Financeiras (Outros Títulos) de (-) 340.546 € decorre, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, exclusivamente da atualização do valor da participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO.

Permanece a empresa Espaço Municipal como a parte de capital detida pelo Município com maior valor (7.788.347 €), a que se segue a participação na Maiambiente (3.089.442 €) e, com menor materialidade, a Empresa Metropolitana de Estacionamento avaliada em 409.931 €.

Não tendo sido, no exercício, realizada nenhuma participação nova, foi anulada a provisão associada no exercício anterior à participação na associação Maiainova, em razão da cessação da sua atividade, e da assunção de que se encontra concluído o processo de dissolução e liquidação que se encontrava em curso.

De leitura mais imediata, apresenta-se seguidamente um quadro com a quantificação dos Investimentos Financeiros realizados através das participações detidas em empresas cujo capital social é maioritariamente pertença do Município (efetuada pelo Método da Equivalência Patrimonial, bem assim como Outras Aplicações Financeiras que, no exercício em apreço, se circunscrevem ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO).

Quadro 61

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado	Investimentos Financeiros	Variação Provisões
Partes de capital					
EM EM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124 699	409 931	348 240	61691
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22 938	-15 936	-138 278	-
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1496 394	3 089 442	3 087 802	1640
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Patrimonio	100%	12 811338	7 788 347	7 104 215	684 131
TECM AIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	5%	2 799 390	-2 507 915	-2 073 144	-
Outras Aplicações Financeiras					
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6 000 000	1558 097	1898 642	-340 546

Un.: Euros

Numa nota particular à evolução dos Fundos de Investimento Imobiliário, é digna de registo no exercício em apreço a consumação da liquidação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia GOLFE, operada em setembro do mesmo ano. Contabilisticamente, traduziu-se este facto na reentrada, no Balanço do município, dos ativos geridos pelo Fundo desde a sua constituição (2007), enquanto paralelamente foi revertida a Provisão acumulada de exercícios anteriores (constituída para fazer face à performance do fundo ao longo da sua existência), e cedida a posição contratual assumida pelo Fundo diante da Caixa Geral de Depósitos num contrato de crédito de médio e longo prazo.

O único Fundo de Investimento Imobiliário que permanece detido pelo Município à data de reporte é o Maia IMO, sendo de recordar a respeito deste que desde 2014 que, com a entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, a sua valoração é feita ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas. A adoção deste critério conduz, por essa razão, a leituras

distintas das que seriam feitas se a avaliação da participação se fizesse diretamente a partir do montante registado no Capital Próprio inscrito no seu Balanço.

Em 2018 traduziu-se esta imposição legal na contabilização de perdas associadas, de acordo com este critério, à diminuição do valor do Fundo, em (-) 340.546 €.

Com muito menor materialidade na sua contribuição para o Ativo Líquido Imobilizado apresentam-se as Imobilizações Incorpóreas que alcançam no exercício o montante de 1.098.716 €, menos (-) 7.400 € face ao valor registado em 31 de dezembro de 2017, que são consequência direta do facto de o montante pelo qual foram reforçadas as amortizações, no período em análise, ser superior ao valor das novas entradas deste tipo de ativo.

CIRCULANTE

Ao momento de reporte desta prestação de contas, o Ativo Circulante totaliza 29.649.149 €, respondendo estes por 6,9% do total do ativo líquido.

Comparativamente com 2017, o ativo circulante observa uma variação positiva, no montante de (+) 7.819.003 €, contribuindo desde logo para este comportamento o aumento registado nas Disponibilidades.

A parcela das disponibilidades, à semelhança do que tem sucedido nas prestações de contas de exercícios anteriores mais recentes, responde por 84% do ativo circulante total (6% do ativo líquido), a que se seguem as dívidas de terceiros de curto prazo (com 14%) e, residualmente, as existências (com 2%).

Atenta a materialidade dos créditos envolvidos e de modo a proporcionar uma apreciação mais detalhada da rubrica, prossegue-se com o Quadro 62 em que se espelham as componentes das Dívidas de Terceiros – Curto Prazo.

Quadro 62

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Variação 2018/2017
Empréstimos Concedidos	60.806	0	60.806	68.089	0	68.089	-10,70%
Clientes/ Contribuintes/ Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	5.496.548	5.096.662	399.886	5.753.613	5.291.530	462.082	-13,46%
Estado	0	0	0	0	0	0	-
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	5.107.823	1.477.155	3.630.669	2.762.738	1.832.377	930.361	290,24%
TOTAL	10.665.178	6.573.817	4.091.361	8.584.439	7.123.907	1.460.532	180,13%

Un.:Eur os

Conforme se percebe da leitura do quadro supra, aumentam significativamente os saldos de Outros Devedores, (+) 2.700.308 €, permanecendo esta parcela como a mais determinante no cômputo global (corresponde, o seu saldo, a 89% das Dívidas de Terceiros aqui consideradas).

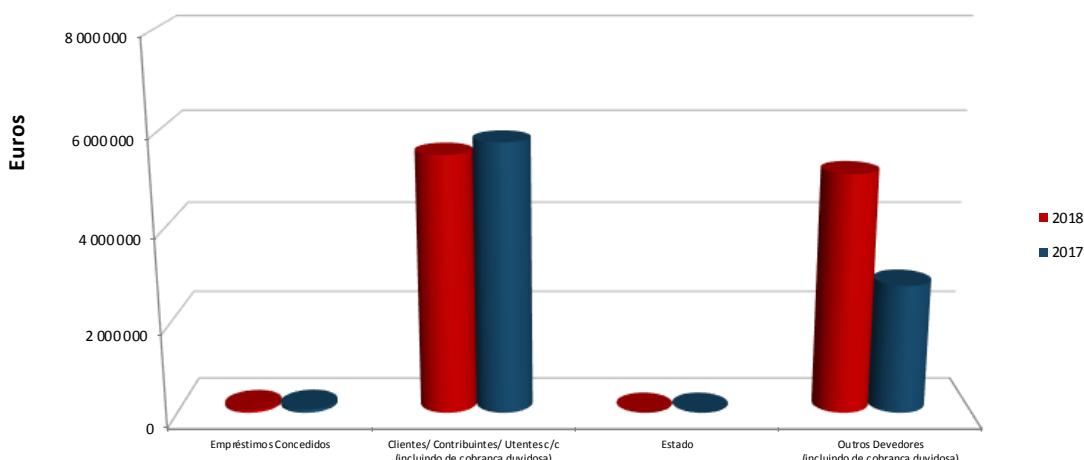
É verificável que, com menor impacto, diminuem ainda as rubricas de Clientes/Contribuintes/Utentes C/c, (-) 62.196 €, e de Empréstimos Concedidos (no âmbito do programa FINICIA), (-) 7.283 €.

Em devedores diversos encontra-se também e ainda refletida contabilisticamente a dívida da Tecmaia, no âmbito do pagamento efetuado pelo Município à Autoridade Tributária em substituição desta empresa (entre 2016 e 2018) relativo às suas dívidas fiscais que foram revertidas contra os seus administradores indigitados pela Câmara Municipal da Maia. Em 31 de dezembro de 2018, este saldo alcançava o montante de 2.107.211 €, sendo que à data em que se elabora este relatório é já conhecido deferimento, e correspondente devolução, de parte deste valor (814.857 €) que é devido pela AT.

Procurando ilustrar de um modo que proporcione uma leitura mais imediata as variações das Dívidas de Terceiros no exercício de 2018, comparativamente com os valores constantes da prestação de contas anterior, ilustra-se a análise efetuada com a representação gráfica que se segue.

Gráfico 51

Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Conclui-se a apreciação do Ativo Circulante, não sem antes dedicar uma nota às disponibilidades, que exibiam no final do ano um saldo de 24.938.361 €, dos quais 5.919 € correspondem a saldo de Caixa, e 24.932.442 € a depósitos em Instituições Financeiras.

De novo neste exercício a dinâmica de Tesouraria (intrínseca aos próprios resultados) revelou-se geradora de fluxos de caixa excedentários.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

De novo aplicando o princípio da especialização dos exercícios, conforme dispõe o normativo contabilístico aplicável (POCAL), foram refletidos nas demonstrações financeiras do exercício os custos e

proveitos que lhe respeitam, independentemente de se encontrarem titulados com documento emitido noutro período. No caso do primeiro membro do Balanço (Ativo) as rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apresentação detalhada se faz de seguida.

Quadro 63

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	3 505 377
Juros a Receber	41999
Impostos e Taxas	2 513 980
Subsídios Correntes	378 442
Instalações Desportivas	8 983
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	561972
Custos Diferidos	43 820
Prémios de Seguros	42 978
Rendas Antecipadas	538
Outros Custos Diferidos	304
TOTAL	3 549 197

Un.: Euros

Os custos e proveitos de natureza ativa, no ano de 2018, totalizam 3.549.197 €, decompondo-se em Acréscimos de Proveitos (3.505.377 €) e Custos Diferidos (43.820 €).

Nos Acréscimos de Proveitos permanece inalterada a estrutura de contribuições relativas para o valor total apurado e evidenciado no Balanço, continuando preponderante a rubrica de Impostos e Taxas, respondendo por 72% do total contabilizado nesse item (o mesmo que no exercício anterior). Nesta componente, permanecem responsáveis pela maior porção do montante aí contabilizado os Impostos Diretos: ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis são alocados 1.680.204 €, ao Imposto Municipal sobre Imóveis 383.819 €, ao Imposto Único de Circulação 240.292 € e à Derrama 202.871 €.

Com impacto menor, em valor absoluto, mas com relativa materialidade nesta componente do Ativo apresentam-se ainda os Outros Acréscimos de Proveitos, que alcançam no exercício 561.972 € (e que correspondem principalmente ao reconhecimento do proveito inerente aos recebimentos esperados por parte dos encarregados de educação correspondentes ao fornecimento de refeições escolares, Componente de Apoio à Família e Serviço de Apoio à Família do último quadrimestre do ano contabilístico de 2018).

Em terceiro lugar permanecem os Subsídios Correntes, que no exercício se cifram em 378.442 €, para que contribuem o reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito do Programa de Expansão Pré-Escolar, 252.651 €, do Fornecimento de Refeições Escolares, 67.287 €, Outros, 55.183 € e Atividades de Enriquecimento Curricular, 3.321 €.

Por último, e com contribuições em valor absoluto menos importantes para o valor apurado final, figuram as rubricas de Juros a Receber (Juros de Mora, designadamente) e Instalações Desportivas, contribuindo conjuntamente para uma proporção na ordem de 1% para os Acréscimos de Proveitos Totais.

PASSIVO

Sem prejuízo da análise detalhada que, em momento anterior deste relatório, se dedicou à dívida do Município, esta orientou-se contudo predominantemente para as operações de natureza orçamental ocorridas em 2018 (e as suas consequências em termos de posicionamento do Município face aos limites legais estabelecidos para o endividamento das autarquias locais). A esse cenário tem sido reiteradamente acrescentado, em paralelo, aquele que se assumiu decorrente do entendimento veiculado pelo Tribunal de Contas relativamente à dívida relacionada com a operação de cessão de créditos das rendas da habitação social. Parece agora fazer sentido uma análise do passivo, desta feita numa ótica estritamente patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo do Município da Maia alcançou o montante de 96.949.596 €, apresentando uma diminuição de (-) 6.405.840 € face ao observado no período homólogo.

Tal sucede em razão da diminuição observada na rubrica de Dívidas a Terceiros (exigíveis no Médio e Longo Prazo), a que se junta variação de idêntico sentido ocorrida nas Provisões para riscos e encargos, conjuntamente, estas duas componentes do Passivo diminuem, entre 2017 e 2018, (-) 7.081.177 €.

As Provisões para Riscos e Encargos, que primeiramente se apresentam no Balanço, exibem uma redução de valor no montante de (-) 1.836.987 €, cifrando-se no final do exercício em 4.967.079 €, em consequência da redução das provisões constituídas para Processos Judiciais em Curso, (-) 1.154.767 €, e, por outro lado, à dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, cujos Passivos excedem o valor dos Ativos (e em que o impacto nas Provisões para Outros Riscos e Encargos é diretamente proporcional à participação), cuja variação no período se cifra em (-) 682.219 €.

Aqui se reflete a dinâmica das participações com Capitais Próprios negativos, designadamente a reversão, na dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, da Provisão constituída, por (-) 1.094.648 €, a que se adiciona a reversão de parte da provisão constituída para fazer face à posição dos Capitais Próprios da Fundação Conservatório de Música da Maia, no montante de (-) 22.342 €.

Em sentido contrário a este, revelou-se necessário o reforço da Provisão constituída para fazer face às perdas potenciais quantificáveis na data de reporte deste relato decorrentes da participação do Município na Tecmaia, (+) 434.771 €.

As Dívidas a Terceiros totalizam o montante de (+) 39.292.492 €, sendo determinante o seu comportamento na performance global do Passivo.

Constata-se no exercício, à semelhança do que sucedeu no seu homólogo, que diminuem as Dívidas a Terceiros exigíveis no Médio e Longo Prazo num total de (-) 5.244.190 €, contrariamente ao que sucede com as Dívidas exigíveis no Curto Prazo que aumentam (+) 767.173 €.

Esta é uma trajetória relativamente previsível, observando-se estabilidade nos pressupostos subjacentes aos registos contabilísticos que, só não foi mais pronunciada, por ter ocorrido no exercício, a par da dissolução do FII Maia GOLFE, a cessão da posição contratual do mesmo Fundo junto da Caixa de Geral de Depósitos (traduzida na contratação de um empréstimo no montante de 7.976.880,48 €). No final de 2018, a dívida bancária relacionada com esta assunção totalizava 3.988.440 €. Relativamente aos demais

empréstimos, constata-se que foram objeto de amortização de parte dos valores transitados de exercícios anteriores.

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo observam, como já foi referido, uma variação positiva (+) 767.173 €, em resultado de movimentações distintas entre as diversas componentes que desta rubrica fazem parte.

No segundo membro do Balanço figura, em último lugar, a rubrica de Acréscimos e Diferimentos (passivos) que exibe uma diminuição em relação ao ano anterior, de (-) 91.837 € e a que dedicará uma análise mais extensiva adiante, no capítulo dos acréscimos e diferimentos de natureza passiva.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Considerando a materialidade dos valores implicados e as múltiplas leituras que geralmente suscita, a importância da rubrica de Dívidas a Terceiros é merecedora de uma apreciação esmiuçada, que se inicia desde logo pelo quadro que segue.

A título de nota preambular à sua análise, salienta-se a nota de rodapé que nele se apensou, salientando que a informação que de seguida se evidencia tem em consideração a natureza da dívida, independentemente do momento em que esta se torna exigível (critério distinto do que rege a classificação da dívida no Balanço).

Quadro 64

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2018	2017	Variação
Dívida de Médio e Longo Prazo	31401495	35 545 569	-11,66%
Dívida de Curto Prazo	7 890 997	8 223 939	-4,05%
Total	39 292 492	43 769 508	-10,23%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

A Dívida Total a Terceiros apresenta uma diminuição de (-) 4.477.017 €, como se referiu na análise global às variações encerradas no Passivo do exercício.

Fica tal facto a dever-se, e numa ótica relacionada estritamente com a natureza dos créditos detidos por terceiros, à diminuição com maior expressão verificada na componente de médio e longo prazo, (-) 4.144.075 € (incluindo-se nesta última a dívida de médio e longo prazo exigível no curto prazo, uma vez que aqui nos distanciamos do critério que determina a classificação da despesa no balanço), a que se associada movimento semelhante porém com menor materialidade, na dívida de curto prazo, (-) 332.942€.

A componente da dívida de médio e longo prazo (atenta a sua natureza e independentemente do grau de exigibilidade da mesma), que passa respetivamente em 2016, 2017 e 2018 para montantes de 42.661.386 €, 35.545.569 € e agora 31.401.495 €, encerrando o exercício com uma ponderação inferior a

8% do total da dívida a terceiros. Corresponde, a diminuição observada, a uma variação negativa de (-) 12% relativamente ao registo contabilístico do fecho do ano anterior.

De novo nos deparamos aqui com o montante do Fundo de Apoio Municipal subscrito e ainda não realizado, que no final de 2018 totalizava 320.390 €.

A diminuição da dívida de curto prazo (atenta a sua natureza e independentemente de quando ocorre o a sua exigibilidade) corresponde a menos de 1% do passivo total reportado ao fecho de 2018.

Quadro 65

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
	2018	2017	Variação
Operações Orçamentais			
Curto Prazo	3 553 872	3 988 201	-10,89%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	262 589	482 497	-45,58%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	18 201	134 742	-86,49%
Adiantamento por conta de vendas	0	8 164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0	29 200	-100,00%
Estado e Outros Entes Públlicos	14 872	3 997	-
Outros Credores	3 258 210	3 329 601	-2,14%
Sub-Total	3 553 872	3 988 201	-10,89%
Operações Não Orçamentais	2018	2017	Variação
Curto Prazo	4 337 125	4 235 738	2,39%
Clientes e Utentes c/ Cauções	2 270 230	2 049 789	10,75%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	937 949	1 026 133	-8,59%
Estado e Outros Entes Públicos	185 424	222 478	-16,65%
Outros Credores	943 522	937 339	0,66%
Sub-Total	4 337 125	4 235 738	2,39%
TOTAL	7 890 997	8 223 939	-4,05%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

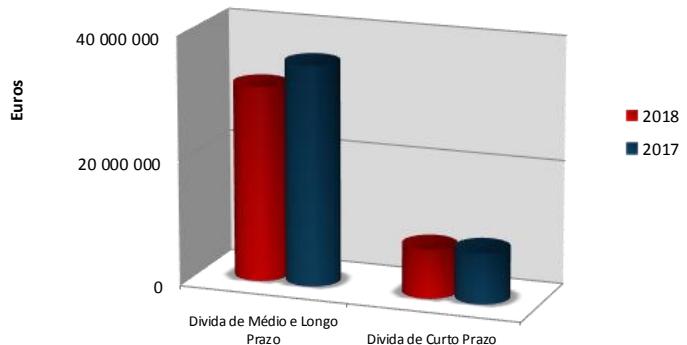
Na análise à dívida a terceiros que, atenta apenas a sua natureza, se classifica no curto prazo verifica-se que as operações orçamentais registam uma diminuição de (-) 10,89% na dívida constituída.

As operações não orçamentais não traduzem despesa efetivamente suportada pelo Município, uma vez que respeitam a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, isto é, por cobranças que os serviços autárquicos efetuam por conta de terceiros, funcionando como meras operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, não se lhes podendo associar custos nem proveitos, uma vez que apenas são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial sem afetar os resultados do período.

Num outro formato, apresentam-se de seguida as variações das dívidas a terceiros, tomando sempre como cenário comparativo a execução do exercício anterior.

Gráfico 52

Dívidas a terceiros



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

À semelhança do que se referiu em momento anterior deste relatório, aludindo-se então aos registo contabilísticos dos Acréscimos e Diferimentos Ativos, foram refletidos nas demonstrações financeiras do exercício os custos e proveitos que lhe respeitam, independentemente de se encontrarem titulados com documento emitido noutro período, também os movimentos que se traduziram num crédito perante terceiros ainda não exigível.

No caso do segundo membro do Balanço que agora se aprecia, concretiza-se essa especialização nas rubricas de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja apresentação detalhada se faz de seguida.

Quadro 66

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	3 652 872
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	2 488 910
Juros a Liquidar	39 567
Outros Acréscimos de Custos	1 124 395
Proveitos Diferidos	49 037 153
Rendas:	
Processo de antecipação de rendas	0
Outras rendas	8 414
Direito de Superfície	1 368 557
Subsídios para Investimentos	44 734 337
Outros Proveitos Diferidos	2 925 845
TOTAL	52 690 025

Un: Euros

Da especialização de custos e de proveitos de natureza passiva resulta, no exercício em apreço, um passivo não exigível de 52.690.025 € (no exercício anterior cifravam-se em 52.781.862 €), atribuindo-se a maior porção (93%) a Proveitos Diferidos, e o restante a Acréscimos de Custos (residual).

De novo se verifica que predominam, no seio dos Acréscimos de Custos, as remunerações a pagar em 2019 relativas a férias e subsídio de férias (para a qual se constitui obrigação legal a 31 de dezembro e cujo tratamento contabilístico obedeceu, como deve, às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal). A variação face à especialização do exercício anterior, (-) 80 €, reflete bem a estabilidade que caracterizou os encargos desta natureza entre os dois períodos em comparação, designadamente quanto ao contexto legal que determinou as regras de atualização salarial dos trabalhadores que se encontram em laboração dos fechos dos dois exercícios em comparação.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos, como tem vindo a fazer-se nos exercícios anteriores, os custos imputáveis a 2018 relativos a consumos diversos (serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros), bem assim como a parte correspondente do subsídio atribuído a clubes desportivos para a época 2018/ 2019, totalizando esta rubrica 132.907 €. A esta parcela, juntam-se ainda as especializações dos custos associados ao IVA incidente sobre as transferências efetuadas ao abrigo do Contrato de Gestão celebrado com a Maiambiente, bem assim como as Obrigações de Serviço Público imputáveis a 2018 estabelecidas pelo Contrato Interadministrativo de delegação de competências celebrado com a STCP, respetivamente nos montantes de 152.196 € e 176.956 €.

Por seu turno, do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que permanecem responsáveis por 85% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva, refletindo financiamentos obtidos no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado simultaneamente com os pedidos de pagamento efetuados. Este momento vai sendo drenado para proveitos do exercício à medida que são reconhecidas as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

Os Direitos de Superfície contabilizados correspondem, tal como sucedeu em exercícios anteriores, aos que se detêm em virtude de direitos e obrigações assumidos com a ARS Norte e a *IberKing*, totalizando no final de 2018 respetivamente em 990.000 € e 378.557 €.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais no final de 2018 totalizam 332.962.312 €, observando, face ao período homólogo, um incremento de (+) 20.535.119 €, correspondente a um crescimento de (+) 7%.

Verificando-se que todas as rubricas de Fundos Próprios aumentam de valor entre os saldos iniciais e finais do exercício, é particularmente determinante, no período em apreço, a variação observada em Resultados Transitados, (+) 13.525.149 €. A este respeito importa recordar que, decorrendo parte desta variação da mera incorporação de resultados do exercício de 2017 (5.686.836 €), a maior porção respeita à alteração da política contabilística em relacionada com os montantes atribuídos a título de subsídio à empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património – que, destinando-se a obras de conservação de ativos detidos pelo Município, em 2018 foram tratadas como tal e incorporadas diretamente como incremento de valor do imobilizado objeto de intervenção (habitação social). Esta alteração de política contabilística proporciona informação mais relevante para os utentes da informação financeira, por passar a tratar contabilisticamente esta operação de acordo com a substância económica,

independentemente da forma que a suporta. Tal facto materializou-se num ajustamento aos montantes atribuídos a título de subsídio concedido em exercícios anteriores (com impacto líquido em Resultados Transitados no montante de 7.838.282 €), bem assim como numa valorização dos ativos envolvidos, propriedade do Município, de que já se deu nota em momento anterior deste relatório (análise à evolução do Ativo Líquido Imobilizado). Esta valorização reflete inequivocamente as benfeitorias relacionadas com as obras efetuadas pela Espaço Municipal até aqui reconhecidas como custos do período.

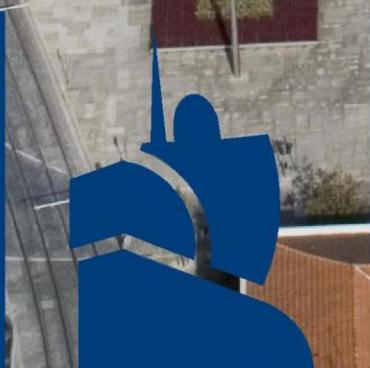
Observam ainda aumentos as demais componentes de Fundos Próprios, designadamente Ajustamentos em Partes de Capital em Empresas, Património e Reservas, respetivamente observando variações de (+) 680.511 €, (+) 274.207 € e (+) 237.863 €.

Para uma exposição mais esquemática dos movimentos ocorridos nos Fundos Próprios ao longo do exercício de 2018, propõe-se o quadro seguinte.

Quadro 67

FUNDO PATRIMONIAL				
2018				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	306 823 657	274 230	23	307 097 864
51.1 Património Inicial	243 293 094	274 230	23	243 567 302
51.11 Saldo Abertura POCAL	189 891 029	0	0	189 891 029
51.12 Correcções ao Balanço Inicial	53 402 065	274 230	23	53 676 273
51.2 Património Adquirido	63 530 562	0	0	63 530 562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-10 768 285	680 511	0	- 10 087 773
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	-
57 Reservas	20 070 885	237 863	0	20 308 748
57.1 Reservas Legais	3 343 714	0	0	3 343 714
57.5 Subsídios	2 328 234	0	0	2 328 234
57.6 Doações	5 620 575	237 863	0	5 858 438
57.7 Reservas decorrentes da transferências ativos	2 123 267	0	0	2 123 267
57.8 Cedências	3 496 554	0	0	3 496 554
57.9 Outras	3 158 540	0	0	3 158 540
59 Resultados Transitados	-9 385 901	13 916 096	390 947	4 139 248
88 Resultado Líquido do Exercício	5 686 836	5 817 389		11 504 225
Totais	312 427 192	20 926 089	390 969	332 962 312

Un: Euros



maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados evidencia, detalhadamente, os proveitos gerados ou obtidos pela entidade, assim como os custos suportados no âmbito da prossecução das competências que lhe são próprias, em cada exercício.

No caso do relatório em presença, prossegue-se com a apreciação deste mapa com informação relativa ao exercício de 2018, a partir do qual se alcançam os resultados do Município obtidos em 2018, comparados com os do período homólogo, analisando-se de seguida as variáveis que, de algum modo, contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Quadro 68

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2018	2017	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	699 221	722 842	-3,27%
Fornecimento e Serviços Externos	15 166 039	14 968 886	1,32%
Custos com Pessoal	19 168 665	18 589 342	3,12%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5 589 075	7 977 088	-29,94%
Amortizações do Exercício	18 173 338	16 494 666	10,18%
Provisões do Exercício	373 435	476 870	-21,69%
Outros Custos e Perdas Operacionais	92 690	122 919	-24,59%
(A)	59 262 464	59 352 613	-0,15%
Custos e Perdas Financeiras	1287 446	880 749	46,18%
(C)	60 549 910	60 233 362	0,53%
Custos e Perdas Extraordinárias	3 039 549	5 403 063	-43,74%
(E)	63 589 458	65 636 425	-3,12%
Resultado Líquido do Exercício	11504 225	5 686 836	102,30%
	75 093 683	71 323 261	5,29%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	7 632 170	7 450 646	2,44%
Impostos e Taxas	47 163 987	41 986 687	12,33%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	41775	34 035	22,74%
Transferências e Subsídios Obtidos	15 089 620	15 094 923	-0,04%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	3 474	7 480	-53,55%
(B)	69 931 027	64 573 770	8,30%
Proveitos e Ganhos Financeiros	402 822	1449 640	-72,21%
(D)	70 333 850	66 023 410	6,53%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	4 759 834	5 299 851	-10,19%
(F)	75 093 683	71 323 261	5,29%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	29 215 337	22 192 694	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	10 668 563	5 221 157	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-884 624	568 891	-
Resultados Correntes: (D-C)	9 783 940	5 790 049	-
Resultados Líquido do Exercício:	11 504 225	5 686 836	-

Un.: Euros

A leitura mais imediata do quadro precedente relaciona-se com o Resultado Líquido apurado para o período económico em apreço, no montante de (+) 11.504.225 € que se afigura em linha com o que tem vindo a ser observado nos exercícios precedentes, ganhando consistência uma trajetória de consolidação de resultados reiteradamente positivos que tem vindo a ser evidenciada nas prestações de contas mais recentes.

Comparativamente com o exercício anterior, o resultado líquido cresce (+) 102,3% (mais do que duplicando), permanecendo de modo assinalável com sinal positivo e verificando-se ainda que o mesmo sucede com a performance de natureza operacional: entre os fechos de contas de 2017 e 2018, o resultado líquido passa de (+) 5.686.836 € para (+) 11.504.225 €, aumentando assim (+) 5.817.389 €, dos quais 5.447.406 € correspondem à variação no resultado operacional, deduzido de amortizações e provisões. Repristinando a informação veiculada no relatório de gestão semestral, já divulgado em momento oportuno, constata-se que a evolução do resultado líquido é de novo, no final do exercício, sustentada na evolução do próprio resultado operacional. Dando destaque às rubricas cuja variação se revela materialmente mais relevante, observa-se que o aumento ocorrido na rubrica de Impostos e Taxas, associado à diminuição registada nas Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais mais do que compensam o aumento observado nas Amortizações do Exercício e nos Custos com Pessoal.

Numa apreciação de pormenor dedicada primeiramente a performance de natureza operacional, verifica-se que, para a sua variação positiva, contribuíram o aumento das rubricas de proveitos e ganhos operacionais, com uma variação total de (+) 5.357.257 €, enquanto do lado dos custos e perdas do exercício de idêntica natureza a variação, de valor absoluto substancialmente inferior, conhece um sentido distinto diminuindo (-) 90.149 €.

No que concerne à rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, que soma 5.589.075 €, verifica-se que a mesma conhece uma redução apreciável por comparação com os valores registados em 2017, globalmente correspondente a (-) 2.388.013 €. Esta diminuição deve-se essencialmente à diferente política contabilística de que foram alvo, a partir deste exercício, os montantes atribuídos à empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património – que, destinando-se a obras de conservação de ativos detidos pelo Município, em 2018 foram tratadas como tal e incorporadas diretamente como incremento de valor do imobilizado objeto de intervenção (habitação social).

A esbater este efeito encontra-se o aumento das transferências efetuadas para a Maiambiente, no montante de 852.036 € (uma vez que os efeitos do contrato de gestão delegada celebrado entre o Município e esta empresa municipal apenas se fazem sentir no segundo semestre de 2017), bem assim como do valor das compensações financeiras atribuídas à STCP no âmbito do contrato Interadministrativo de partilha de competências entre a Área Metropolitana do Porto e os seis municípios da rede STCP, que em 2018 totalizam 492.837 €.

No âmbito das Transferências Correntes Concedidas, compete ainda assinalar que aumentam, no período, (+) 55.393 € as transferências enquadradas a título de Ação Social Escolar, contrariamente ao que sucedeu com as que se destinam a instituições particulares e famílias.

Com um contributo global substancialmente mais relevante para o conjunto dos Custos e Perdas Operacionais, apresentam-se os Custos com Pessoal, as Amortizações do Exercício e os Fornecimentos e Serviços Externos, respetivamente com ponderações de 32%, 31% e 26%, evidenciando uma trajetória comum de incremento de valor no exercício de 2018, por comparação com o seu homólogo.

Numa análise mais detalhada à evolução dos Custos com o Pessoal e como já era percertível no relatório de gestão semestral, a produção de efeitos o artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 (atualização salarial dos trabalhadores, nos estritos termos em que a lei o prevê) justifica *de per si* o aumento observado na rubrica de (+) 579.323 €, correspondendo a um crescimento superior a 3%, conduz a que no final do exercício estes custos totalizem 19.168.665 €.

De todas as parcelas que compõem esta rubrica de custos, a que assinala um aumento com maior relevância material é a de Remunerações do Pessoal, com (+) 363.095 € do que o contabilizado no período homólogo, a que se juntam desde logo os Encargos com Remunerações (indexados à anterior), Outros Custos com Pessoal e Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais, cujo aumento se cifra respetivamente em (+) 69.260 €, (+) 122.278€ e (+) 24.580 €. Aumentam ainda de valor, entre os dois exercícios, os montantes suportados a título de Pensões, (+) 7.550 €, exibindo as Remunerações dos órgãos autárquicos uma variação em contracírculo no exercício, totalizando no momento de reporte 213.115€.

As Amortizações do Exercício, correspondendo à segunda rubrica de custos com maior ponderação no valor total apurado no exercício, apresentam simultaneamente uma das variações mais significativas – alcançam no ano o montante de 18.173.338 €, superior em (+) 1.678.672 € ao contabilizado em 2017. Uma parte significativa deste valor relaciona-se com as amortizações do exercício associadas aos novos ativos que foram incorporados pela adoção da nova política contabilística para o reconhecimento das verbas entregues à empresa Espaço Municipal para obras de beneficiação de edificado pertencente ao património do Município, e que se traduziram numa valorização do ativo imobilizado. A este efeito adiciona-se o acréscimo verificado em Bens de Domínio Público (outras construções e infraestruturas), em resultado da passagem para imobilizado firme dos trabalhos de beneficiação de pavimentos betuminosos em vias diversas.

Em quarto lugar, verifica-se que os Fornecimentos e Serviços Externos, como atrás se referiu, incrementam residualmente o seu valor, (+) 197.154 €, (+) 1,32% sobre o valor contabilizado na mesma rubrica em 2017).

Relativamente aos Subcontratos, é de referir que globalmente os custos suportados em 2018 desta natureza aumentaram de valor, (+) 47.999 €, alcançando no total do exercício o montante de 2.321.647 €, salientando-se a este respeito o crescimento das despesas com o fornecimento de refeições.

Verifica-se, numa leitura de pormenor, que diminuem em montante bastante significativo os Trabalhos Especializados, (-) 854.078 €, em grande parte por conta da alteração de contabilização das verbas relativas a receção de resíduos sólidos urbanos e respetivas taxas de resíduos (incineração) que, tendo sido anteriormente contratadas com a LIPOR passaram por inerência do contrato de gestão delegada celebrado com a Maiambiente em 2017, a qualificar-se como subsídios correntes concedidos.

Diminuem ainda os encargos com Eletricidade (que alcançam no exercício 4.206.160 €, (-) 122.592 € do que no exercício precedente), em consequência da renegociação de tarifários decorrida no segundo semestre de 2017.

Em compensação, e esbatendo as diminuições observadas nestas duas rubricas, apresentam-se as rubricas de Contencioso, Registos e Notariado, com um aumento de (+) 399.927 €, e Conservação e reparação, com (+) 205.413 €, a que juntam ainda os custos com Encargos de cobrança. Assistência técnica e Vigilância e segurança, com aumentos respetivamente de (+) 99.697 €, (+) 82.971 € e (+) 74.786 €.

Relativamente à variação ocorrida na rubrica de Contencioso, Registos e Notariado cumpre informar adicionalmente que conheceram desfecho três importantes processos judiciais, cifrando-se as indemnizações determinadas em dois dos acórdãos em montante superior ao aprovado em exercícios anteriores e respondendo conjuntamente por 390.000 € dos 418.360 € contabilizados na totalidade do ano de 2018.

No que respeita às despesas de Conservação e reparação, denota-se que foram contabilizados no período trabalhos diversos de reparação da sinalização horizontal de arruamentos vários, das quais se destaca um movimento em particular no valor de (+) 154.579 €.

Quanto aos Encargos de Cobrança, conforme se referiu já em documentos anteriores, esta rubrica está indexada à cobrança de Impostos levada a cabo pela Autoridade Tributária, donde, verificando-se (como se verá adiante) que esta rubrica registou um incremento apreciável no exercício, não espanta que os custos de cobrança que lhe são inerentes aumentem também.

Diminuindo de valor entre os dois exercícios, apresentam-se ainda as Provisões do exercício, os Outros custos e perdas operacionais e, por fim, o Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, no final do exercício conjuntamente alcançam uma representatividade no total dos Custos e Perdas Operacionais que não excede os 2%. Em valor absoluto, as variações observadas quantificam-se respetivamente em (-) 103.435 €, (-) 30.229 € e (-) 23.621 €. Apraz dizer apenas, relativamente às Provisões do Exercício, que apenas foram contabilizadas no período Provisões para Cobranças Duvidosas.

Numa análise parcelar aos Proveitos Operacionais, constata-se que os mesmos totalizam 69.931.027 € em 2018, (+) 5.357.257 € do que em 2017, ficando a variação globalmente a dever-se ao incremento observado na rubrica de Impostos e Taxas, que sozinha apresenta um aumento de (+) 5.177.301 € face ao ano precedente.

A rubrica que mais pondera, em qualquer dos exercícios em comparação, é a de Impostos e Taxas, com uma contribuição que se reforça entre os dois exercícios, passando de 65% dos Proveitos Operacionais para 67% no ano em apreço.

O Imposto Municipal sobre Imóveis permanece responsável pela maior componente de Impostos diretos, alcançando os proveitos advénticos deste imposto o montante de 22.168.126 €. A maior variação observada no período, dentro desta componente, é registada ao nível do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, que alcança no exercício o montante bruto arrecadado de 10.327.668 €, (+) 2.603.434 € do que em 2017. Do mesmo modo, a Derrama (terceira maior contribuinte

dentro desta rubrica) evolui em idêntico sentido, incrementando, entre os dois períodos em comparação, (+) 479.801 €.

Por último, também o Imposto Único de Circulação conhece uma trajetória de crescimento totalizando, em 31 de dezembro, 3.575.612 €.

Em linha com o que se verificou nos Impostos Diretos, também os Indiretos apresentam uma variação positiva entre os exercícios de 2017 e 2018, aumentando (+) 885.046 € para um total de 2.702.693 € para o qual contribuem determinantemente os valores cobrados a esse título por Loteamentos e obras que, no ano de 2018, totalizam 1.292.688 €.

Em sentido contrário, observam as Taxas um decréscimo face à execução do ano anterior, cifrando-se no fecho do ano em 402.874 €.

Aumentam ainda, com menor materialidade, as Vendas e Prestações de Serviços cujos valores registados variam no montante de (+) 181.524 €, ficando a mesma a dever-se ao aumento de ambas as rubricas que a compõem, em particular das prestações de serviços e rendas obtidas, as primeiras com (+) 100.129 €, as segundas com (+) 65.098 €.

Residualmente, anotam-se ainda as variações ocorridas nas Transferências e Subsídios Obtidos (que passam de 15.094.923 € em 2017 para 15.089.620 € em 2018, diminuindo assim (-) 5.302 €), em Outros Proveitos e Ganhos Operacionais com contributo e variação perfeitamente residuais, (-) 4.006, e ainda nos Proveitos Suplementares, que, aumentando entre os dois exercícios (+) 7.740 €, contribuem para não mais do que 0,1% dos Proveitos Operacionais totais.

Prosseguindo o percurso que conduz ao resultado líquido do período, aborda-se seguidamente neste relatório a performance obtida pelo Município a partir da sua atividade de mera natureza financeira.

O Resultado Financeiro apresenta-se pior posicionado do que no exercício anterior: passa a negativo em (-) 884.624 €, deteriorando-se entre os dois períodos 1.453.515 €.

Resulta esta evolução simultaneamente da diminuição verificada ao nível dos proveitos e ganhos financeiros, o equivalente a (-) 72%, enquanto simultaneamente aumentam os custos e perdas de idêntica natureza, (+) 46%.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, constata-se que é determinante a evolução da rubrica de Ganhos em entidades participadas, permanecendo esta como a componente com maior ponderação para a totalidade dos ganhos desta natureza, é também a que exibe uma variação maior em valor absoluto entre os dois períodos em comparação: (-) 1.074.762 €.

Apresentam-se seguidamente os Ganhos em entidades participadas, para o qual contribui determinantemente a Empresa Municipal de Estacionamento da Maia, respondendo por 93.077 € dos 120.215 € contabilizados neste rubrica no exercício.

Apresentam ainda contributos relevantes as rubricas de Rendimentos de participações de capital, Rendimentos de Imóveis e Juros Obtidos, respetivamente com (+) 104.193 €, (+) 72.629 € e (+) 71.128 € apurados em 2018.

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, assinala-se em particular o aumento de Perdas em Entidades Participadas, que passam, entre 2017 e 2018, de 51.420 € para 476.784 € (refletindo, no exercício em presença, o reconhecimento dos resultados líquidos da participada Tecmaia, adicionado da performance dos Fundos de Investimento Imobiliário Maia IMO e Maia Golfe, neste último caso, até à sua liquidação (com eficácia formal em setembro p.p.).

Os Juros suportados, diminuindo o seu montante entre os dois exercícios em comparação, permanecem em níveis assinaláveis, cifrando-se em 2018 em 793.122 €, respondendo por cerca de 62% dos custos e perdas de índole financeira totais.

Embora cifrando-se agora negativos, os Resultados Financeiros em valor absoluto são, contudo, significativamente inferiores aos apurados a título operacional conduzindo, por esse facto, a que os Resultados Correntes persistam, à semelhança de 2017, positivos, reforçando até o seu valor em 69% face ao apurado nesse ano, totalizando no exercício em apreço (+) 9.783.940 €.

Trajetória inversa à dos Resultados Financeiros percorrem os Resultados Extraordinários que, em 2018, tornam-se positivos, passando de (-) 103.212 € no exercício homólogo para (+) 1.720.285 €.

Verifica-se que, não obstante a diminuição de proveitos de natureza extraordinária, (-) 540.017 €, os custos da mesma natureza diminuem com maior expressão, (-) 2.363.514 €.

Tratando-se de um resultado apurado de custos e proveitos de natureza extraordinária, recorda-se que a atividade aqui medida, sendo verificável no exercício, assume um caráter extemporâneo e irrepetível.

Posto isto, com montantes de ponderação incontornável destacam-se, do lado das perdas, as rubricas de Transferências de Capital concedidas (que, cifrando-se em 1.910.406 € diminui ainda assim (-) 491.275 € face ao observado em 2017) e, do lado dos ganhos, as Reduções de amortizações e provisões, que em 2018 totalizam 1.933.599 €, (+) 1.015.888 € que em período homólogo.

Anotam-se ainda os montantes registados em Correções a Exercícios Anteriores: 295.512 € a título de proveitos e 842.564 € relativos a custos e perdas.

Dá-se por concluída a apreciação da demonstração dos resultados para o exercício económico de 2018, com a apresentação das oscilações observadas em todas as rubricas de custos e proveitos, tomando como referência o período homólogo do exercício anterior e ilustrando na forma gráfica que se introduz de seguida neste relatório.

Gráfico 53

Variação dos Custos e Perdas do Exercício

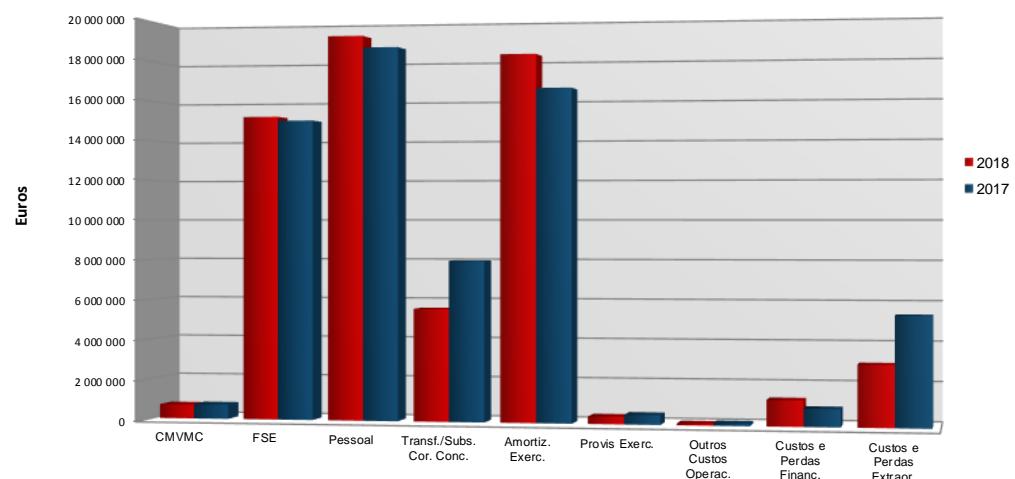
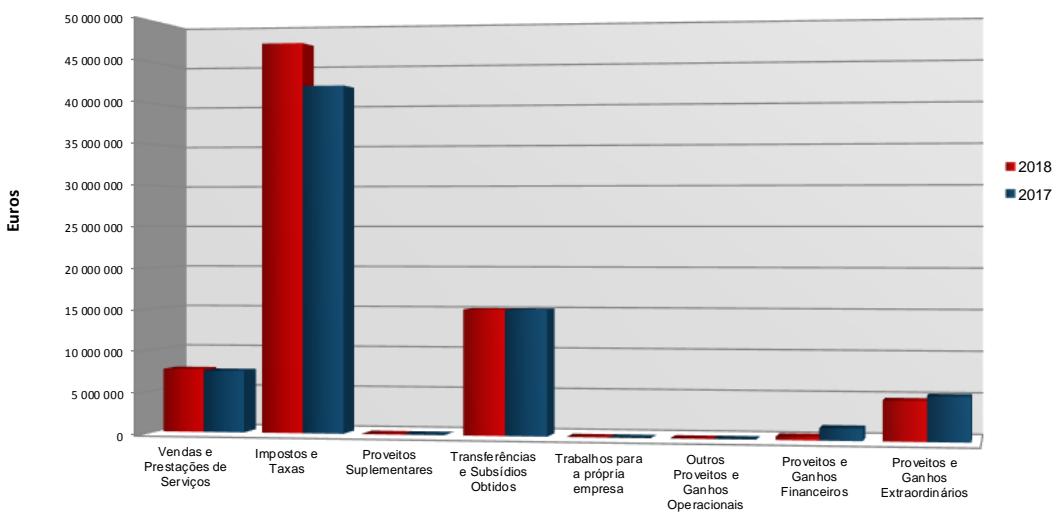


Gráfico 54

Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício





maia
CÂMARA MUNICIPAL

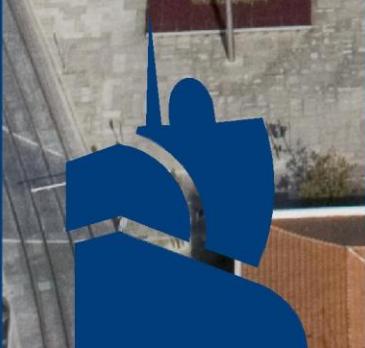
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

De acordo com o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Verificando-se que o resultado líquido do exercício se cifra positivo no montante de (+) 11.504.225 €, deverá o mesmo ser, de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3.2 do mesmo diploma legal, transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Constatando-se ainda que em 2018 os Resultados Transitados alcançam montante positivo, nos termos do preceituado nos pontos 2.7.3.3 e 2.7.3.5, propõe-se que o seu montante seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais, no montante correspondente a 5% do resultado líquido: 575.211,25 €;
- Reforço do Património pelos restantes 95%: 10.929.013,74 €.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS

1	COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS	INDICADORES		2016		2017		2018		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
										2016/2017	2017/2018
1		Cobertura das Despesas	Receita Total	67 459 391	108,17%	66 779 702	98,66%	74 302 024	107,38%	-8,79%	8,84%
2		Cobertura da Despesa Corrente	Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632			
3		Cobertura da Despesa de Capital	Receita Corrente	66 299 182	155,88%	65 095 370	151,34%	67 960 872	157,36%	-2,92%	3,98%
4		Cobertura da Despesa por Empréstimos	Despesa Corrente	42 531 259		43 013 714		43 186 897			
5		Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.	Receita de Capital	1 105 344	5,57%	1 678 431	6,80%	6 311 000	34,67%	22,05%	409,74%
6		Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município	Despesa de Capital	19 833 585		24 675 192		18 201 423			
7		Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3 988 440,24	5,76%	100,00%	S/Var.
8		Grau de Dependência Receita Total da Receita Própria	Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632			
9		Grau de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Fundos Municipais	12 203 372	19,57%	12 554 518	18,55%	12 742 836	18,42%	-5,21%	-0,71%
10		Grau de Dependência Receita Total da Receita Cobrada Localmente	Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632			
11		Grau de Dependência Receita Total de Impostos Directos	Receita Cobrada Localmente	9 724 341	15,59%	10 552 989	15,59%	9 667 720	13,97%	-0,01%	-10,38%
12		Grau de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Receita Total	67 459 391		66 779 702		74 302 024			
			(Receita Total-Passivo Financeiro)	67 459 391	120,90%	66 779 702	107,48%	70 313 584	110,50%	-11,10%	2,81%
			(Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)	55 796 235		62 131 547		63 629 573			
			Receita Própria	51 926 648		50 025 773		53 635 224			
			Receita Total	67 459 391	76,97%	66 779 702	74,91%	74 302 024			
			Receita Corrente	66 299 182	98,28%	65 095 370	97,48%	67 960 872	91,47%	-0,82%	-6,17%
			Receita Total	67 459 391		66 779 702		74 302 024			
			Receita Cobrada Localmente	9 724 341	14,42%	10 552 989	15,80%	9 667 720	13,01%	9,63%	-17,66%
			Receita Total	67 459 391		66 779 702		74 302 024			
			Impostos Directos	42 197 159	62,55%	39 469 454	59,10%	43 960 222	59,16%	-5,51%	0,10%
			Receita Total	67 459 391		66 779 702		74 302 024			
			Fundos Municipais	12 203 372	18,09%	12 554 518	18,80%	12 742 836	17,15%	3,92%	-8,78%
			Receita Total	67 459 391		66 779 702		74 302 024			

INDICADORES ORÇAMENTAIS

13	ESTRUTURA DA RECEITA	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3 988 440,24	5,37%	100,00%	SVar.	
14		Gram de Dependência da Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	3 526 228	5,23%	3 173 768	4,75%	3 610 156	4,96%	-9,08%	2,23%	
15		Gram de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Receita Total	67 459 391	66 779 702	66 779 702	74 302 024	74 302 024	74 302 024	74 302 024	74 302 024	
16		Gram de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	44 939 891	67,76%	43 426 503	66,71%	47 162 655	69,40%	-1,58%	4,02%	
17		Gram de Execução da Receita Corrente	Receita Corrente	66 299 182	65 095 370	65 095 370	67 960 872	67 960 872	67 960 872	67 960 872	67 960 872	
18		Evolução da Receita Corrente	Transferências Correntes	14 923 734	22,51%	15 347 594	23,58%	14 379 075	21,16%	4,74%	-10,26%	
19		Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Receitas Correntes	66 299 182	65 095 370	65 095 370	67 960 872	67 960 872	67 960 872	67 960 872	67 960 872	
20		Estrutura da Despesa - Capital/Total	Receitas Correntes Executadas	66 299 182	116,17%	65 095 370	106,60%	61 020 032	63 840 258	106,45%	-8,17%	-0,21%
21		Estrutura da Despesa - Investimentos/Total	Receitas Correntes Orçadas	57 071 253								
22	ESTRUTURA DA DESPESA	Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Total	Receita Total Corrente ano n	66 299 182	111,56%	65 095 370	98,18%	67 960 872	102,51%	-11,99%	4,40%	
23		Estrutura da Despesa - Transferências Capital/Total	Receita Total Corrente ano n-1	59 429 555		66 299 182		66 299 182				
24		Estrutura da Despesa - Pessoal/Total	(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n)	44 939 891	115,56%	43 426 503	96,63%	47 162 655	108,60%	-16,37%	12,39%	
			(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	38 891 681		44 939 891		43 426 503				
			Despesa de Capital	8 833 586		24 675 892		18 201423		26,30%	14,63%	-27,84%
			Despesa Total	62 364 844	3180%	67 688 906		69 196 632				
		Investimentos	Despesa Total	4 563 511	7,32%	16 69 671	17,9%	15 541882		22,46%	18,59%	30,84%
		Aquisição de bens de capital (FII)	Despesa Total	11 94 071	18,45%	16 231956	23,98%	18 201423		26,30%	30,90%	9,69%
		Transferências de Capital (Despesa)	Despesa Total	1333 720	2,9%	2 398 690	3,54%	1895 863		2,74%	65,70%	-22,68%
		Pessoal	Despesa Total	62 364 844	38,26%	67 688 906	27,56%	69 196 632		27,88%	-8,92%	9,45%

INDICADORES ORÇAMENTAIS

25	ESTRUTURA DA DESPESA	Estrutura da Despesa - Remunerações Certas e Permanentes/Total	Remunerações Certas e Permanentes	14 143 064	22,68%	13 923 779	20,57%	14 160 555	20,46%	-9,29%	-0,52%	
26			Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632				
27		Estrutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Total	Aquisição de bens e serviços correntes	16 280 697	26,11%	15 896 612	23,48%	15 571 594	22,50%	-10,04%	-4,18%	
			Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632				
28		Estrutura da Despesa - Serviço da Dívida/Total	Serviço da Dívida	6 943 374	11,13%	5 666 788	8,37%	5 713 229	8,26%	-24,81%	-1,38%	
			Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632				
29		Estrutura da Despesa - Amortização Empréstimos/Total	Amortizações de Empréstimos	6 560 609	10,53%	5 557 360	8,21%	5 567 059	8,05%	-22,05%	-2,01%	
			Despesa Total	62 364 844		67 688 906		69 196 632				
30		Independência da Despesa - Transferências Correntes/Total	Transferências Correntes (Despesa)	3 342 842	7,06%	3 181 198	7,40%	3 755 701	8,70%	-5,90%	17,59%	
			Despesas Correntes	42 531 259		43 013 714		43 196 897				
31		Estrutura da Despesa - Pessoal/Despesas Correntes	Pessoal	18 868 519	44,36%	18 653 167	43,37%	19 154 529	44,35%	-2,25%	2,28%	
			Despesas Correntes	42 531 259		43 013 714		43 196 897				
32		Grau de Execução da Despesa Corrente	Despesas Correntes Executadas	42 531 259	90,32%	43 013 714	91,34%	43 196 897	84,00%	1,13%	-0,04%	
			Despesas Correntes Orçadas	47 090 286		47 090 286		51 412 234				
33		Evolução da Despesa Corrente	Despesa Corrente ano n	42 531 259	103,91%	43 013 714	101,13%	43 196 897	100,40%	-2,67%	-0,72%	
			Despesa Corrente ano n-1	40 932 490		42 531 259		43 013 714				
34		Evolução da Despesa em Investimento	Investimento ano n (FPI)	11 504 071	59,07%	16 231 956	141,10%	18 201 423	112,13%	138,67%	-20,53%	
			Investimento ano n-1 (FPI)	19 475 682		11 504 071		16 231 956				
35	RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa de Pessoal os Fundos Municipais Correntes	Pessoal	18 868 519	158,61%	18 653 167	153,23%	19 154 529	154,39%	-3,39%	0,75%	
			Fundos Municipais Correntes	11 895 912		12 172 982		12 406 658				
36	RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	16 280 697	136,96%	15 896 612	130,59%	15 571 594	125,51%	-4,58%	-3,89%	
			Receita Cobrada Localmente	9 724 341		10 552 989		9 667 720				
37	RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	16 280 697	167,42%	15 896 612	150,64%	15 571 594	161,07%	-10,03%	6,93%	
			Receita Cobrada Localmente	9 724 341		10 552 989		9 667 720				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

38	GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundos Municipais de Capital Investimento (PPI)	307 460 11 504 071	2,67%	381 536 16 231 956	2,35%	336 178 18 201 423	1,85%	-12,05%	-21,42%
39	GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	Grau de Financiamento do Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de bens de Investimento Investimento (PPI)	126 090 11 504 071	1,10%	1 501 16 231 956	0,01%	46 145 18 201 423	0,25%	-99,16%	2642,23%
40	GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Receita) Investimento (PPI)	0,00 11 504 071	0,00%	0,00 16 231 956	0,00%	3 988 440,24 18 201 423	21,91%	100,00%	S/Var.
41	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA	Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente Despesa de Funcionamento	66 299 182 36 255 608	182,87%	65 095 370 35 273 104	184,55%	67 960 872 35 855 089	189,54%	0,92%	2,71%
42	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA	Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital Despesa de Investimento	1 105 344 13 264 976	8,33%	1 678 431 19 057 832	8,81%	6 311 000 20 442 676	30,87%	5,69%	250,53%
43	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros Receita Total Cobrada	374 806 67 459 391	0,56%	109 428 66 779 702	0,16%	146 169 74 302 024	0,20%	-70,51%	20,05%
44	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros Despesa Total Paga	374 806 62 364 844	0,60%	109 428 67 688 906	0,16%	146 169 69 196 632	0,21%	-73,10%	30,67%
45	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida Receita Total Cobrada	7 154 880,92 67 459 391	10,61%	5 719 653,99 66 779 702	8,56%	5713229 74 302 024	7,69%	-19,25%	-10,22%
46	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida Despesa Total Paga	7 154 881 62 364 844	11,47%	5 719 654 67 688 906	8,45%	5 713 229 69 196 632	8,26%	-26,35%	-2,29%

INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	INDICADORES		2016		2017		2018		VARIAÇÃO 2016/2016	VARIAÇÃO 2017/2018	OBSERVAÇÕES				
										SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	EQUILÍBRIOS DE CURTO PRAZO													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	304 750 011		270,22%	312 427 192		302,28%	332 962 312		343,44%	11,86%	13,61%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global da entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazo). Pode, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.	
										Passivo	112 776 573			103 355 436		96 949 596								
2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	Solvabilidade II	Activo Líquido	417 526 583		370,22%	415 782 629		402,28%	429 911 907		443,44%	8,66%	10,23%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.	
										Passivo	112 776 573			103 355 436		96 949 596								
3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	327 701 800		290,58%	330 096 575		319,38%	350 974 549		362,02%	9,91%	13,35%	Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua intransmissibilidade e a repercussão da tal situação em termos de falta de liquidez). A diferença entre o indicador anterior e o actual dá-nos a cobertura do passivo total pelos bens do domínio público.	
										Passivo	112 776 573			103 355 436		96 949 596								
4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	304 750 011		72,99%	312 427 192		75,14%	332 962 312		77,45%	2,95%	3,07%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com o activo total da entidade. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que irá dar maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.	
										Activo Líquido	417 526 583			415 782 629		429 911 907								
5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	Liquidex Geral	Activo Circulante	23 216 072			21 830 146			29 649 149			-7,94%	29,37%	O presente indicador mede o prazo em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota: não inclui em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.	
										Passivo Circulante	15 072 895		154,03%		15 395 264			16 162 438						
6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	Liquidex Imediata	Disponibilidades	20 402 372		135,36%	19 731 583		128,17%	24 938 361		154,30%	-5,31%	20,39%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%	
										Passivo Circulante	15 072 895			15 395 264		16 162 438								
7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Dívidas a Fornecedores	567.408		5	586.702		5	522.834		3	11,18%	-35,39%	Resolução Conselho Ministras 34/2008 e Despacho 9870/2009 do Min. Finanças	
										Aquisições	42 939 950			39 936 758		55 082 609								
8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	Prazo Médio de Recibimento	Cientes, Contribuintes e Utentes e Outros Devedores	8.419.928		60	8.384.176		62	10.280.297,27		68	3,06%	10,72%		
										Proveitos	51 255 561			49 520 603		54 841 418								
9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Prazo médio de Pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro).	19 261 769		199	17 731 517		145	14 731 732		117	-27,01%	-19,48%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros (resultantes da execução orçamental, ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro).
										Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	35 301 557			44 520 147		45 937 418								
10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12	79 967		3	134 742		3	18 201		0	4,79%	-89,10%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.
										Aquisição de Imobilizado no ano	10 723 069			17 242 198		21 359 817								

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

11		Indicador das imobilizações I	INDICADORES		2016		2017		2018		VARIAÇÃO 2016/2017	VARIAÇÃO 2017/2018	OBSERVAÇÕES
			Capitais Permanentes	Imobilizado Líquido									
12		Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	304 750 011		312 427 192		332 962 312			2,17%	5,07%	Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser < 100%.
			Imobilizado Líquido	389 794 561	78,18%	391 125 850	79,88%	396 713 562	83,93%				
13		Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	35 545 810		28 374 244		23 130 054			-20,45%	+19,63%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.
			Imobilizado Líquido	389 794 561	9,12%	391 125 850	7,25%	396 713 562	5,83%				
14		Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	15 072 895		15 395 264		16 162 438			4,07%	1,79%	3,50%
			Imobilizado Líquido	389 794 561	3,87%	391 125 850	3,94%	396 713 562					
15		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	389 794 561	93,36%	391 125 850	94,07%	396 713 562	92,28%		0,76%	-1,90%	Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rígidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
16		Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	89 824 783	21,51%	85 686 054	20,61%	78 937 359	18,36%		-4,21%	-10,90%	Permite aferir da importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insuscetíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rígidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
17		Endividamento	Passivo	112 776 573	27,01%	103 355 436	24,86%	96 949 596	22,55%		-7,97%	-9,28%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
18		Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	35 545 810	8,51%	28 374 244	6,82%	23 130 054	5,38%		-19,84%	-21,16%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
19		Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	21 802 494	5,22%	16 235 216	3,90%	13 457 019	3,13%		-25,22%	-19,84%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
20		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	15 072 895	3,61%	15 395 264	3,70%	16 162 438	3,76%		2,57%	1,53%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluído, por isso, os acréscimos e diferenças.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
21		Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		S/VAR	S/VAR	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	417 526 583		415 782 629		429 911 907					
22		Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	35 545 810	31,52%	28 374 244	27,45%	23 130 054	23,86%		-12,90%	-13,10%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferenças, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	112 776 573		103 355 436		96 949 596					
23		Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	15 072 895	13,37%	15 395 264	14,90%	16 162 438	16,67%		11,45%	11,92%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluído, por isso, os acréscimos e diferenças. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	112 776 573		103 355 436		96 949 596					

60



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As anotações que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontram omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL, estabelecendo-se uma correlação entre o Balanço Final de 2017 e o Balanço Final de 2018 em obediência ao princípio da continuidade.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Nos termos do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, a administração eleitoral da Secretaria - Geral da Administração Interna, faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da mesma lei, com a data de referência de 31 de dezembro de 2018, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- ✓ 115 752 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- ✓ 43 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- ✓ 28 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

Em janeiro de 2018 vigorava, desde 1 de fevereiro de 2013, a estrutura orgânica aprovada pelo Executivo Municipal em 10 de dezembro de 2012, homologada pela Assembleia Municipal na 4.ª sessão ordinária realizada no dia 26 do mesmo mês, bem como o regulamento publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro de 2013, com as alterações introduzidas pelas deliberações daquele órgão, de 4 de janeiro e 19 de dezembro de 2016, conforme publicações no Diário da República, 2.ª série, de 15 de março de 2016 e 14 de março de 2017, respetivamente.

Até 30 de junho de 2018 a estrutura orgânica do Município era composta por uma direção municipal, quatro departamentos e um serviço equiparado, dezasseis divisões, e quatro serviços ao nível de unidades de 3.º grau, providas.

Por deliberação tomada em 25 de junho de 2018, homologada pela Assembleia Municipal da Maia, em sessão realizada no dia 30 de junho de 2018, a Câmara Municipal da Maia decidiu proceder à alteração da sua estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, que adapta à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, também na sua atual versão. A publicação ocorreu em 20 de julho de 2018, no Diário da República n.º 139, 2.ª série (ver organograma anexo).

Desta forma, a partir de 01 de julho de 2018, a estrutura orgânica do Município da Maia passou a ser constituída por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal, seis Departamentos Municipais e um Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, equiparado a Departamento Municipal, e trinta e sete Unidades Flexíveis, distribuídas entre vinte e duas divisões e quinze unidades de 3.º grau, cujo teor corresponde na íntegra ao publicado.

Nos termos do disposto na Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os mapas de pessoal são anuais e aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento. Assim, o mapa de pessoal para 2018 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 18 de dezembro de 2017, e pela Assembleia Municipal em 27 do mesmo mês.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

- O Órgão Executivo Municipal, é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, nomeadamente:

-
- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
 - Dr.^a Emília de Fátima Moreira dos Santos
 - Eng.^a Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
 - Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
 - Dr. José António Andrade Ferreira
 - Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
 - Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho
 - Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
 - Doutora Paula Cristina Romão Pereira
 - Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade. As atividades do Departamento foram asseguradas até 30 de junho de 2018 por cinco divisões:

- Divisão de Finanças e Património;
- Divisão de Contabilidade e Contratação Pública;
- Divisão de Administração Geral;
- Divisão de Recursos Humanos;
- Divisão dos Assuntos Jurídicos e Contencioso;

A partir do dia 01 de julho de 2018, data da entrada em vigor da nova Estrutura Orgânica do Município da Maia, aprovada pela Câmara Municipal em 25 de junho, e pela Assembleia Municipal em 30 de junho de 2018, o Departamento passou a designar-se “Departamento de Finanças e Património”, constituído por três divisões:

- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira;

-
- Divisão de Contabilidade;
 - Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento;

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído atualmente por 23 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontram em funcionamento parcial as aplicações de “Obras Municipais”, de “HST – Higiene e Segurança no Trabalho”, “SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas” e “ATAS”, com previsão de implementação em 2019.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software ESPORT Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da ação: 14/08/2018

Período abrangido: Ano 2016

Entidade: A.T. – Autoridade Tributária

Nº. Processo: NDO201967

- Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento foram aprovados em 2017 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 18 e 27 de dezembro, respetivamente.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

Em 2018 o Município alterou a política contabilística relacionada com a contabilização dos subsídios atribuídos à participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., no âmbito dos Contratos-Programa e relacionados com as obras de conservação do edificado propriedade do Município. Com a nova política contabilística, o Município passou a capitalizar no Ativo os custos incorridos com a conservação do seu património, deixando de os registar diretamente em gastos do período. Esta alteração de política contabilística atende à substância destas transações, independentemente da forma que as suporta, proporcionando informação relevante para os utentes da informação financeira, refletindo no Ativo os custos associados à renovação do edificado social propriedade do Município.

Em consequência, foram efetuados os ajustamentos necessários no Capital Próprio, na rubrica de Resultados Transitados, no valor global de 7.838.282 €, por forma a proporcionar comparabilidade ao nível dos resultados dos exercícios em apreço.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

Os investimentos financeiros de entidades detidas maioritariamente pelo Município da Maia encontram-se, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

Desde 2014, com a entrada em vigor do RFALEI, o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliário Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, que resulta na prática no cenário que aconteceria se a totalidade do Património desses fundos fosse inscrito no Ativo e do Passivo no Município. Deste modo, os Ativos dos Fundos são apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação

segundo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abrange os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2018 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Todavia, e não obstante o constrangimento existente na aplicação de património, foram criadas referências de movimento específicas com vista a retratar no Mapa do Ativo Bruto a quantificação exata dos aumentos efetivamente verificados no Imobilizado. (páginas 16 e 17 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 18 a 741 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 742 a 820 dos Anexos Documentais – Volume I).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 821 a 920 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Quadro 69

Entidades Societárias Participadas								
2018								
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício				Obs
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.		
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidor, 14.º Piso 4470-202 Maia	124.699,47	100%	409.931	61691	2018	-	
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2.000.000,00	100%	3.089.442	1640	2018	-	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	7.788.347	2.874	2018	-	
Águas do Norte, S.A. (4)	Lugar de Gaido 4755-045 Barcelos Portugal	1.380.000,00	1243%	256.370.602	7.168.844	2018	-	
Águas do Douro e Paiva S.A. (2) (4)	Rua de Vilar n.º 235, 4050-626 Porto	566.805,00	2,71%	30.587.927	903.856	2018	-	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia , CRL (3)	Rua da Igreja 4470-184 Maia	2.000,00	13,33%	-2.813	-83	2017	Entidade que se encontra em liquidação	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.342.948	6.093	2018	-	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	377.303	-11464	2018	-	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. (2)	Rua Engº Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Monteira da Maia	2.799.390,00	51%	-3.830.522	-851088	2018	Entidade que se encontra em liquidação	
Metro do Porto, S.A. (2) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,00007%	-2.778.064.292	-96.611917	2018	-	

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade, não havendo prestação de contas de 2018 aprovadas à data da elaboração do presente documento, os valores indicados têm caráter provisório.

(3) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas de 2018, os dados indicados reportam-se ao exercício anterior.

(4) Setor Empresarial do Estado

Quadro 70

Entidades não Societárias Participadas							
2018							
Designação	Sede	Contribuição		Resultados do Último Exercício			
		Inicial	Exercício	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Apartado 1510 4435-996 Baguim do Monte	19.378,30	745.835,27	61.224,15	5.828.490	2018	-
Área Metropolitana do Porto	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	19.917,00	61.493,00	10.899.720	500.238	2018	-
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa n.º 52 3004-511 Coimbra	4.340,00	5.998,62	2.274.108	76.957	2018	-
Fundação da Juventude (2)	Largo de S. Domingos, n.º 16-22, 4050-545 Porto	24.939,90	-	4.147.048	-389.086	2017	-
Fundação do Desporto (1)	Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 11495-165 Algés	149.639,37	10.000,00	290.916	-813.212	2018	-
Fundação de Serralves (2)	Rua D. João de Castro, 210 4150-417 Porto	100.000,00	50.000,00	71.048.961	156.864	2017	-
Fundação Conservatório Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	25.000,00	-	-115.936	22.342	2018	-
Adeporto - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347 4000-270 Porto	15.125,00	12.459,00	319.877	3.755	2018	-
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R.(1)	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1500,00	1500,00	10.855.586	1607.318	2018	-
APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (2)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	10.000,00	-	8.867.773	-133.795	2017	-
CD-ARICD Rede Intermunicipal Cooperação para o Desenvolvimento (2) (3)	Paços do Concelho de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas	-	-	-	-	2017	-
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís, 55 4050-074 Porto	15.000,00	15.000,00	1.984.041	162.947	2018	-
Litoralrural - Associação de Desenvolvimento Regional	União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo - Polo de Lavra, Rua Padre António Francisco Ramos, 4455-058 Matosinhos	10.000,00	10.000,00	113.960	39.773	2018	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	-	-	36.263.451	1356.209	2018	-

Un.: Euros

(1) Relativamente a esta entidade, não havendo prestação de contas de 2018 aprovadas à data da elaboração do presente documento, os valores indicados têm caráter provisório.

(2) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas de 2018, os dados indicados reportam-se ao exercício anterior.

(3) Entidade sem início de atividade.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

Quadro 71

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado	Variação	
Outras Aplicações Financeiras				Investimentos Financeiros	Provisões
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1.558.097	1.898.642	-340.546
Un.: Euros					

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), os Fundos de Investimentos Imobiliários constituídos pelo Município passaram a integrar, desde 2014, o perímetro de consolidação de contas (e o endividamento municipal), sendo-lhes aplicável as regras estabelecidas no POCAL. A partir desse ano, o município passou a refletir nas suas demonstrações financeiras todos os Ativos e Passivos dos Fundos, como se esses Ativos e passivos integrassem o património municipal de acordo com as regras estabelecidas no POCAL, procedimento que se mantém neste exercício.

No final do exercício de 2018 o Município da Maia apenas detinha o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO, para o qual foi competentemente efetuado o ajustamento ao valor pelo qual está mensurada a participação nos Capitais Próprios. Permanecendo positiva, esta participação ascende a 1.898.642 €, diminuindo o seu valor entre 2017 e 2018, (-) 340.546 €.

Conforme se apontou em relatórios anteriores, foi consumada no exercício a intenção do Município de dissolver e liquidar o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe (razão pela qual, sendo inexistente a 31 de dezembro, deixou de constar no quadro anterior). Por esse facto, foram anulados no segundo semestre do exercício, os saldos associados à manutenção do Fundo (designadamente, a provisão constituída em anos anteriores para fazer face à situação dos Capitais Próprios, negativos), e deram entrada, contabilisticamente, quer os ativos geridos pelo fundo, quer os Passivos por este assumidos (designadamente, por via da celebração do contrato de cessão da posição contratual com a Caixa Geral de Depósitos).

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2018 ao valor bruto de 7.497.700 €.

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECEBIDOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (páginas 138 e 139 dos Anexos Documentais – Volume II).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Quadro 72

PROVISÕES				
2018				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	7.123.907	0	550.090	6.573.817
292 Provisões para riscos e encargos	6.804.066	0	1.836.987	4.967.079
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	10.203	0	10.135	68
Total de Provisões	13.938.176	0	2.397.212	11.540.964

Un: Euros

O valor das Provisões acumuladas diminuiu (-) 2.397.212 € entre os exercícios de 2017 e 2018. Essa variação decorre do facto de terem sido revertidas parte das provisões constituídas para Cobranças duvidosas, para Riscos e Encargos e para Investimentos Financeiros, respetivamente (-) 550.090 €, (-) 1.836.987 € e (-) 10.135 €.

Em termos relativos, traduzem-se estas oscilações em perdas de (-) 8% nas provisões para cobranças duvidosas, em consequência dos regulares movimentos de reduções e aumentos verificados ao longo do exercício, de acordo com o controlo da antiguidade das dívidas de terceiros e avaliação do inerente risco de incobrabilidade.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a LIPOR, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-Geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €.

À data de 31 de dezembro de 2018 mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, cujos desfechos e respetivos efeitos financeiros se desconhecem, configurando por isso **ativos e passivos contingentes**, caracterizados nos seguintes moldes:

- Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do

licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de comparticipações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela empresa Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 7.057.847 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

- Processo judicial em curso em que é autora “Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo”

Processo interposto contra ao Município, relacionado com uma conduta de água que passa por baixo da habitação; há perda expectável mas impossível de ser, à data do relato, quantificada (por depender de perícia externa). O valor da petição cifra-se em 32.579 €.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

Quadro 73

FUNDO PATRIMONIAL					
2018					
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	306.823.657	274.230	23	307.097.864
511	Património Inicial	243.293.094	274.230	23	243.567.302
5111	Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
5112	Correcções ao Balanço Inicial	53.402.065	274.230	23	53.676.273
512	Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-10.768.285	680.511	0	- 10.087.773
56	Reservas de Reavaliação	0	0	0	-
57	Reservas	20.070.885	237.863	0	20.308.748
57.1	Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
57.5	Subsídios	2.328.234	0	0	2.328.234
57.6	Doações	5.620.575	237.863	0	5.858.438
57.7	Reservas decorrentes da transferências ativos	2.123.267	0	0	2.123.267
57.8	Cedências	3.496.554	0	0	3.496.554
57.9	Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59	Resultados Transitados	-9.385.901	13.916.096	390.947	4.139.248
88	Resultado Líquido do Exercício	5.686.836	5.817.389		11.504.225
Totais		312.427.192	20.926.089	390.969	332.962.312

Un: Euros

Os Fundos Próprios municipais no final de 2018 totalizam 332.962.312 €, observando, face ao período homólogo, um incremento de (+) 20.535.119 €, correspondente a um crescimento de (+) 7%.

Verificando-se que todas as rubricas de Fundos Próprios aumentam de valor entre os saldos iniciais e finais do exercício, é particularmente determinante, no período em apreço, a variação observada em Resultados Transitados de (+) 13.525.149 €. A este respeito importa recordar que, decorrendo parte desta variação da mera incorporação de resultados do exercício de 2017 (5.686.836 €), a maior parcela respeita aos ajustamentos relacionados com a alteração na política contabilística relacionada com o reconhecimento dos montantes atribuídos à empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património – que, destinando-se a obras de conservação de ativos detidos pelo Município, em 2018 foram tratadas como tal e incorporadas diretamente como incremento de valor do imobilizado objeto de intervenção (habitação social). Tal facto materializou-se num ajustamento aos montantes atribuídos a título de subsídio concedido em exercícios anteriores (com impacto líquido em Resultados Transitados no montante de 7.838.282 €), bem assim como numa valorização dos ativos envolvidos, propriedade do Município.

Observam ainda aumentos as demais componentes de Fundos Próprios, designadamente Ajustamentos em Partes de Capital em Empresas, Património e Reservas, respetivamente observando variações líquidas de (+) 680.511 €, (+) 274.207 € e (+) 237.863 €.

NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quadro 74

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2018	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	29.597	608.434
Compras	862	690.418
Regularização de Existências	0	-10.663
Existências Finais	29.597	589.830
Custos no Exercício	862	698.359

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Quadro 75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS						
Custos e Perdas	2018		Proveitos e Ganhos		2018	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
681 Juros suportados	793.122	809.909	781 Juros obtidos		71128	149.242
682 Perdas em entidades participadas	476.784	51420	782 Ganhos em entidades participadas		120.215	1194.977
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis		72.629	71341
684 Provisões p/ aplicações financeiras	0	0	784 Rendimentos participações capital		104.193	2.420
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de cambio favoráveis		0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos		36	44
688 Outros custos e perdas financeiros	17.540	19.420	787 Ganhos na alienação aplic. tesour		0	0
Total de Custos Financeiros	1.287.446	880.749	788 Outros proveitos e ganhos financeiros		34.621	3167
Resultados Financeiros	-884.624	568.891	Total de Proveitos Financeiros		402.822	1.449.640
Total	402.822	1.449.640				

Un.: Euros

O Resultado Financeiro apresenta-se pior posicionado do que no exercício anterior: passa a negativo em (-) 884.624 €, deteriorando-se entre os dois períodos 1.453.515 €.

Resulta esta evolução simultaneamente da diminuição verificada ao nível dos proveitos e ganhos financeiros, o equivalente a (-) 72%, enquanto simultaneamente aumentam os custos e perdas de idêntica natureza, (+) 46%.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, constata-se que é determinante a evolução da rubrica de Ganhos em entidades participadas, permanecendo esta como a componente com maior ponderação para a totalidade

dos ganhos desta natureza, é também a que exibe uma variação maior em valor absoluto entre os dois períodos em comparação: (-) 1.074.762 €.

Apresentam-se seguidamente os Ganhos em entidades participadas, para o qual contribui determinantemente a Empresa Municipal de Estacionamento da Maia, respondendo por 93.077 € dos 120.215 € contabilizados neste rubrica no exercício.

Apresentam, ainda, contributos relevantes as rubricas de Rendimentos de participações de capital, Rendimentos de Imóveis e Juros Obtidos, respetivamente com (+) 104.193 €, (+) 72.629 € e (+) 71.128 € apurados em 2018.

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, assinala-se em particular o aumento de Perdas em Entidades Participadas, que passam, entre 2017 e 2018, de 51.420 € para 476.784 € (refletindo, no exercício em presença, o reconhecimento dos resultados líquidos da participada Tecmaia, adicionado da performance dos Fundos de Investimento Imobiliário Maia IMO e Maia Golfe, neste último caso, até à sua liquidação (com eficácia formal em setembro p.p.).

Os Juros suportados, diminuindo o seu montante entre os dois exercícios em comparação, permanecem em níveis assinaláveis, cifrando-se em 2018 em 793.122 €, respondendo por cerca de 62% dos custos e perdas de índole financeira totais.

Embora cifrando-se agora negativos, os Resultados Financeiros em valor absoluto são, contudo, significativamente inferiores aos apurados a título operacional conduzindo, por esse facto, a que os Resultados Correntes persistam, à semelhança de 2017, positivos, reforçando até o seu valor em 69% face ao apurado nesse ano, totalizando no exercício em apreço (+) 9.783.940 €.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos e Perdas		2018	2017	Proveitos e Ganhos		2018	2017
691	Transferências capital concedidas	1.910.406	2.401.682	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dividas incobráveis	0	4.677	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	5.575	1.121	793	Ganhos em existências	323	289
694	Perdas em imobilizações	38.206	1.938.153	794	Ganhos em imobilizações	5.265	42.609
695	Multas e penalidades	464	988	795	Benefícios de penalidades contr	335.224	175.779
696	Aumento de amortiza. Provisões	206.554	24.931	796	Reduções de amortiz.e provisões	1.933.599	917.711
697	Correções relativas exerc. anteriores	842.564	989.750	797	Correções relativas exerc. anteriores	295.512	1.634.089
698	Outros custos e perdas extraor.	35.779	41.762	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	2.189.911	2.529.974
Total de Custos Extraordinários		3.039.549	5.403.063	Total de Proveitos Extraordinários		4.759.834	5.299.851
Resultados Extraordinários		1.720.285	-103.212				
Total		4.759.834	5.299.851				

Un: Euros

Trajetória inversa à dos Resultados Financeiros percorrem os Resultados Extraordinários que, em 2018, tornam-se positivos, passando de (-) 103.212 € no exercício homólogo para (+) 1.720.285 €.

Verifica-se que, não obstante a diminuição de proveitos de natureza extraordinária, (-) 540.017 €, os custos da mesma natureza diminuem com maior expressão, (-) 2.363.514 €.

Tratando-se de um resultado apurado de custos e proveitos de natureza extraordinária, recorda-se que a atividade aqui medida, sendo verificável no exercício, assume um caráter extemporâneo e irrepetível.

Posto isto, com montantes de ponderação incontornável destacam-se, do lado das perdas, as rubricas de Transferências de Capital concedidas (que, cifrando-se em 1.910.406 € diminuem ainda assim (-) 491.275 € face ao observado em 2017) e, do lado dos ganhos, as Reduções de amortizações e provisões que em 2018 totalizam 1.933.599 €, (+) 1.015.888 € que em período homólogo.

Anotam-se ainda os montantes registados em Correções a Exercícios Anteriores: 295.512 € a título de proveitos e 842.564 € relativos a custos e perdas.

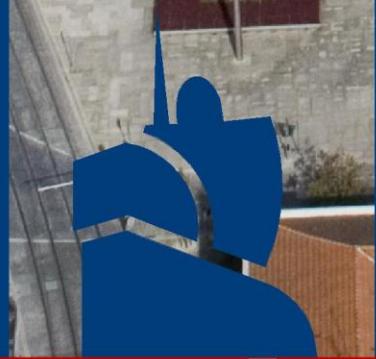
Dá-se por concluída a apreciação da demonstração dos resultados para o exercício económico de 2018, com a apresentação das oscilações observadas em todas as rubricas de custos e proveitos, tomando como referência o período homólogo do exercício anterior e ilustrando na forma gráfica que se introduz de seguida neste relatório.

NOTA 8.2.33 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos por conta do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo, importa salientar que continuam em curso negociações tendo como objetivo a sua reversão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compõem.

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas nos sucessivos relatos dos exercícios de 2014 e seguintes, designadamente no que reporta à valorização destes ativos no balanço das contas individuais do Município.

60



maia
CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2018 foram executadas trinta e sete modificações (trinta e cinco alterações e duas Revisões), cujos documentos se anexam, as quais se resumiram em:

- Trinta e cinco alterações ao Orçamento da Despesa;
- Vinte e sete alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Trinta alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Cinco alteração ao Orçamento da Receita;
- Duas Revisões ao Orçamento da Despesa e ao Plano de Atividades Mais Relevantes;
- Uma Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Uma Revisão ao Orçamento da Receita;

NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

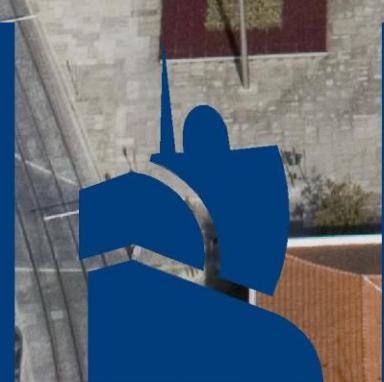
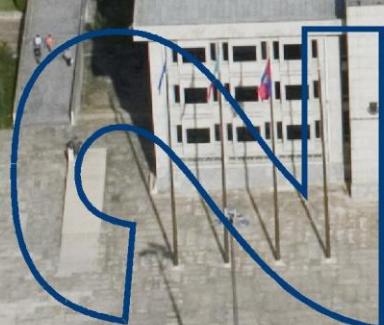
No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Atividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 27 alterações e uma Revisão.
- Plano de Atividades Mais Relevante 30 alterações e duas Revisões.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(páginas 294 e 295 dos Anexos Documentais – Volume II).

66



maia
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do **Município da Maia** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 429.911.907 euros e um total de Fundos Próprios de 332.962.312 euros, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 11.504.225 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental, que evidenciam um total de 69.196.632 euros de Despesa Paga e um total de 74.302.024 euros de Receita Cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras"* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

- i) Apesar de previsto no POCAL e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços estão a ser apurados através doutros meios, à semelhança dos anos anteriores;

Município da Maia

- ii) O Município passou a apresentar desde 2016 como Passivo na rubrica de Empréstimos, a operação de concessão de créditos de rendas de habitação social celebrada em 2004, no seguimento da orientação do Tribunal de Contas datada de Agosto de 2016, em sede de homologação das Contas de Gerência dos exercícios de 2004 e 2005;
- iii) Conforme referido nos pontos 8.2.2 e 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, em 2018 o Município alterou a política contabilística para o reconhecimento das obras realizadas pela participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A. nos ativos detidos pelo próprio e que haviam sido efetuadas ao abrigo dos Contratos-Programa celebrados entre as partes. Em consequência, o Ativo e os Resultados Transitados foram incrementados em cerca de 7.838.000 euros,
- iv) Por força da entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro, e conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, os Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados passaram a integrar o Endividamento Municipal, bem como o Grupo Municipal para efeitos de Contas Consolidadas. Esta alteração de política de contabilização dos Fundos foi efetuada pelo Município da Maia no exercício de 2014, passando desde esse período a estar refletidos nas suas Demonstrações Financeiras todos os Ativos e Passivos dos Fundos, tal como se integrassem o património Municipal de acordo com as regras do POCAL. No exercício de 2018 ocorreu o processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fecho Maia Golfe, passando o Município a deter um único Fundo de Investimento Imobiliário Fecho designado por Maia IMO; e
- v) Conforme referido no ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, existem Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à sua efetiva concretização e à semelhança do procedimento adotado em exercícios anteriores, foram apenas objeto de divulgação.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras Matérias

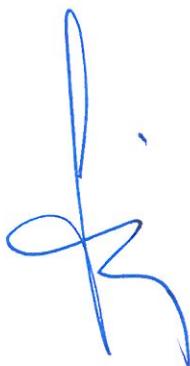
- a) O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2018, um Ativo no montante de 69.336.699 euros, Fundos Próprios de 36.263.451 euros e um Passivo de 33.073.248 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 12.654.114 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas nos termos legalmente previstos;

Município da Maia

- b) Adicionalmente, a Certificação Legal das Contas dos SMEAS inclui uma ênfase relacionada com a negociação efetuada entre esta entidade e a EDP com vista à liquidação antecipada da dívida existente no final de 2018, a qual ascende a cerca de 17.100.000 euros. Da concretização desta operação, dependente de aprovação do Tribunal de Contas, poderá resultar um perdão de dívida no montante aproximado de 5.300.000 euros, com impactos significativos no Passivo e Capital Próprio dos SMEAS;
- c) A Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 da participada Fundação Conservatório de Música da Maia, FP, evidencia uma Incerteza material relacionada com a continuidade, em virtude do Passivo exceder o Ativo, apresentando-se o Capital Próprio negativo em 115.936 euros. No entanto, é convicção do Órgão de Gestão a manutenção do necessário apoio financeiro por parte do fundador;
- d) Relativamente à participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., S.A., a Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 apresenta uma ênfase relacionada com ajustamentos de exercícios anteriores no montante aproximado de 858.700 euros, com impacto no aumento do Capital Próprio, relacionados com incorreções verificadas nas contas de terceiros despoletadas por problemas informáticos, entretanto ultrapassados, e com registos da conta de reserva associada à operação de concessão de créditos de rendas de habitação social;
- e) O Relatório de Auditoria do exercício de 2018, emitido por outros auditores, relativamente ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO não inclui qualquer reserva, ênfase ou incerteza material.

De referir que dada a política contabilística adotada na contabilização deste Fundo pelo Município da Maia, mencionada na alínea (iv) anterior, quaisquer impactos à data de 31-12-2018 já se encontram refletidos nas Demonstrações Financeiras do Município;

- f) A Certificação Legal das Contas da participada TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação), auditada por outros colegas, contém uma reserva por limitação de âmbito relacionada com indisponibilidade de elementos adicionais que lhe permitam aferir sobre a concretização do plano de liquidação aprovado em Novembro de 2016, bem como sobre a existência de eventuais contingências legais, societárias ou outras, associadas à reversão das dívidas fiscais dos ex-administradores, registados como Passivo desta participada e pagas pelo Município da Maia, no montante aproximado de 1.300.000 euros. Esta questão da reversão das dívidas encontra-se divulgada nos documentos de prestação de contas do Município da Maia; e



Município da Maia

- g) As Demonstrações Financeiras apresentadas relacionam-se com a atividade do Município da Maia a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto dos investimentos financeiros terem sido registados pelo Método da Equivalência Patrimonial, estas Demonstrações Financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos Ativos, Passivos, Custos e Proveitos totais, o que será efetuado em Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Responsabilidades do Órgão Executivo pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão Executivo é responsável pela:

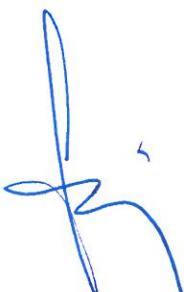
- preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



Município da Maia

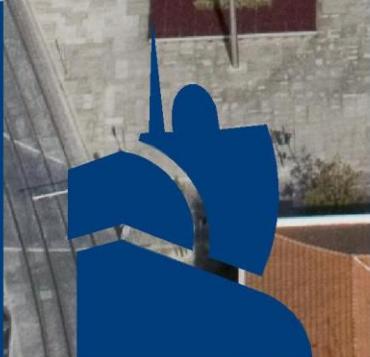
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maia, 18 de Abril de 2019

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.
Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia
CÂMARA MUNICIPAL